

Universidade Federal do Pará
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História
Mestrado em História Social da Amazônia

JOÃO MARCELO BARBOSA DERGAN

**HISTÓRIA, MEMÓRIA E NATUREZA: AS COMUNIDADES DA
ILHA DO COMBU-BELÉM-PA.**

Belém-PA
2006

JOÃO MARCELO BARBOSA DERGAN

**HISTÓRIA, MEMÓRIA E NATUREZA: AS COMUNIDADES DA
ILHA DO COMBU-BELÉM-PA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia.
Orientadora: Professora Doutora Leila Mourão (DEHIS/UFPA)

Belém-PA
2006

JOÃO MARCELO BARBOSA DERGAN

**HISTÓRIA, MEMÓRIA E NATUREZA: AS COMUNIDADES DA
ILHA DO COMBU-BELÉM-PA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia.
Orientadora: Professora Doutora Leila Mourão (DEHIS/UFPA)

Data de Aprovação:

Banca Examinadora:

Professora Doutora Leila Mourão (DEHIS/UFPA)
(Orientadora)

(Examinador-a)

(Examinador-a)

Às famílias, homens, mulheres, jovens, lideranças e às crianças do Combu e às minhas sobrinhas Camille Dergan Campbell, Beatriz Dergan Ferreira e ao meu sobrinho Nicholas Campbell, que trazem a força da esperança de vida, resignificando a minha.

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares, minha mãe, irmão e irmãs, meu padrasto, ao Josias Sales, meus verdadeiros amores, com quem aprendo a ser humilde, mas forte, tranqüilo, mas sério e sempre a acreditar nas pessoas e no bem. Obrigado meus amores por ajudarem a me construir como ser humano e como profissional, mesmo que às vezes eu falhe. Obrigado pelo incentivo e compreensão e por torcerem por minha felicidade.

Às comunidades do Combu, que sempre me receberam de forma hospitaleira. À Nena, Edna, Jorgete, D. Telma, Samuel, Edu, Dos Anjos, D. Graça, Zeliete, Aninha, seu Chico, seu Danúzio. Hoje todos meus amigos. Graças a Deus.

À professora Doutora Leila Mourão, verdadeira educadora, pela força, apoio, orientação, entrelaçados a palavras de otimismo, e incentivo para vivenciar a carreira acadêmica. Obrigado professora pelos diálogos e ensinamentos.

A todos os colegas do curso e às amizades construídas, em especial a Rosa Arraes, Rosa Cláudia, Luzia Canuto e Magda Costa. Muito obrigado pelo carinho, amizade, respeito e trocas acadêmicas. Muita sorte.

Agradecimentos sinceros a todos (as) os (as) professores (as) do Mestrado, em especial aos da linha de pesquisa história e natureza, pelos seminários, debates e diálogos construídos para o aprimoramento de nossas pesquisas, particularmente aos professores Leila Mourão, Magda Ricci e Aldrin Moura Figueiredo. Obrigado pelo aprendizado que me proporcionaram.

Às professoras Edilza Joana Oliveira Fontes e Rosa Elizabeth Acevedo Marin, bem como a Franciane Gama Lacerda, pela disponibilidade de participação na banca de qualificação, pelas sugestões e contribuições acadêmicas sérias, respeitadas e tranqüilas. A vocês professoras, referências na história da Amazônia, meus sinceros agradecimentos.

À Dalízia Amaral Cruz, pela revisão atenciosa do trabalho. Meu muito obrigado.

Ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas, pela liberação para realização do curso, em especial a professora Dra. Maria de Nazaré Sarges, que admiro e respeito.

A todos (as) os meus amigos (as) tão importantes para a minha vida, em todos os sentidos, incluindo os materiais e acadêmicos, pelos diálogos de vida, de amor, de conhecimento, das galáxias, das mentalidades, das relações, principalmente das nossas, em especial a Cássia Kahwage, Josias Sales, Tânia Dergan e Mirian Coroa.

Aos diálogos inusitados, que parecem descontraídos, mas cheios de profundidade e conhecimentos, com William Gaia e Alexandre Amaral. Muito obrigado pela amizade e respeito.

À todos que direta e indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

"(...)a história é uma interrogação sempre em mudança sobre o passado, porquanto tem de se adaptar às necessidades do presente. A história oferece-se como um meio de conhecimento do homem e não como um fim em si."

F. Braudel, *La Méditerranée et le monde Méditerranéen à l'époque de Philippe II*, Paris, 1949

SUMÁRIO

RESUMO:	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
ABSTRACT	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
LISTA DE ABREVIATURAS	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
LISTA DE FOTOGRAFIAS	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
INTRODUÇÃO	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
I – COMBU: ENTRE HISTÓRIAS E MEMÓRIAS	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
1.1 – O CENÁRIO: MATAS E RIOS	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
1.2 – OS RELATOS DO DEZENOVE: ARREDORES DA CIDADE	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
1.3 - CIVILIDADE E NATUREZA: MEMÓRIA DE CHEGADA	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
II- COTIDIANIDADE E LÓGICAS NAS COMUNIDADES DO COMBU	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
2.1- A NATUREZA E A ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS E TEMPOS:	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
2.2 - A NATUREZA E AS ATIVIDADES DE SUBSISTÊNCIA:	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
2.3 - A NATUREZA E O TURISMO:	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
III – USOS DA TERRA NO COMBU: VIDA, TRABALHO E GESTÃO ...	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
3.1 – OS TERRENOS E OS TRAPICHES	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
3.2 – A TERRA E A PROPRIEDADE	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
3.3- A GESTÃO E RELAÇÕES SOCIAIS:	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
CONSIDERAÇÕES FINAIS	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.

FONTES ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.

APÊNDICES ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.

ANEXOS ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.

RESUMO

A utilização dos recursos naturais e do território perpassa as formas econômicas, sociais e simbólicas de produção e reprodução das populações ditas tradicionais. No caso da comunidade da Ilha do Combu, as estratégias de reprodução e utilização dos recursos naturais e do território inferem entre aqueles aspectos, ora através do manejo e extrativismo do açaí, que mantém 90% da renda no período de safra, ora na utilização, seleção a apropriação da memória como forma de afirmação de valores e atitudes frente à disputa pelo território, relacionando-se com a reprodução da própria comunidade enquanto sujeitos ativos, nas disputas hegemônicas de poder na atualidade.

PALAVRAS-CHAVES: Memória, natureza e comunidades tradicionais.

ABSTRACT

The use of natural resources and territory overpasses economical, social and simbolic shappings for production and reproduction of populations said to be traditional .in the case of combu island inhabitants the strategy of using the resources and territory impact within those aspects, at times through the handling and extractivism of the açai palm tree, which supports 90 % of the budget during peak periods, at times through the use, selectionand apropiation of the memory as to consolidate values atitudes facing the dispute for the land, relating to the with the reproduction of the community itself while being active member, at the hegemonical disputes of power in the present times.

KEY WORDS: Memory, nature, traditional populations.

LISTA DE ABREVIATURAS

APA – Área de Proteção Ambiental
CELPA – Centrais Elétricas do Pará
CODEM – Companhia de Desenvolvimento de Belém
COED – Coordenação de Educação
CPATU – Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental
DAGUA – Distrito Administrativo do Guamá
DAOUT – Distrito Administrativo de Outeiro
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FABEL – Faculdade de Belém
GRPU – Gerência de Patrimônio da União
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPTU – Imposto Territorial Urbano
ITERPA – Instituto de Terras do Pará
LABGEO – Laboratório de Geografia
MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi
NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
PALMAZON – Empresa Palmitos da Amazônia
PARATUR – Companhia Paraense de Turismo
PFS – Programa Família Saudável
PMB – Prefeitura de Belém

SEMEC – Secretaria Municipal de Educação
SESMA – Secretaria de Saúde e Meio Ambiente
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01 - Detalhe das ilhas do Combu, Maracujá e ilha dos Papagaios.....	034
Fotografia 02 - Seu Rui Quaresma.....	074
Fotografia 03 – Dona Angélica.....	075
Fotografia 04 – Dona Nair: Cotidiano e memórias.....	078
Fotografia 05 – Dona Catarina e seu Neto.....	080
Fotografia 06 – Seu Ricardo e Dona Amélia.....	084
Fotografia 07 – Dona Heumita. memória e trabalho.....	089
Fotografia 08 – Dona Rosalina lembrando os tempos de outrora.....	094
Fotografia 09 – Dona Margarida emocionada.....	095
Fotografia 10 – Entre luzes e sombras da Belém vista da ilha.....	103
Fotografia 11 – Detalhes da Ilha do Combu e, ao fundo, Belém continental.....	104
Fotografia 12 – Olhar a ilha a partir de Belém.....	105
Fotografia 13 – Secagem de sementes de cacau.....	108
Fotografia 14 – O ir e vir de barcos, canoas e pessoas entre os furos e igarapés.....	109
Fotografia 15 – Rasas e matapis confeccionados por Dona Angélica.....	115
Fotografia 16 – Dona Catarina tecendo paneiro.....	116
Fotografia 17 – Detalhe de dona Catarina tecendo um paneiro.....	116
Fotografia 18 – O Trabalho na Cooperativa: Associadas reunidas em dia de trabalho.....	117
Fotografia 19 – O trabalho na Cooperativa: Máquinas que perfuram sementes de açáí...	118
Fotografia 20 – O Trabalho na Cooperativa: momentos antes da perfuração.....	118
Fotografia 21 – Pesca na maré lançante.....	125
Fotografia 22 – A pesca com rede: Preparando a rede de pesca para ser lanceada.....	125
Fotografia 23 – Matapis no trapiche.....	126
Fotografia 24 – Mudanças de pupunha introduzidas pelo MPEG.....	133

Fotografia 25 – Frutos de pupunha para consumo e comercialização.....	133
Fotografia 26 – Os cuidados para o extrativismo de açaí.....	135
Fotografia 27 – Restaurante pertencente ao Beira Rio Hotel (Atualmente desativado)....	148
Fotografia 28 – Barco de turismo entrando em um dos furos que cortam a Ilha.....	149
Fotografia 29 – Turista apreciando a paisagem - fauna e flora - da ilha do Combu.....	152
Fotografia 30 – Casa no furo São Benedito. Ao fundo, palmeiras de açaí.....	169
Fotografia 31 – Espaço na frente dos terrenos que serve para circulação das pessoas.....	170
Fotografia 32 – Os trapiches como espaço de múltiplas funções: trabalho.....	171
Fotografia 33 – Os trapiches como espaço de múltiplas funções: serviços e conversas...	172
Fotografia 34 – Os trapiches como espaço de múltiplas funções: os cascos e barcos.....	173
Fotografia 35 – Criação de patos e galinhas no quintal de Dona Colo.....	175
Fotografia 36 – Mudanças de espécies de vegetais presentes no quintal de Pedro.....	176
Fotografia 37 – Entrega da autorização do uso de terra.....	191
Fotografia 38 – Reunião com os órgãos oficiais de governo.....	192
Fotografia 39 – Moradoras da ilha assinando e recebendo o termo de autorização de uso da terra, concedido pela GRPU com suporte técnico do IBAMA.....	194
Fotografia 40 – Termo de autorização do uso de terra.....	201



Agora tá ficando mais fácil, é tão perto de Belém, e é bom, porque facilita, já tem aqui, passando a Boa Vista, aqui que é pertinho não têm, só com o gerador, (...), mas também quando colocaram lá da Boa Vista, foram derrubando tudo, os trator, acabando tudo, tirando casas, eu soube, deve ver como fazer né *

* Entrevista realizada no mês de setembro/2005, com Dona Angélica Quaresma, 78 anos, na qual este pequeno trecho é parte de sua fala sobre as proximidades e distâncias em relação a Belém, referindo-se a entrada de energia elétrica no Combu e proximidades.

INTRODUÇÃO

A ilha do Combu está conformada entre os inúmeros espaços insulares do município de Belém. A insularidade da cidade toma aspectos ora como *paraíso* ora como *estranho*, dependendo do contexto histórico e do olhar do sujeito nas teias das relações na modernidade. É dessa discussão que trata este trabalho, através das comunidades da Ilha do Combu: suas resignificações com a natureza, com os recursos naturais, com a idéia de tempo, com a forma de ver o rio, a água, diante da presença de alguns símbolos da modernidade no cotidiano - como energia elétrica, restaurantes, turistas - ocorridos principalmente a partir da década de 80 do século XX.

Situada na faixa equatorial, aproximadamente a 160 km ao sul do Equador, o município de Belém, visualizado na imagem 1, onde se localiza a Ilha do Combu, está entre o Rio Guamá e a Baía do Guajará e é contornado por inúmeras ilhas. “*A cidade tem uma área continental de 173,17 Km² e insular de 342,52 Km²*”.¹

Considerada, em tamanho e espaço territorial, a quarta maior ilha de Belém², a Ilha do Combu está situada às margens do rio Guamá, ao norte, circundada ao sul pelo furo São Benedito, à leste pelo furo da Paciência e à oeste pela Baía do Guajará.

Como se evidencia no mapa 1, a ilha é entrecortada por vários igarapés, sendo os igarapés Combu e Piriquitaquara os de maior densidade populacional. O igarapé Combu tem sua foz no rio Guamá e o Piriquitaquara está à margem do Furo da Paciência.

A Ilha do Combu apresenta uma formação típica do estuário amazônico e situa-se a 1,5 Km ao sul da cidade de Belém. Apresenta uma área de 15 Km², de várzea, com composição florística variada, árvores de grande porte e sub-bosque, matas primária e secundária e solos razoavelmente férteis, onde há a predominância do açazeiro.³

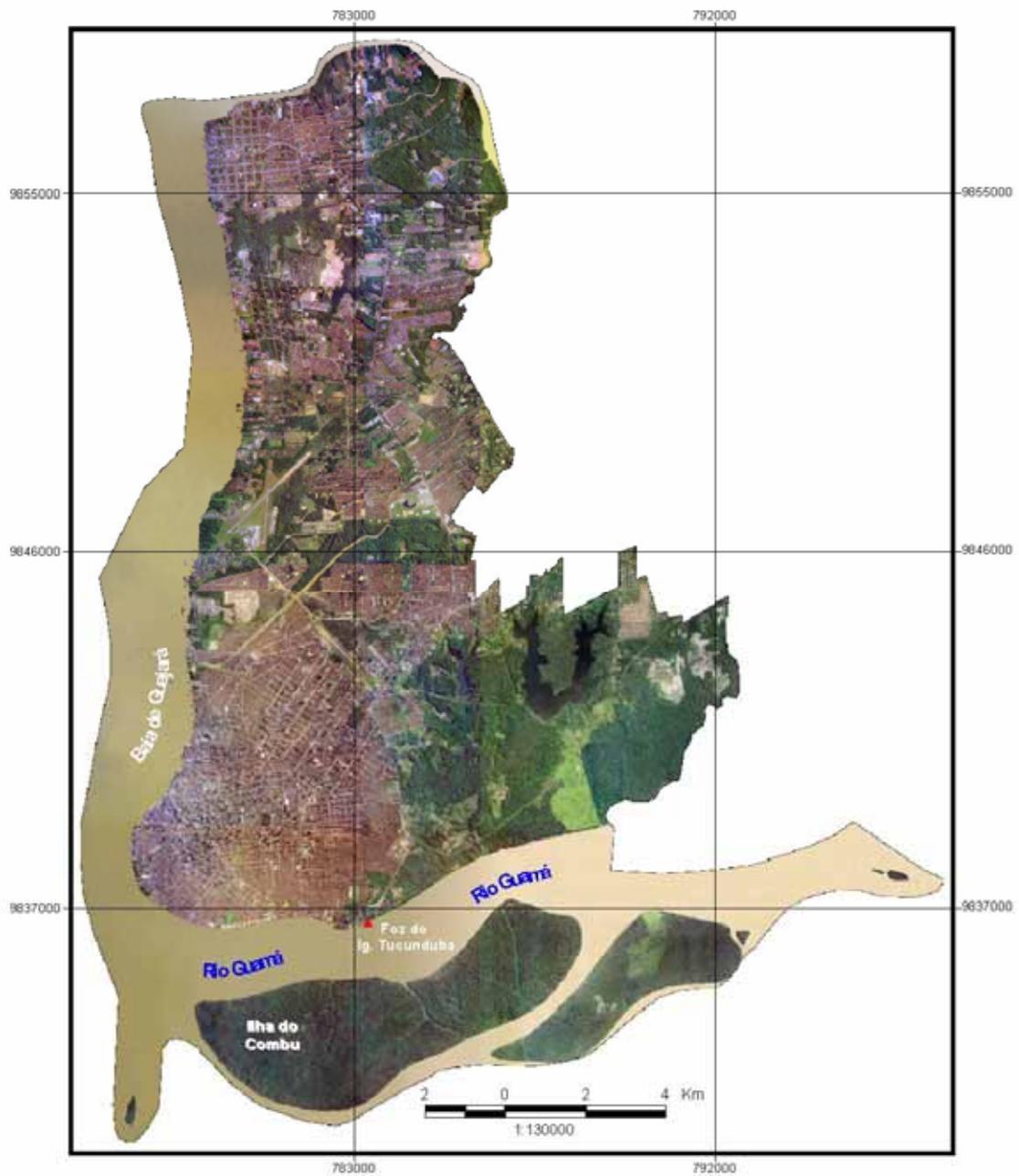
Atualmente, há na Ilha cerca de 227 famílias, que totaliza aproximadamente 985 pessoas, perfazendo 516 mulheres e 469 homens e uma maioria de jovens na faixa etária entre 16 a 30 anos.

¹ RIBEIRO, K.T.S. *Qualidade Sanitária da Água em Área de Influência de Duas Bacias Hidrográficas e Saúde Humana em Belém-Pará*. Belém: NAEA/UFFPA. 2002, p. 148.

² Verificar nos anexos a lista com o nome das ilhas de Belém em ordem decrescente de tamanho territorial.

³ Estima-se que na região do estuário amazônico, 88% dos ecossistemas estão submetidos a um regime de inundações freqüentes (LIMA, R.R. *A agricultura nas várzeas do estuário do Amazonas*. Belém: IAN, 1984). Estima-se também que cerca de 10.000 Km² das áreas do estuário amazônico sejam cobertas por matas onde domina o açazeiro (CALZAVARA, B.G. *As possibilidades do açazeiro no estuário amazônico*. Belém: FCAP/Pa, 1972; MOURÃO, Leila et al. *Açaí: Possibilidades e Limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico*. Belém. MPEG, 2004), o que o torna uma das espécies ecologicamente mais importantes para esses ecossistemas.

Imagem 1: Carta-imagem de Belém continental



Fonte: Arquivo digitalizado LAENA/NAEA/UFPA.

Mapa 1: Mapa da ilha do Combu

Por muito tempo a cidade de Belém cresceu “*subordinada aos modelos de fora - tanto no europeu como na expansão industrialista - e hoje, perplexa diante de uma convulsão social quase exposta, Belém ignorou, pelas elites do planejamento, a sua natureza amazônica, que é ribeirinha(...)*”.⁴ Conforme Acevedo Marin e Chaves (1997), vive-se de costas para o rio, rejeitando totalmente o vínculo aquático. Traçado ‘iluminista’, oposto a toda ligação com a floresta, com as águas, símbolos demasiado mágicos.

Diante desse panorama, “*nenhuma cidade do Brasil apresenta tão numeroso constelário de ilhas como Belém*”⁵. De fato, essa insularidade, constituída de pelo menos 39 ilhas catalogadas oficialmente pela Companhia de Desenvolvimento Municipal de Belém - CODEM, corresponde a 65% da área municipal. Belém é uma metrópole singular no contexto brasileiro, singularidade traduzida pelo constelário de ilhas pertencentes ao seu território.⁶

Torna-se importante e necessário, estudos das populações insulares, neste caso as comunidades do Combu, sobre a sua construção histórica e social, enfatizando a relação dessa população com os recursos naturais e sua resignificação diante da presença dos símbolos da modernidade no cotidiano (energia elétrica, turismo), a partir dos anos 1980, considerando suas histórias e suas ‘falas e vozes e olhares e suas vidas’.

É importante, na atualidade, a realização de estudos históricos que reconheçam a importância e o papel dos ‘sujeitos comuns’, entendendo a história social da Amazônia através não só dos ciclos econômicos, mas das vivências da população. Desta forma, ao considerar a história de vida das pessoas comuns sobre seu passado, tenta-se uma história social que não trate dos acontecimentos importantes isoladamente, mas na sua interação com a vida cotidiana.

Esclarecemos que mesmo tendo considerado a problemática central da pesquisa temporalmente nos idos dos anos 80 do século XX, interessante foi a percepção que, através do contato com as comunidades do Combu e do processo de pesquisa, bem como das leituras, debates e espaços de diálogos efetivados durante as disciplinas e seminários da Linha de Pesquisa História e Natureza do curso de Mestrado, a pesquisa não ficou presa a este período, mas foi fundamental a abrangência temporal situada nas histórias de vida e memórias para a compreensão daquela problemática central, bem como para compreensão da construção histórica das representações sobre os espaços insulares na modernidade.

⁴ ARAÚJO, José Mariano Klautau. *Dimensão Insular*. Belém/Pa: (?) 1995, p. 14.

⁵ MOREIRA, Ediorfe. *Belém e Sua Expressão Geográfica*. Belém(Pa): Imprensa Universitária, 1966, p. 27.

⁶ Dados do Anuário Estatístico de Belém (SEGEP, 1999), revelam que 65,64% da extensão territorial do Município é insular, enquanto 34,36% é continental. SEGEP. Anuário Estatístico de Belém, 1999.

Ao nos perguntarmos ‘a que passado devíamos nos reportar para compreensão do presente?’ Tivemos no processo de pesquisa respostas nas histórias de vida, através das fontes orais e do cruzamento entre as fontes, o que tornou-se fundamental para compreensão de novas/outras problemáticas e temas que fazem partes dos capítulos que compõem a presente dissertação.

Há a intersecção de duas abordagens: a diacrônica, procedendo a um estudo em profundidade histórica, através das histórias de vida, da memória social, de documentos, e a sincrônica, com o estudo em profundidade do tempo presente, através de registro etnográfico das práticas e concepções das comunidades do Combu, com relação a natureza, presentes em suas vidas. Tivemos a compreensão e o entendimento de que estas duas perspectivas são necessárias e complementares.

Compreendemos a necessidade de estudar e “*descobrir o que foi o passado, explicá-lo e, ao fazê-lo, forjar criteriosamente um elo com o presente*”⁷.

Para entendermos resignificações e mudanças na relação com a natureza entre as comunidades do Combu, em curso a partir de 1980, procuramos saber quem são, como vivem, o que pensam, gostam e por que explicam o mundo da forma que o explicam. Procuramos conhecer seu passado, através das histórias de vida; mesmo considerando que estas situações atípicas de surgimento da energia, TV, restaurantes, turistas, pode nos fornecer também o pensamento e formas de viver consideradas tradicionais das comunidades do Combu, pois “*geralmente um modo de descobrir normas surdas é examinar uma episódio ou uma situação atípicos*”⁸.

Ao descobrir como foram sendo construídos os sentidos, valores e atitudes em relação à natureza pelas comunidades do Combu, “*para entender tais sentimentos atuais devemos retornar a um período anterior, importante na formação dessas características*”⁹, priorizamos e levamos em consideração a temporalidade relacionada à memória social e coletiva, articuladas e manipuladas para a produção e reprodução destas mesmas comunidades.

Os objetivos, as leituras, a construção das categorias de análise, foram sendo refeitos em função do maior contato e da possibilidade de conhecer melhor, *por dentro*, as pessoas, as comunidades, as heterogeneidades e homogeneidades nas histórias de vida.

⁷ HOBBSAWN, Eric. A Outra História- Algumas Reflexões, In: KRANTZ, F. (org). *A Outra História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990, p.65.

⁸ THOMPSON, E.P. *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas: Unicamp, 2001, p.235.

⁹ THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural: Mudanças de Atitude em Relação às Plantas e aos Animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1983, p.27.

Tínhamos um objetivo principal estipulado para nossa pesquisa, que no *quontinuum qualitativo* da mesma, percebemos que podíamos detalhar para aprofundar as questões apresentadas¹⁰, pois o conhecimento dos processos de construção histórica das comunidades do Combu, contribuiu e contribui para o conhecimento sobre a história da nossa região amazônica, através da relação sociedade/natureza articulada com o surgimento de signos da modernidade, confrontando/articulando com a tradição.

Inicialmente tentou-se investigar os elementos sócio-culturais do passado com significação no presente, sobre o modo de vida, relação sujeitos históricos e natureza, os processos de criação e recriação da vida social das comunidades do Combu, as formas de atividade sócio-econômica, simbólicas e de tecnologias de trabalhos encontrados.

Posteriormente verificamos a necessidade de realizar a identificação dos modos de vida das comunidades do Combu e das suas formas de percepção e controle do território, através das concepções e formas de uso dos recursos, das experiências de manejo e das alternativas econômicas adotadas.

O que nos chamou a atenção e despertou interesse para os questionamentos das relações da população do Combu com a natureza dos espaços, foram primeiramente, as intervenções de novas demandas e apropriação de espaços, como a construção de restaurantes e o turismo, que influenciam e forjam novas formas de relações com a natureza e um fato ocorrido recentemente, referente à tentativa de apropriação de território por uma pessoa que não mora na área com a expropriação para desalojar dezoito famílias da área em questão, tendo intervenção do Ministério Público para averiguar o problema.

As relações da população com a natureza, ou seja, com a forma de apropriação e o modo como vivem e atribuem significados, têm influência e interação com as necessidades do dia a dia, do aqui e do agora e também dos seus hábitos, tradições e usos de tempos-espacos de outrora. Apresentam a sua dinâmica de interação baseados em valores construídos na cotidianidade e nas novas demandas econômicas, sociais e espaciais.

Consideramos os espaços como um elemento constitutivo das relações sociais que se estabelecem, uma vez que se constroem e refazem nas memórias e simultaneamente no presente, sendo histórica e culturalmente produzidos, influenciando nas relações entre os

¹⁰ Entre as muitas que se apresentam nos capítulos 2 e 3 deste trabalho, podemos exemplificar a relação estabelecida entre as práticas de manejo com a pupunha organizada pelos pesquisadores do Museu Paraense Emílio Goeldi e a percepção e ciclo realizado pelas comunidades, bem como a forma de extrativismo do açaí e o processo de venda, havendo uma espécie de simbiose antiteticamente complementar entre tradição e modernidade.

sujeitos e a natureza, não os entendendo como palco, mas fundamental para as vivências das comunidades do Combu.

Os espaços têm sido estudados por historiadores que utilizam e preocupam-se com as fontes alternativas que possam revelar e levar em consideração a vivência cotidiana dos sujeitos que constroem esses espaços dinâmicos, a memória que vive a natureza dos espaços, e possibilita a história.¹¹

Teve-se a preocupação de não tratar os espaços como mero reflexo dos recortes mais amplos, para poder aprofundar as especificidades, mas também o cuidado de não transformar o estudo como à parte da história como um todo, para poder utilizar a história regional, então, “*como uma concepção interpretativa ou como método de investigação*”¹². Foi no próprio processo de pesquisa que construímos o recorte espacial, para podermos compreender as representações sobre os espaços insulares construídas historicamente, sem perder o objetivo principal da pesquisa: a compreensão das mudanças e permanências das relações das comunidades do Combu com os recursos naturais na atualidade.

Considerou-se este desafio imprescindível, pois o

problema teórico que se coloca para o historiador é o da delimitação das fronteiras desses territórios. É essa delimitação que estabelece uma unidade significativa de relações e movimento, que tem sentido comparar com outras unidades, à procura de elementos de semelhança e diferença.¹³

Levou-se em consideração

os aspectos históricos, sócio-econômicos, políticos ou ideológicos de uma região, devem se relacionar com a questão espacial, devem explicar como todos estes aspectos interferem na configuração, transformação, representação social, do espaço estudado.¹⁴

¹¹ Vários autores ressaltam a importância da relação entre memória e história ou história, tempos e espaços na memória em seus estudos, como ALLEN, B e MONTELL, W. *Da Memória a História: História Oral como Recurso da História Local*. Tennessee, 1981; LE GOFF, J. *Memória e História*. Campinas: Unicamp/SP, 1990; LOWENTHAL, David. Como Conhecemos o Passado. *Revista Projeto História*. SP, 1998; SAMUEL, Rafael. Teatros da Memória. *Projeto História*. PUC/SP. 1997; entre outros.

¹² SILVA, Vera Alice C. Regionalismo: O Enfoque Metodológico e a Concepção Histórica. In: Marcos A. da Silva (coord.), *República em Migalhas. História Regional e Local*. São Paulo, 1990.

¹³ *Idem, Ibidem*, p. 91.

¹⁴ AMADO, Janaína. História e Região: Reconhecendo e Construindo Espaços. In: Marcos A. da Silva (coord.), *República em Migalhas. História Regional e Local*. São Paulo, 1990, p.76.

Para nossa pesquisa entendemos região de forma mais abrangente do que território. Assim, na definição de região e sua análise consideramos todas as dimensões caracterizadoras de um determinado recorte sócio-espacial, entre elas a territorial, mas não apenas ela, pois as relações sociais, a construção histórica das representações são fundamentais na construção do espaço que "*representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades*"¹⁵.

É salutar considerar que a história regional deve buscar resgatar a dinâmica da prática social, com o cuidado de não transformar a região estudada '*em um microcosmo que se basta e se auto-explica*'¹⁶. Pesavento (1990) enfatiza a contribuição da interpretação gramsciniana para a história regional, pois "*transforma a história regional no meio caminho entre a totalidade mais ampla na qual se insere e as variações regionais específicas, definidas pelas condições objetivas locais*"¹⁷.

Desta maneira, os espaços não são considerados somente como o território administrativo e "*não pode ser formado apenas pelas coisas, objetos geográficos, naturais e artificiais (...) O espaço é tudo isto mais a sociedade*"¹⁸.

Silveira (1985) enfatiza a importância de desnaturalizar os conceitos de espaços e região e compreendê-los como construção social.¹⁹ Os estudos históricos brasileiros pouco levam em consideração a relação entre temporalidade e espacialidade, principalmente em relação a seus pressupostos teóricos e metodológicos, pois a "*ciência histórica é pouca afeita ao tratamento da problemática espacial*"²⁰.

Tentou-se não cair nem na visão de região como algo auto-evidente, nem como simples recorte apriorístico, definido pelo pesquisador, pois para compreendermos a construção histórica das representações sociais sobre os espaços insulares, por exemplo nos séculos XVIII e XIX, presentes no capítulo I, compreendemos a necessidade de alargar o recorte espacial, e quando estudamos as especificidades do Combu na atualidade, o recorte foi restringido, sem desconsiderar as relações com a cidade e a sociedade. É importante

¹⁵ ABRAMOVAY, Ricardo. *O capital social dos territórios*. MEPEF, 1998, p.32.

¹⁶ PESAVENTO, Sandra J. *História Regional e Transformação Social*. In: Marcos A. da Silva (coord.), *República em Migalhas. História Regional e Local*. São Paulo, 1990, p.55.

¹⁷ *Idem. Ibidem*, p.57.

¹⁸ SANTOS, M. *Espaço e Método*. SP, 1992, p.66.

¹⁹ Nas concepções positivistas de espaço e região, há um conjunto de definições presentes nas diversas especialidades que têm como fundamento a transposição dos métodos das ciências naturais para explicar os fenômenos sociais, naturalizando e escamoteando as relações humanas, no processo de interação com o ambiente, discutindo a relação Humanidade x Natureza, sem levar em consideração as relações dos seres humanos entre si.

²⁰ SILVEIRA, Rosa Maria G. *História e Região*. São Paulo: ANPUH/USP, 1985, p.42.

considerar "*região enquanto conceito, instrumento de interpretação do real, e regionalização enquanto instrumento de investigação*"²¹.

A pesquisa sobre a Ilha do Combu considerou a relação de suas realidades com a sociedade de forma mais ampla, construindo uma narrativa interpretativa que não dissocia os aspectos regionais dos aspectos mais gerais. Buscou-se perceber como os sujeitos históricos, das comunidades do Combu, percebem e expressam permanências e mudanças de suas relações com a natureza, sem dissociá-los das relações mais gerais com a cidade.

A escolha do corte temporal/espacial levou em consideração um novo olhar sobre as relações humanidade e natureza que poderiam ser escamoteados com outro corte. Tal opção fez parte da construção epistemológica da própria pesquisa.

Esse estudo compreende que através do diálogo entre os tempos históricos, pode-se decifrar a importância do passado-presente. A "*história produz-se a partir dos confrontos, das permanências e da problematização*"²² e os espaços são palco-sujeitos nesta construção, pois representam criações culturais, e o papel do pesquisador não é aprisioná-los, mas compreender as suas simbologias, sem pensar exclusivamente em sua fixidez que pode ocultar e esconder a diversidade, pois tempo e espaço são esteios da história e "*graças à memória, o tempo não está perdido, também o espaço não está perdido (...) e é ilusória a única fixidez em que se acreditava: a fixidez dos espaços*"²³.

A pesquisa revelou a memória como um elemento fundamental no entendimento da circulação de determinadas imagens sobre regiões e moradores, sobre as paisagens, sobre a natureza e sua utilização, sobre a natureza dos espaços, ou ainda, utilizando a contribuição de Nora (1993), sobre 'os lugares da memória'. Percebeu-se como elemento para compreensão, que a natureza dos espaços nas memórias "*têm raízes na terra em que se vive, simboliza o homem e seu entorno, encarna a vontade de enfrentar o futuro sem romper com o lugar, e daí obter a continuidade através da mudança*".²⁴ E, foi graças à memória, que se tentou verificar, através da história oral e histórias de vida, a memorialidade da ocupação.

Foram realizadas visitas no período de junho a dezembro de 2005, solicitadas oficialmente ao Instituto de Terras do Pará – ITERPA, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, à Gerência de Patrimônio da União – GRPU. Na GRPU foram

²¹ HAESBAERT, Rogério. *Região, diversidade territorial e globalização*. UFF, 1999, p.37.

²² REZENDE, A P. O Recife: os espelhos do passado e os labirintos do presente. *Projeto História*. São Paulo: PUC, nº18, 1999, p.163.

²³ POULET, G. *O Espaço Proustiano*. Rio de Janeiro: Imago, 1992, p.98.

²⁴ SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo, 1996, p.262.

consultados os arquivos e realizadas conversas e entrevistas com o pessoal do quadro técnico do Órgão, como os advogados.

Realizamos também visitas e coleta de dados às Instituições: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e CODEM, onde encontramos alguns documentos oficiais que mostram a preocupação de inserir as ilhas como parte do município, como também prioridades nos planos diretores urbanos de Belém, relacionados à temporalidade central da pesquisa.

No Arquivo Público do Pará consultamos as cartas de concessões de sesmarias e códices referentes às áreas insulares de Belém. Consultamos também, alguns documentos sobre as regiões próximas do Combu, para mapear as áreas próximas.

Constatou-se que nossos igarapés, rios e matas não são *terras de ninguém* ou *sem história*. Ao contrário, têm um longo passado de ocupação, por gente que ali viveu, usou suas águas e matas, deu significado a elas, trabalhou, criou seus filhos, enfim, criou história. Por gente que vive, sonha, modifica-se e também o meio, pois como nos lembra Balée (1998) em um de seus postulados da ecologia histórica, ‘a maior parte da biosfera não humana tem sido afetada pela atividade humana’, mas de forma dialética.

Realizamos visitas de campo no Combu, durante o ano de 2005, mas foi no segundo semestre que coletamos as mais importantes informações. Inicialmente, as visitas e contatos foram feitos com as lideranças comunitárias e com as agentes de saúde, onde tivemos a especial oportunidade de apresentar a intenção da pesquisa e debater sobre os objetivos e interesses do nosso projeto²⁵. Fizemos também visitas com pesquisadores do Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG, que tem referência de trabalhos na área da botânica sobre o Combu, em especial do professor Mário Jardim, indicado e apresentado por nossa orientadora.

No momento da apresentação de nosso projeto, surgiram questionamentos instigantes e interessantes sobre os interesses para com as pessoas do Combu, ‘*para a comunidade, pode ser bom o trabalho, vai ter retorno?*’²⁶. Tal fato gerou o debate sobre o papel da história, a importância de conhecermos nossa história na atualidade, as formas de ‘*contar a história*’.²⁷

²⁵ Na qual tivemos oportunidade de conhecer Prazeres Quaresma, Izete, agente de saúde mais conhecida como Nena, a Jorgete, também agente de saúde, o Edu, que trabalha no posto, a enfermeira Telma, e todas as outras agentes tão importantes na realização do nosso trabalho

²⁶ Questionamento feito por Izete Quaresma, durante apresentação realizada em 11 de agosto 2005 as agentes de saúde do Combu.

²⁷ Assumimos a responsabilidade ética de informar e dividir informações sobre o andamento da pesquisa, o que tornou essencial para estabelecermos uma relação de respeito.

Para o trabalho de campo, estabelecemos uma relação interdependente, necessária aos registros etnográficos, através de critérios para se chegar à intimidade cotidiana das comunidades do Combu.

Os contatos possibilitaram entrevistar pessoas ‘*chaves*’, pois antes realizamos levantamento e consultamos os dados registrados pelas agentes de saúde, organizados e tabulados, de acordo com os temas: demografia, faixa etária, tipo de residência e acesso à energia.

Na tabela abaixo podemos visualizar melhor alguns desses dados, que estão sistematizados de acordo com as comunidades as quais os indivíduos pertencem, tais quais: comunidade Combu, comunidade do Benedito e comunidade Paciência/Piriquitaquara.

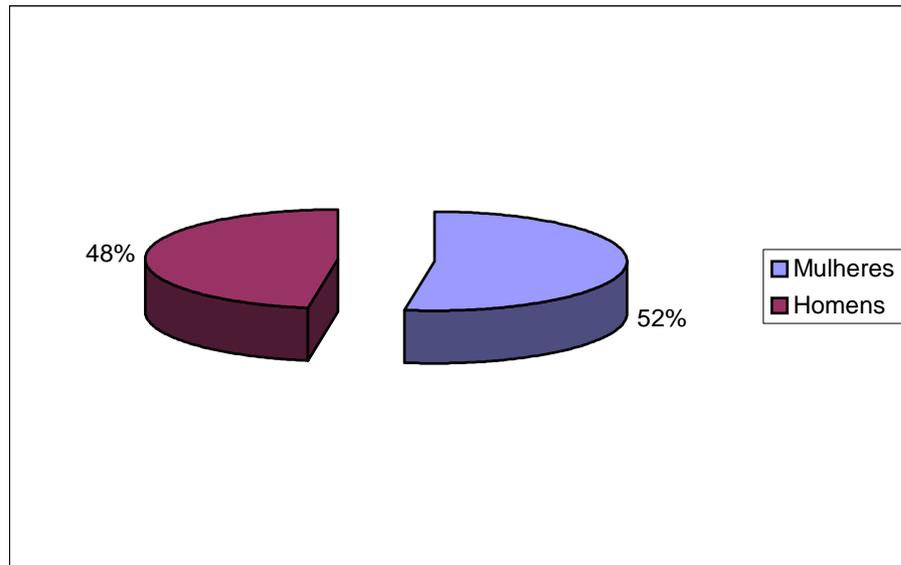
Tabela 1: Número total de Homens e Mulheres na Ilha do Combu, por comunidade:

Comunidades	Mulheres		Homens	
	Abs	%	Abs	%
Ig. do Combu	193	51%	184	49%
Ig. do Piriquitaquara e Paciência	161	54%	136	46%
Furo Benedito e Beira Rio Guamá	162	52%	149	48%
TOTAL	516	53%	469	47%

Fonte: Dados coletados no posto de saúde do Combu/2005.

Se levarmos em consideração a porcentagem de homens e mulheres que residem na ilha, temos a seguinte configuração:

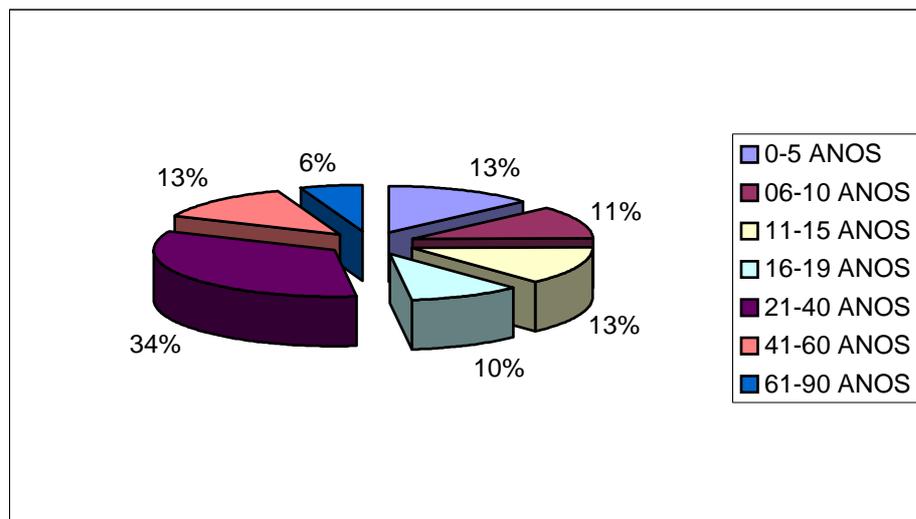
Gráfico 1: Homens e Mulheres da ilha do Combu



Fonte: Dados coletados no posto de saúde do Combu/2005.

Levando-se em consideração a faixa etária, a população da ilha do Combu encontra-se na seguinte disposição:

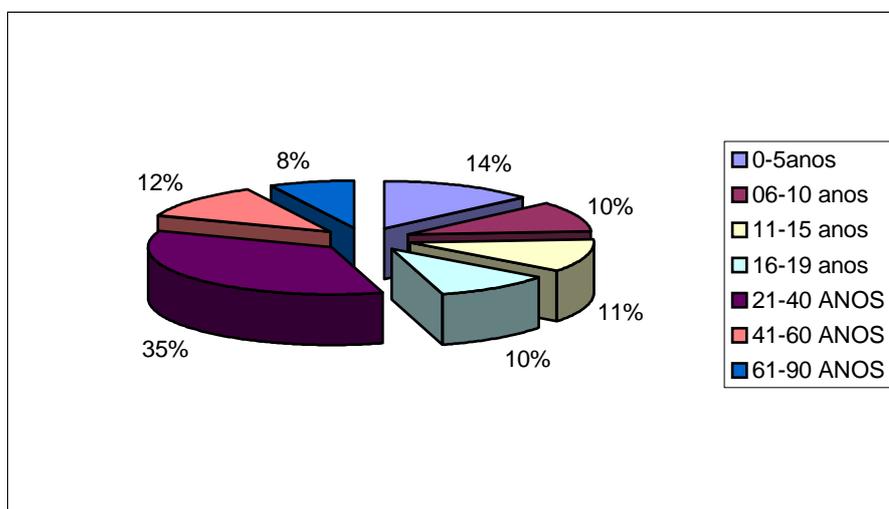
Gráfico 2: Faixa etária da ilha do Combu



Fonte: Dados coletados no posto de saúde do Combu/2005.

Na comunidade do Igarapé Combu e Igarapé Tapera há um número total de 377 pessoas, distribuídas em 91 casas/residências ou famílias.²⁸

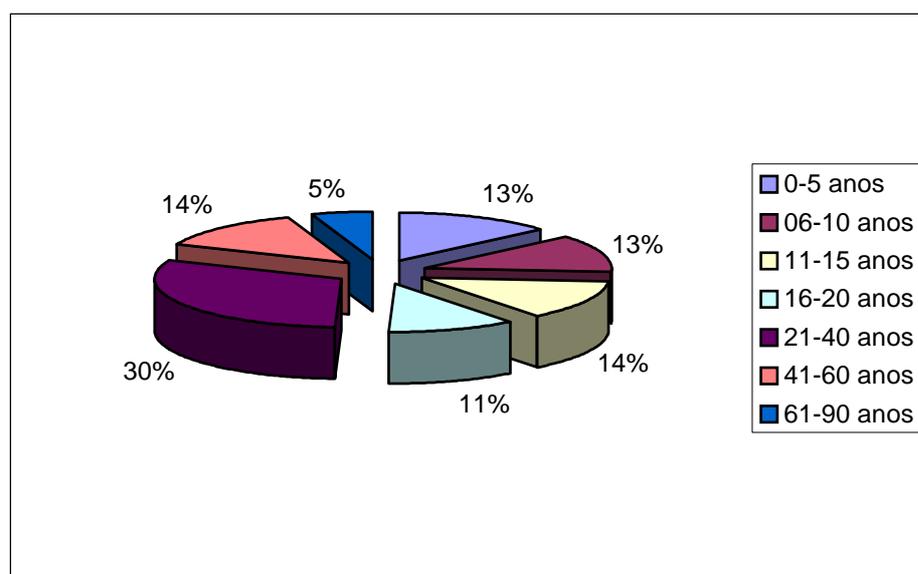
Gráfico 3: Faixa etária comunidade Combu



Fonte: Dados coletados no posto de saúde do Combu/2005.

Na parte da beira do rio Guamá e furo São Benedito²⁹, há 69 casas/residências ou famílias, perfazendo um total de 311 pessoas.

Gráfico 4: Faixa etária São Benedito



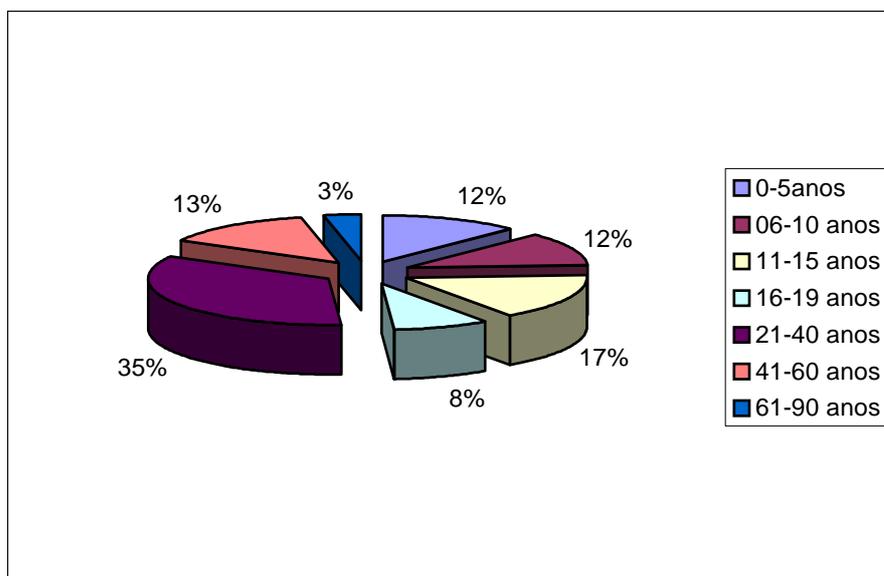
Fonte: Dados coletados no posto de saúde do Combu/2005.

²⁸ Levantamento realizado a partir de questionários-modelo incluído nos anexos do trabalho- e principalmente a partir das fichas de cadastro da agente de saúde Izete.

²⁹ Levantamento realizado a partir de questionários-modelo incluído nos anexos do trabalho - e principalmente a partir das fichas de cadastro da agente de saúde Edna.

Na comunidade do igarapé Paciência e Piriquitaquara³⁰, há um total de 297 pessoas, distribuídas em 67 casas/residências ou famílias.

Gráfico 5: Faixa etária Paciência/Piriquitaquara



Fonte: Dados coletados no posto de saúde do Combu/2005.

A partir das informações coletadas, organizadas e dispostas acima, podemos estabelecer uma visão geral da densidade demográfica da ilha, bem como sua disposição ao longo das comunidades.

A pesquisa não teve o objetivo de encontrar e construir uma única verdade, mas buscar um sentido explicativo para o Combu de forma diacrônica e sincrônica, utilizando informações ‘do olhar de fora para dentro e, principalmente, de dentro para fora’. Tais perspectivas são utilizadas não com a intenção de confrontá-las, mas perceber outros ângulos a partir de olhares distintos.

Durante a pesquisa de campo utilizamos questionários, entrevistas, que nos possibilitou vivências, observações importantes e necessárias para compreender o cotidiano dos sujeitos históricos objetos da pesquisa.

Ao entrevistar pessoas pelas comunidades da ilha, foi se traçando uma teia, ou muitas teias, de histórias interligadas constituídas pelos moradores mais antigos, que são coetâneos e são referências para os mais jovens e contemporâneos.

³⁰ Levantamento realizado a partir de questionários-modelo incluído nos anexos do trabalho - e principalmente a partir das fichas de cadastro da agente de saúde Jorgete.

A pesquisa requereu permanência nas comunidades em diferentes períodos. Os ‘sujeitos’ foram escolhidos em função das vivências, experiências, histórias de vida, tempo de residência na Ilha, nascidos e não-nascidos no Combu, pela idade, pelo fato de serem moradores antigos ou descendentes de famílias que iniciaram a ocupação e pelo envolvimento com o cotidiano e a realidade da Ilha. Nessa abordagem qualitativa *“parte-se do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”*³¹.

As primeiras entrevistas de uma rede de colaboradores, que constituíram um grupo orgânico e auto (ou inter) selecionado (Meihy, 1998), iniciaram com dona Angélica, de 78 anos, e seu Rui Quaresma, que se orgulha de ter *‘67 de idade e 67 de Combu’*.

Entendemos que o objeto não é um dado inerte, neutro, pronto e acabado. É dinâmico e em constante interação com o mundo real. Tais preocupações permitem pensar o passado a partir do presente, na busca do entendimento do nosso tempo, dando atenção para a *“outra história”*³².

As entrevistas tiveram como pressuposto básico a produção do conhecimento. Foram utilizadas tanto a narrativa livre, como a temática, ou semi-estruturada, ou não diretiva, visto que *“a entrevista semi-estruturada ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação”*³³.

Nossa amostragem foi constituída e escolhida *“em função de critérios que nada têm de probabilistas e não constituem de modo algum uma amostra representativa no sentido estatístico”*³⁴.

Mesmo tratando do significado do passado no presente,

nosso conhecimento não fica –esperamos- por isto aprisionado nesse passado. Ele nos ajuda a conhecer quem somos, porque estamos aqui, que possibilidades humanas se manifestaram, e tudo quanto podemos saber sobre a lógica e as formas de processo social³⁵.

³¹ CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez, 1995, p.79.

³² HOBSBAWN. *Op. Cit.*, p. 18.

³³ TRIVIÑOS, Augusto. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação*. São Paulo: Atlas, 1987, p.146.

³⁴ THIOLENT, Michel. *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária*. São Paulo: Polis, 1987. p. 199.

³⁵ THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981. p. 158.

O trabalho é constituído de três capítulos, construídos e organizados para historicizar as memórias das comunidades do Combu: as chegadas de seus ancestrais, a experiência de vida e trabalho na ilha, as possibilidades, mudanças e permanências na atualidade, os aprendizados, as escolhas, os esquecimentos e manipulação das lembranças, na perspectiva de compreender os modos de ser, estar e viver, presentes em suas relações sociais e simbólicas que se manifestam também nas relações com a natureza.

A organização dos capítulos e suas ordenações foram estabelecidas para visualizar e realçar os principais aspectos das experiências cotidianas das comunidades do Combu, através da produção e reprodução de suas vidas, seus detalhes e especificidades, que mantém um complexo de relações com as outras ilhas próximas, com o espaço do *interland* paraense, bem como com a parte continental da cidade de Belém. Buscou-se esclarecer as formas de adaptação, resistências, organização, perdas e ganhos, o significado da tradição em suas vidas e sonhos, captados através das memórias.

No primeiro capítulo discorremos sobre a construção histórica das representações da insularidade da cidade na modernidade, ampliando o recorte espacial e temporal, utilizando-se da historiografia regional para estabelecer campos de possibilidades para os arredores da cidade da qual o Combu faz parte, relacionando com imagens, mapas e relatos. Contextualizamos e historicizamos os fragmentos de memória das comunidades do Combu sobre as chegadas de seus antepassados, a relação de ocupação com a sobrevivência na ilha, que podem ser redimensionados para a compreensão da Belém vista da ilha e da ilha vista de Belém. O capítulo tenta desvelar e revelar fontes escritas, documentais, orais, falas e silêncios que analisamos para a compreensão da relação natureza, humanidade e vida no Combu.

O segundo capítulo aponta as principais formas de relações estabelecidas no Combu na atualidade, principalmente a partir da década de 80 do século XX, a saber: as relações sob o viés dos aspectos sociais, extrativistas e turísticos, como construções dinâmicas, tendo como destaque às múltiplas possibilidades da relação com a natureza. Tentou-se uma abordagem que pudesse *dar luz* aos questionamentos, anseios, mudanças e permanências presentes nas falas, no cotidiano, *no vivido* dos sujeitos. Para tanto nos utilizamos das categorias e conceitos dos autores, como Williams, Thompson, principalmente, que puderam dar subsídios para nossa formulação, de modo que, sem enquadrar a realidade às categorias, pudessem estas ser auxiliares na observação da homogeneidade e heterogeneidade em movimento no cotidiano e nas teias das relações sociais nas comunidades do Combu.

No capítulo terceiro discorremos sob os múltiplos interesses, visões e usos dos espaços no Combu, imbricadas nas suas relações cotidianas, de forma material e simbólica. Sistematizaram-se as possibilidades de vida baseada no extrativismo, nos tempos de uso dos recursos, relacionadas à propriedade da terra. A partir das experiências vividas e construídas, e formas da atuação na modernidade, têm-se a construção de processos de gestão, parcerias e discussões sobre a sustentabilidade da vida, com especificidades no Combu.

Antecipando algumas considerações, diríamos que vêm a terra, os rios, igarapés, furos, como recursos primeiros de sobrevivência e identificação. Há também um mixto de valorização e medo sobre as variáveis socioculturais representadas por todo um conjunto de valores que está em difusão. A luz elétrica, por exemplo, amedronta e seduz, pela facilidade.

Agora ta ficando mais fácil, é tão perto de Belém, e é bom, porque facilita, já tem aqui, passando a Boa Vista, aqui que é pertinho não têm, só com o gerador, (...), mas também quando colocaram lá da Boa Vista, foram derrubando tudo, os trator, eu soube, deve ver como fazer né³⁶.

Há um paradoxo entre temor e atração pela mudança, pela possível nova vida, e uma possível mobilidade.

Nós temos muitas idéias, mas é difícil conseguir, porque quem dera que todos participassem, das discussões, da organização, têm tanta coisa p'ra melhorar, ampliar o posto de saúde, os espaços da escola, (...) mas também é assim mesmo, todo mundo tem seu dia a dia, seu jeito, minha vó é super generosa, trabalhadora, tem seu modo e eu aprendo muito com ela, até hoje³⁷.

Percebe-se, na fala acima, um misto de nostalgia que ambienta dor e felicidade. Ao tratar das possibilidades de solução dos problemas cotidianos das comunidades do Combu, como saúde e educação, a entrevistada remete-se a forma de vida da avó que cuida do lar, lava roupa na beira do igarapé Combu e constrói esteiras de secar cacau.

³⁶ Entrevista realizada no mês de setembro de 2005, com Dona Angélica Quaresma, 79 anos, na qual este pequeno trecho é parte de sua fala sobre a entrada de energia no combu e proximidades.

³⁷ Entrevista realizada em 17 de novembro de 2005, com Prazeres Quaresma, no dia do lançamento do Projeto Combu: Responsabilidade Social na Faculdade de Belém.

Há múltiplos valores da natureza nas vidas e falas das comunidades do Combu, onde percebe-se que o 'passado' não se esvai, mas que é constantemente recriado na vida e na memória, ainda com a intenção de recriar o futuro.

Resta-nos, então, abrir mão das nossas certezas positivistas e mergulhar nas memórias, falas e vidas do Combu.

CAPITULO I – COMBU: ENTRE HISTÓRIAS E MEMÓRIAS

Para perceber e compreender a história e memória das comunidades da ilha do Combu fez-se necessário percorrer as idas e vindas nos espaços insulares, interiores, continentais, rios e igarapés que circundam e formam a cidade de Belém, bem como rever como foram construídas as possibilidades de vivências, sobrevivências, ocupação, utilização dos recursos, ‘imagens reais e arquetípicas-reais’ no processo da modernidade.

Fotografia 1: Detalhe de três das diversas ilhas que circundam Belém – Da esquerda para a direita: Ilha do Combu, Ilha do Maracujá e Ilha dos Papagaios



Fonte: Acervo Pessoal do autor. Fotografia: Josias de Souza Sales – Abril/2006

Neste capítulo realizamos a construção histórica da modernidade sobre as representações de civilidade/natureza, natureza/cultura, que construímos para explicar as relações sociais nos espaços insulares e continentais de Belém, para a compreensão e inferências da atualidade.

Mesmo que o objeto principal da pesquisa trate das relações cotidianas das comunidades do Combu com os recursos naturais a partir da década de 80 do século XX, realizamos neste capítulo um *passeio* no longo percurso da modernidade para a

contextualização e compreensão das representações, imagens e simbologias que afetam e inferem as percepções dos espaços insulares de Belém, para a vida presente, guardadas as devidas continuidades e descontinuidades históricas.

O diálogo feito com a historiografia que trata das manifestações adotadas em períodos anteriores ao recorte cronológico da nossa pesquisa, como as relações estabelecidas pela metrópole no século XVIII, para os cenários de matas e rios, na tentativa de abarcar o progresso econômico, nos sugeriu campos de possibilidades para compreensão do Combu como parte deste complexo e das representações construídas sobre estes cenários, mesmo não encontrando fontes documentais específicas sobre a ilha nestes períodos.

Isto nos fez ampliar e/ou alargar os limites e o recorte temporal e espacial da pesquisa, para compreender estas representações através dos mapas da cidade de Belém e relatos de viajantes que se referem aos arredores da cidade no século XIX, para fazer inferências da natureza dos espaços e compreender alguns aspectos do escopo central da pesquisa.

Ao analisar as formas de apropriação da natureza, na transformação e reapropriação dos espaços no interior do País, mais precisamente entre São Paulo e Mato Grosso nos séculos XIX e XX, Arruda (2005) desnaturaliza as concepções de civilidade/natureza, cidade/sertão, como antagônicas e completamente opostas, discutindo e ampliando o conceito de cidade para além do urbano como moderno e da natureza como atraso.

Ao propor aprofundar a relação entre território e natureza, como forma de estabelecimento de representações, o autor citado nos informa que esta relação “*não é recente, datando de fins do século XVIII e início do século XIX (...) perpassando até hoje nossa visão dicotômica de cidade – urbano - civilizada, sertão – rural - natureza*”,³⁸ formando conceitos e representações sobre o espaço que vão sendo forjados no cotidiano.

As memórias construídas sobre esses espaços levam a questionamentos que não ficam presos à história local, mas podem abranger categorias que expressam a natureza de forma similar e contraditória, ao mesmo tempo, como bela, intocada, urbanizada, transformada, vivida, utilizada, apreciada, construídas na sociedade como um todo, onde há necessidade de compreender suas representações no tempo e no espaço. Natureza está imbricadamente relacionada às formas de percebê-la e também utilizá-la.

³⁸ ARRUDA, Gilmar. Monumentos, Semióforos e Natureza nas Fronteiras. In: ARRUDA, Gilmar. (Org.) *Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas*. Londrina: EDUEL, 2005, p.06.

Perceber as relações que se estabelecem com e nas comunidades do Combu de forma híbrida, inter-relacionando aspectos, permitiu compreender os vários conteúdos e significados dessas relações, valorizando a lógica que presidiu a elaboração dessas memórias, considerando o processo de construção histórica através da memória-conhecimento dos sujeitos.

A memória-conhecimento de alguns sujeitos, relaciona-se a chegada de seus parentes na Ilha no início do século XX, o que nos fez perceber as representações dos espaços da ilha de Belém, através das mensagens dos intendentos, do final do XIX e início do XX, que, para a nossa análise, relacionavam de forma antitética civilidade/natureza, cidade/interior.

Priorizamos relacionar a memória, apreendendo os componentes significativos que puderam ter inferências no presente para a visão sobre a natureza dos espaços das comunidades, que consideramos como fundamentais e explicativos da própria sociedade, priorizando em nossa análise as representações sobre a natureza.

Com cuidado para não parecer arbitrário, ao tratar do ambientalismo e da crítica ambiental em meados do século XVIII e início do XIX, Pádua (2002) analisa os primeiros críticos ambientais luso-brasileiros, utilizando como fontes cartas, documentos governamentais e relatórios, relacionando estas críticas a fontes teóricas, que influenciaram tais críticas, como a doutrina fisiocrática e a filosofia natural de Lineu e Buffon.

O autor chama a atenção, logo no início da obra, que:

não se trata de ignorar as enormes diferenças históricas que separam o século XVIII e o século XXI. Mas também não é correto, ao meu ver, estabelecer uma barreira intransponível entre os pensamentos, práticas e instituições de ambos os períodos. Existe uma continuidade histórica entre os macroprocessos em curso no final do XVIII, tanto em termos subjetivos quanto objetivos, e a constituição do mundo contemporâneo. E o que se está discutindo aqui, de fato, é o aparecimento da crítica ambiental no universo da modernidade.³⁹

Assim é que podemos compreender que, considerando a construção da modernidade na longa duração, a natureza não é a mesma, assumindo formas de utilização e relação, incluindo as representações, valores e simbologias, relacionadas ao momento específico e que, ainda assim, têm relações que podem inferir sobre a atualidade, diferindo,

³⁹ *Idem. Ibidem*, p.39.

negando, ou contradizendo, e em muitos momentos, reafirmando, pois há uma continuidade histórica na radicalidade da modernidade, considerando as devidas descontinuidades.

Pesquisar as relações das comunidades do Combu com as naturezas dos espaços e tempos, as transformações, mudanças e a tradição em ação na teia das relações sociais cotidianas, datadas a partir de década de 80 do século XX, não quer dizer ignorar o longo processo histórico da modernidade, a longa duração. Ainda que precise de pesquisas e estudos detalhados sobre esse longo percurso, consideramos importantes os estudos regionais recentes da historiografia, para estabelecer campos de possibilidades históricas que inferem no nosso trabalho.

1.1- O Cenário: Matas e Rios

O cenário amazônico, constituído de matas e rios, foi ocupado há longos períodos e tempos por gente que viveu, sonhou e modificou a si e o meio – este próprio cenário. Tempo arqueológico, tempo antropológico, tempo histórico, em suma, tempos estabelecidos para a compreensão de tempos de outrora, perguntas e questionamentos dos tempos presentes.

Entre as obras sobre o século XVIII no Grão-Pará, alguns trabalhos historiográficos apresentam aspectos da organização e utilização espacial de alguns pontos e ilhas dos arredores da cidade de Belém – na época também denominada de cidade do Pará - pela lógica colonial.

No século XIX, Baena (1969) utilizou enfoque historiográfico que parte da perspectiva das ações oficiais do governo, revelando dados estatísticos sobre a Província do Grão Para, a cidade de Belém e aspectos sobre a utilização dos arredores desta,⁴⁰ principalmente no item referente ao período de 1783-1790. Neste estudo, exclui as ações dos ‘comuns’, classificadas como desprovidas de organização e lógica racional. Segundo o autor, a Câmara solicita ao governador a construção de um lazareto em uma das ilhas dos arredores

⁴⁰ BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Compendio das Eras da Provincia do Pará*. Belém: UFPA, 1969. No século XIX, Baena realizou um cadastro da província paraense, cuja publicação saiu no ano de 1829. A obra faz uma descrição minuciosa das ações oficiais, sendo registrados os feitos da política, da economia e os fatos considerados importantes, pois “*havia falta de uma história privativa do Pará (...) dedicando uma á história civil do Pará*” (p. 16). O autor utiliza fontes coletadas na secretaria de governo, no arquivo publico da cidade, os anais histórico do estado do Maranhão dentre outras para a “*positiva certeza da verdade dos factos manente nos escriptos officiaes e nos registros authenticos*” (p. 16).

da cidade,⁴¹ informa ainda que estava ocorrendo a intensificação de mocambos nos arredores de Belém, bem como o fluxo de suas principais rotas, incluindo as ilhas.

(...) sobre a força e numero de mocambos em torno da cidade e pede força armada para os desbaratar (...) um no igarapé de Una (...), outro nas vertentes do rio Mauari (...), atravessando a pé o sitio do Pinheiro, vem sair ás ilhas (...), vindo ao Guamá se reúnem com os negros fugitivos.⁴²

Por estas rotas, percebe-se as possibilidades de utilização e representações dos arredores da cidade e algumas ilhas como importantes pontos estratégicos de ocupação oficial, militar e de fortificação para a segurança da cidade, uma vez que poderiam e estavam sendo utilizadas e, concomitantemente, habitada por seres *desgarrados*: os fugitivos.

Os espaços dos arredores e ilhas são representados como perigosos à vida civilizada da cidade, a partir do ponto de vista oficial, pois neste cenário de matas e rios havia a grandeza da natureza aliada a ausência de civilidade. Baena cita que certa vez “*desembrenhou das matas vizinhas certo numero de homens boscarejos*”,⁴³ havendo, portanto, a necessidade do “*jugo da razão e da justiça*”.⁴⁴

Barão do Marajó (1992) classificou as ilhas em diferentes grupos baseando-se em suas respectivas localizações geográficas,⁴⁵ informando que estas “(...) são (...) um número tal, que difficilimo se torna esta tarefa, alem d’isto, sendo o maior numero d’ella, de recente formação, de terrenos alagados, pouco interesse offerecem á especulação”.⁴⁶ Sem desvelar o complexo das relações sociais dos múltiplos sujeitos, visto que não era esse o objetivo da obra, revela o interesse e abandono na utilização de algumas ilhas dos arredores da cidade, sem constar o nome da ilha do Combu na relação.

A [ilha] da Tatuoca (...) é muito aprasiavel e linda de forma circular (...) com viçosa vegetação. É o logar de preferencia para os paraenses para os seus passeios; hoje que

⁴¹ Posteriormente verificamos que a ilha citada refere-se à de Tatuoca.

⁴² BAENA. *Op. Cit.*, p. 217.

⁴³ *Idem, ibidem* p. 257.

⁴⁴ *Idem.*

⁴⁵ MARAJÓ, Barão de. *As Regiões Amazônicas - Estudos chographicos dos Estados do Pará e Amazonas*. Belém: Secretária de Estado e Cultura, 1992. 2ª Edição. Na obra, Barão do Marajó dedica um capítulo específico sobre a catalogação estatística e descritiva das ilhas da província do Grão Pará, incluindo as das proximidades da cidade de Belém. A obra é baseada nos estudos científicistas da época e nos parâmetros das ciências física e geológica dos naturalistas.

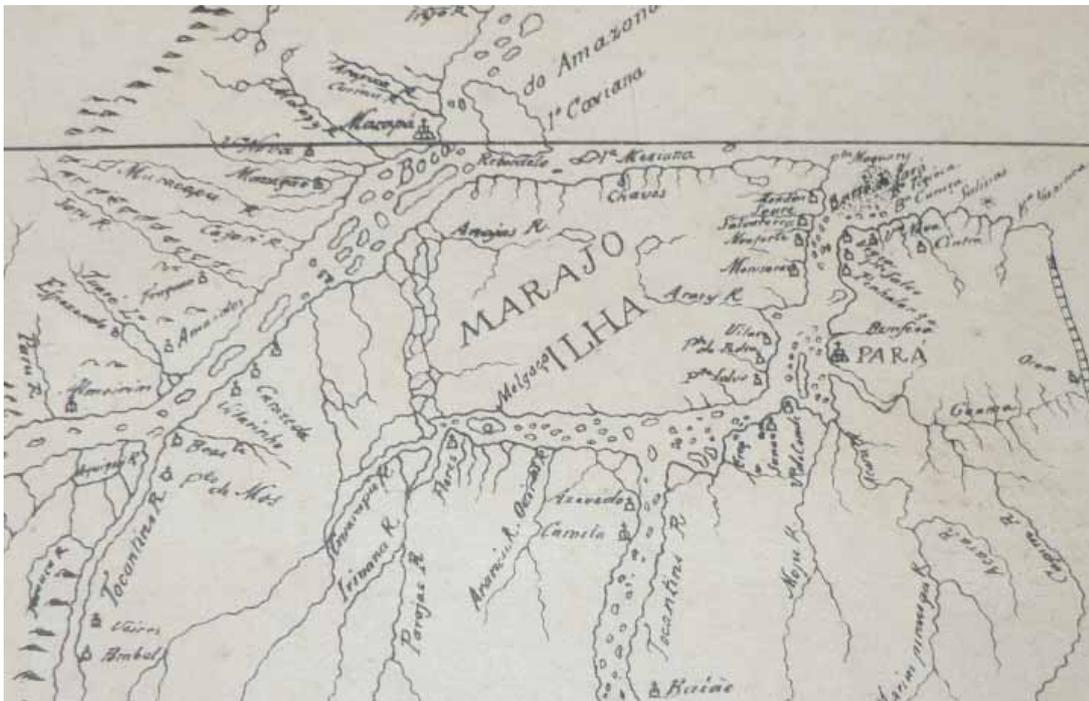
⁴⁶ *Idem, Ibidem*, p. 297.

está comprada pelo governo, que n'ella quis fazer um lazareto, acha-se abandonada..⁴⁷

A obra nos possibilita compreender que a classificação das ilhas é similar à lógica da cartografia do mesmo período, na qual a importância econômica e utilização em função das visões mercantilistas e militares prevalecem. Grande parte das ilhas não estava inserida na utilização racional e sendo pouco afeitas à civilidade, “*estas ilhas não tem uma grande importância (...)*”.⁴⁸

Os nomes e os locais constavam no mapa em virtude da importância econômica estratégica, no qual aparecem muitas ilhas, quando muito, apresentam-se em mosaicos sem nomes, existindo uma representação espacial de uma parte do território da capitania do Pará que mostra a região como pouco explorada.

Mapa 2: Detalhe da Cartografia do Pará copiada por ordem do Ilmo. Sr. Carlos Cezar Burlamaqui Governador da Capitania do Piauí, por Joze Pedro Cezar de Menezes, anno de 1809.⁴⁹



Fonte: Arquivo Público do Pará

⁴⁷ *Idem, Ibidem*, p. 337.

⁴⁸ *Idem, Ibidem*, p. 336.

⁴⁹ Carta Geografica das Capitancias do Pará, Maranhão, Goiás, e S. Paulo, e mais Provincias, e Reinos confinantes, desde a parallello de desgraos de latitude Septentrional, athe ao parallello devinte e seis graos de latitude Meridional, formada dos milhores Mapas, observaçoens mais modernas, e derrotas que fes o Governador General que foi de Matto grosso Luis Pinto de Souza Coitinho, aqual serve de continuação a de N.º 1.º, e porisso se lhe cortou aqui, ouque as Capitancias do Pará, Maranhão, e Piauí.

Há também na representação do mapa, o domínio da ciência e da civilidade sobre os espaços, demonstrando a preocupação dos governantes em conhecer os territórios que governavam, sabendo de suas dificuldades para implementar o progresso e estabelecer a legitimidade sobre o território.⁵⁰

Os estudos dos naturalistas e as formas de utilização oficial das ilhas, presentes na obra de Baena, fornecem indícios da representação destes cenários como quase que destinados à própria morbidez que ‘naturalmente’ lhes foi reservada em função da excessiva natureza que há em seus solos e rios, categorizados e estudados pela ciência. A força e a grandeza da natureza presentes nestes espaços podem destruir, até mesmo, obras da civilização, como o lazareto construído na ilha de Tatuoca “(...) ilha da Tatuoca, (...) um edifício destinado a lazareto que alli fôra construído (...) atravez 100 metros do mar, e o local em que foi levantado, é hoje banhado pela maré de enchente. (...)”.⁵¹

Nesse sentido, as ilhas dos arredores da cidade, em meio ao cenário de matas e rios, eram representadas como espaços que, pela presença excessiva da natureza, estavam abandonados e fora da civilidade.

Entre as diversas passagens e detalhes sobre o século XVIII, Augusto Meira Filho (1976) demonstra a urbanização, o crescimento e a evolução urbana da cidade de Belém,⁵² que se dava em função do “afastamento das águas ribeirinhas do Guamá, e da dificuldade em dominar o Piry.”⁵³ O autor mostra possibilidades de projetos urbanísticos que incluíam/excluíam os rios e os cenários das águas de Belém de outrora, tal como o do engenheiro Gronsfeld,⁵⁴ o que demonstra a tentativa de domesticação dos elementos naturais necessários para a urbanização da cidade.

As representações nos remetem para o sentido de que o natural, dominado pelo cultural e civilizado, poderia servir à construção da urbe desejada – como na possibilidade do projeto não implementado – ou ainda, na impossibilidade do domínio do cultural e civilizado

⁵⁰ Para utilização de mapas na análise histórica, consultar: BLACK, Jeremy. *Mapas e História: Construindo imagens do passado*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

⁵¹ MARAJÓ, *Op. Cit.*, p. 302.

⁵² MEIRA FILHO, Augusto. *Evolução Histórica de Belém do Grão-Pará*. Belém: Grafisa, 1976. Através de uma vasta pesquisa documental (mapas, plantas, projetos urbanos pensados para Belem do Grão Pará etc.), Augusto Meira aborda as possibilidades políticas e econômicas oficiais que inferiram sobre a construção histórica da urbanização da cidade de Belém. A obra, importante e minuciosa, está organizada em três tomos, reunindo aspectos da urbanização da cidade nos períodos da Colônia, Império e República. Baseada nos preceitos do evolucionismo científico, a respectiva obra é rica em detalhes significativos, dedicando um dos volumes ao século XVIII.

⁵³ *Idem, Ibidem*, p. 557.

⁵⁴ O alemão Geraldo João Gaspar Gronsfeld elaborou uma projeto na segunda metade do século XVIII que pretendia transformar Belém em uma Veneza Adriática. Para isso, propunha que fossem escavadas as elevações entre o Baixo do reduto e o lago do Pery, interligando tais águas e transformando Belém em uma ilha. O projeto não foi implementado. *Idem, ibidem*. p. 642.

sobre os elementos naturais. A idéia era afastar esses elementos naturais, retirando os cenários de matas e rios para urbanização, evolução e crescimento da urbe.

As representações sobre os arredores de Belém, na qual o Combu possivelmente estava inserido, consideravam esses elementos demasiadamente naturais que, sem o domínio da ciência, da modernidade, da civilização, poderiam significar problemas para a urbanização da capital da província.

Em planta do mesmo período percebe-se estas representações, onde há a tentativa de urbanizar os terrenos adjacentes, ao mesmo tempo em que ilhas e arredores da cidade não estão inseridos nas imagens.

Imagem 2: Planta da cidade de Belém do Grão Pará de 1773. Projeto de fortificação de Gaspar I. G. Gronsfeld.



Fonte: Coleção de Mapas e Plantas de Belém- MPEG- Belém/PA.

O projeto, não implementado, reflete os padrões de modernidade da época e consistia em proteger a cidade de possíveis invasões, sendo necessário fortificar o centro urbano, excluindo os elementos naturais presentes nas adjacências, retirando áreas anexas ao território e ilhas dos arredores da cidade, que no período em questão, algumas eram usadas

para estes fins, tal como a ilha dos Perequitos, que apresentava um forte estratégico para segurança militar da Província, comandado pelo capitão João Bernardes Baralho, em 1796.⁵⁵

As águas da baía do Guajará, que serviam como elemento natural necessário para a entrada e saída de pessoas e mercadorias na cidade, constituindo-se como principal via de navegação da capital, também eram elementos separatistas entre Belém continental e as ilhas dos seus arredores. A construção de uma barreira concreta que circunda a cidade, iniciando rés as águas da baía, contornando a cidade até o seu extremo, chegando novamente às águas da mesma baía, excluía da cidade os elementos naturais presentes próximos às áreas urbanizadas, isolando a cidade do interior.

Na planta analisada há valores culturais da sociedade da época e das marcas de poder, pois embora represente a delimitação de um espaço físico, separando a cidade dos arredores, dos rios, dos lagos, como o do Piry, e matas para a urbanização, as idéias para a elaboração não representam, apenas, a concepção espacial da cidade, mas estendem-se para a análise da sociedade.

Sem querer parecer arbitrário e sem desconsiderar a importância da vasta historiografia clássica para compreensão da lógica organizativa pelo viés da metrópole em sua disciplina colonizadora, especialmente no século XVIII, a historiografia regional recente refaz e adiciona os sujeitos que estavam *embrenhados* nas matas e rios, trazendo à cena suas possibilidades de vida neste contexto.

É com base nesses estudos que estabelecemos campos de possibilidades para a compreensão dos arredores da cidade de Belém, dos sujeitos dos espaços insulares em suas relações dinâmicas, também com o espaço continental (no século XVIII, a cidade e a metrópole), nas quais a ilha do Combu está inserida, para perceber as representações estabelecidas para estes espaços, tendo como fundamento a natureza.

Acevedo Marin (2000) desvela os aspectos das relações sociais, econômicas, políticas dos múltiplos sujeitos do século XVIII, na região do Acará, encobertos pela historiografia tradicional e fechados nas representações dos cenários de matas e rios da oficialidade do período. As ocupações e estruturas agrárias são analisadas como as “*Fazendas de tamanho médio ou pequenas junto com uma constelação de modestos sítios arquitetam o mundo rural que se organizou com base na agricultura, atividade dominante, no extrativismo e muita pouca criação*”.⁵⁶

⁵⁵ Fonte: APEP. Códice 83, documento 126, datado de 04 de dezembro de 1796.

⁵⁶ ACEVEDO-MARIN, Rosa Elizabeth. *Camponeses, donos de Engenhos e Escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX*. Belém: NAEA. Paper n° 153, outubro/2000. p 3-4.

Mesmo tratando da região específica do Acará, a autora leva em consideração o complexo de relações, a política oficial, as sobrevivências e resistências dos sitiantes, escravos, agricultores, enfim, a sobrevivência e os diversos produtos cultivados.

Dos gêneros cultivados nas freguesias de São José do Rio Acará, São Domingos do Rio Guamá, Santa Ana do rio Capim e Espírito Santo do Rio Moju constavam café, arroz, cacau, açúcar, aguardente, milho e farinha conduzidos para o mercado de Belém ademias das madeiras de construção, boa parte delas exportadas para Europa.⁵⁷

Nos arredores da cidade, nos principais rios como Guamá, Acará, Moju, não estavam estabelecidos apenas os ocupantes sesmeiros oficiais, mas também diversos sujeitos que viviam e sobreviviam nestes espaços, estabelecendo complexos de relações e significados.

Para os campos de possibilidade estabelecidos, as representações dos cenários de matas e rios tinham múltiplos significados, ora sendo utilizados e explorados para o progresso econômico, ora servindo como rotas de fugas de índios e negros, dependendo da posição na rede de exploração da metrópole.

Acevedo Marin e Castro (2004), inicialmente mergulham no passado, para posteriormente conceber perspectivas de respostas presentes em Abacatal. Articularam memória e documento, trazendo as possibilidades vividas no cotidiano pelos vários e heterogêneos comuns. Releem a historiografia e retiraram dos documentos e fragmentos da memória, as pegadas, trilhas e perspectivas importantes para a compreensão da construção dos sujeitos: de como viviam, trabalhavam, e como as políticas oficiais afetavam as suas relações com a terra.⁵⁸

Importante é desnaturalizar a idéia dos cenários de matas e rios como espaços com excesso de natureza, e poucos braços afeitos ao trabalho - essa era a representação oficial - pois havia os sujeitos digamos, *oficiosos*, habitantes há muito desses locais.

Ângelo-Menezes e Guerra (1998) demonstram a existência de um sistema de exploração de madeiras no Grão Pará do século XVIII, as madeireiras reais, que se

⁵⁷ *Idem. Ibidem*, p. 6.

⁵⁸ ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth, CASTRO, Edna Maria Ramos de. *No Caminho de Pedras de Abacatal: experiência social de grupos negros no Pará*. 2ª ed. Belém: NAEA/UFPA, 2004. Com equidade entre compromisso acadêmico historiográfico e questões históricas e sociais presentes, inseriram os sujeitos comuns como principal argumento da história, dando ênfase para a formação dos quilombos, para a perspectiva de vida nos tempos de outrora com inferências na atualidade.

constituíram como um dos principais suportes das atividades do arsenal de marinha do rio Guamá, em Belém. Realizaram um estudo histórico comparativo entre o período colonial e a década de 70 do XX, compreendendo continuidades e descontinuidades na construção da modernidade, guardados os devidos contextos.⁵⁹

As fábricas localizavam-se nas margens dos rios. As mais produtivas foram as do rio Moju e as do Acará. Mas o complexo de relações não limitou a exploração apenas aos oficialmente particulares donos de fábricas, que vendiam à fabrica real, ou aos locais de instalação das mesmas, extrapolando-se e interligando-se a rotas não oficiais.

Os cenários de matas e rios eram importantes para a oficialidade da exploração metrópole-colônia no sentido da utilização exploratória dos recursos naturais, pois “*nessa época, onde o pensamento moderno contrapunha à natureza e ao homem, (...) houve a transformação da economia para a produção mercantil*”.⁶⁰

Assim é que se foi articulando, rearticulando, significando e resignificando formas de conceber os cenários de matas e rios, dependendo do papel desempenhado pelos sujeitos na gama das relações sociais, na qual as representações da oficialidade eram de converter a natureza em cultura do progresso, desconsiderando o contexto de vida dos habitantes.

Não se trata de esgotar a literatura sobre o século XVIII e XIX neste pequeno espectro de inferências, mas a partir de algumas obras que tratam da relação da metrópole com os arredores da cidade e os seus principais rios, estabelecer os campos de possibilidades para as proximidades e relações do Combu, para compreender as representações e imagens que se estabeleceu a estes espaços, incluindo os arredores de Belém e o complexo de relações no qual o Combu estava inserido.

Na busca de indícios sobre a ocupação humana na ilha do Combu, consultamos o acervo documental do Arquivo Público do Pará, mais especificamente o Annaes do APP, tomo III do ano de 1968. Nenhuma referencia sobre a ilha do Combu foi encontrada,⁶¹ o que

⁵⁹ ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré, GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. Exploração de Madeiras no Pará: Semelhanças entre as fábricas reais do período colonial e as atuais serrarias. In: *Cadernos de Ciência e Tecnologia*. Brasília, v. 15, n. 03, p. 123-145, set/dez. 1998. Utilizou consultas de diversas fontes (sesmarias, códices) no Arquivo Público do Pará e relacionou a política de exploração dos recursos naturais, principalmente os de madeiras, a política da metrópole portuguesa, baseada na exportação e exploração das colônias, para o progresso econômico, o surgimento de um complexo de relações, ligadas às fábricas reais pertencentes a Coroa, como a produção paralela das fábricas particulares, a troca de mão de obras e a utilização da mão de obra indígena, a demanda de retirada de madeiras e as novas formas de apropriação dos recursos naturais.

⁶⁰ *Idem, ibidem*. p. 128.

⁶¹ Embora tenhamos encontrado informações sobre as doações para as proximidades da ilha, tais como na Boca do rio Guajará, doada para Athonasia da Silva, concedida em 9 de Março de 1786 (Livro 19, p. 5V); na Ilha dos Patos e Rio Mojú concedida em 21 de julho de 1821 à José Xavier Azevedo (Livro 20, página 127 v); na Ilha de Tatuoca, concedida à Manoel de Góes; Igarapé Tucunduba e Ilha Jutuba, bem como um dossiê de Ursula Maria

nos induz a deduzir que muito provavelmente estava inserida no complexo de relações dos arredores e utilizada, por sitiantes que, embora ilegal, partindo do ponto de vista oficial da época,⁶² essa ocupação era reconhecida extra-oficialmente.

Sobre o processo de ocupação das terras da Província do Grão Pará através de cartas de doação de sesmaria, Edna Castro (2005) nos remete que:

(...) O movimento de ocupação de terras no Pará, pela via oficial de pedidos de sesmarias, encontra limites na “falta de terras”, pelo menos é o discurso encontrado da maior parte das cartas de data. O que reforça a idéia de que as terras eram apropriadas de forma relativamente livre e reconhecido de direito por fora do sistema oficial.⁶³

Um dos campos de possibilidades é que as concessões representariam a doação apenas de parte das terras efetivamente declaradas, indicando uma apropriação de terras fora do sistema sesmarial. Provavelmente, a maior parte das terras foi ocupada por outros mecanismos, tal como o apossamento primário. Nessa forma de ocupação, estão incluídos pequenos sesmeiros, sitiantes sem terra, quilombos e índios destribalizados.

a presença de quilombos nas áreas próximas de Belém, é bem expressiva e esse processo de apossamento de terra espalhava-se por todo o interland, criando nas experiências de fuga, de busca de refúgio, de lutas armadas na defesa da liberdade, em cenários de matas, rios e igarapés, o domínio de territórios.⁶⁴

O período é importante, pois a partir da política pombalina (1755-1776), ocorreu a principal entrada de negros em Belém, e os primeiros quilombos surgiram a partir de 1790.

As discussões acima informam que há transformações e mudanças na organização e implementação de vilas, doação de sesmarias e o estabelecimento de um complexo de

de Souza, no qual solicitava que fossem repassadas cartas de data de sesmaria que lhe concedessem duas ilhas: Murutucum e Ilha de Guajará.

Para verificar levantamento estatístico sobre as sesmarias (extensões, formas de utilização, sesmeiros, etc) para o Rio Guamá, arredores da cidade e outros espaços da Província, ver: SILVEIRA, Ítala Bezerra. *Cabanagem: uma luta perdida...*. Belém: Secretária de Estado de Cultura, 1994.

⁶² Que garantia a posse de terra mediante a concessão de cartas de datas de sesmarias onde estas deveriam ser confirmadas no prazo de três anos.

⁶³ CASTRO, Edna. “Sesmeiros no Rio Bujaru: Cartas de data nos séculos XVII e XIX”. 2005. In: Cd Rom *Quilombolas do Pará*. Belém-PA: NAEA/UFPA, 2005.

⁶⁴ *Idem, ibidem*.

relações entre múltiplos sujeitos - posseiros, sitianteiros, quilombos, sesmeiros, metrópole, entre outros - na secularização da terra, ocorridas, principalmente, nos meados do século XVIII com a implementação do Diretório de Mendonça Furtado, incluídas na política colonizadora de Marquês de Pombal - ambos representantes oficiais de Portugal -,⁶⁵ que tiveram conseqüências na forma de organização, cultivo e utilização dos recursos e espaços.

Nos espaços agrários da província do Grão Pará, mais especificamente nas proximidades dos rios, ocorreram sucessivas tentativas do cultivo de produtos agrícolas, extrativistas, dentre outros, como forma da metrópole desenvolver e implementar mecanismos de arrecadação de dízimos / impostos para o progresso econômico.

Mesmo que não tenha sido um espaço de produção oficialmente reconhecido pela metrópole, como fundamental para a arrecadação e progresso econômico, ou valorizado pelas características das relações mercantilistas, possivelmente a ilha do Combu e proximidades foram utilizados para a sobrevivência dos pequenos que também poderiam fornecer uma pequena parte de produtos extrativistas – como, por exemplo, o cacau, presente nas áreas alagadiças de várzea - aos oficialmente reconhecidos como fundamentais para manter a economia metropolitana, bem como o sustento da cidade e da coroa.

Nas ilhas da província era comum a atividade do extrativismo do cacau. No código 177 do APEP, um dos documentos trata da “*Relação dos índios que fizeram o negocio do cacau nas ilhas*”.⁶⁶

Em carta remetida por Mendonça Furtado ao Rei de Portugal em 1752, há referências sobre o incentivo da cultura do cacau: “*Devemos cultivar o arroz, o cacau, o café, o algodão, o açúcar (...). No que tange às fibras, além do cacau, é importante plantar o cambé, o tucum, a piaçaba, além do castanheiro para tirar o breu para calafetar navios, e o algodão para fazer fazendas e chitas*”.⁶⁷

Ainda no século XIX podemos encontrar referências oficiais sobre a cultura do cacau nas ilhas. No Álbum do Pará, do governo de José Paes de Carvalho, publicado no ano de 1899, há informações sobre a grande produção de cacau nas ilhas da região: “*Então, desde a cidade até [sic] havia de muitos cacáo e certas ilhas tão cheias, que alguns governos as*

⁶⁵ Estudos clássicos da historiografia tratam da relação entre Brasil, Portugal e as políticas implementadas neste período, tais como: CARDOSO, Ciro Flamorian. *Sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750 a 1817)*. Rio de Janeiro: GRAAL, 1984; PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1980, entre outros.

⁶⁶ Fonte: APEP. Código 177, documento 89, página. 297. No acervo do Arquivo Público do Pará há diversos documentos que informam a existência desse tipo de atividade em tais espaços.

⁶⁷ Fonte: Apud BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: Andanças e mudanças*. Manaus, 1981, p. 74.

Para a importância do cacau na economia do Grão-Pará do século XVIII, consultar: ALDEN, Dauril. *O Significado da produção do cacau na região amazônica*. Belém: UFPA/NAEA/FIPAM, 1974.

*reservavam para com os seus productos ocorreram ás despesas do fardamento da milicia, que porem, nunca appareceu”.*⁶⁸

O extrativismo voltado para a subsistência não era considerado como categoricamente vinculado à cultura, mas a natureza excessivamente ociosa. Porém o extrativismo vinculado à organização e exploração mercantil da metrópole era representado como cultura do produto, servindo para as despesas oficiais, conforme fonte citada acima.

A metrópole detinha-se à utilização da natureza para o progresso econômico, para transformar a natureza em abundância que o Grão Pará oferecia, em possibilidades de civilização através não mais do produto natural, mas da exploração da cultura do produto. Para isso, novas técnicas foram inseridas na agricultura através da inserção de ferramentas que possibilitassem o aumento na produção, bem como a diminuição no transcorrer do tempo que se estende entre a preparação da terra, plantio, colheita e transporte.

No século XVIII já se podem encontrar na província do Pará utensílios como enxadas, machados, foices, serra de mão etc.⁶⁹

Eram regras jurídicas de organização, produção, comercialização, equipamentos utilizados na produção, tipos de produtos, formas de venda etc. São medidas para adequar o trabalho e as atividades no cenário de matas e rios ao progresso econômico almejado pela metrópole.

Bloch (2001), ao tratar da agricultura e vida rural dos franceses nos séculos XVII e XVIII,⁷⁰ trata das relações entre as regiões “naturais” e os grupos sociais, com suas intervenções e interações, no espaço agrário francês dos séculos XVII e XVIII, na qual deve-se levar em consideração a forma como a técnica insere-se na produção, mesmo não sendo considerada a mais moderna ou de última geração, pois as relações sociais, que são construídas historicamente, devem ser a base para a compreensão do Homem.

A obra em questão oferece detalhes significativos da importância da estrutura social, do espaço e meio, e principalmente do Homem, para a pesquisa histórica, chamando a

⁶⁸ Fonte: CODEM. José Paes de Carvalho – Álbum do Pará - 1899, p. 48.

⁶⁹ Fonte: APEP. Códice 95, página 208. Lista das ferramentas e tudo e mais que [sic] entregue pertencentes a fazenda Real; em 24 de julho de 1759: 90...Noventa machados, 90...Noventa foices, 90...Noventa forros de caixa, 15...quinze Enxadas, 8... hoito forros de Canoa, 6...Seis Enxós, 4...quatro enxós de canoa, 5...sinco serras de mão, 5...sinco limas, 5...sinco travaduras, 2...dois serrotes de mão, 5...sinco [sic] largos, 6...seis ditos estreitos. Distribuisse pellos indios..10 Des machados, 10 Des [sic], 10 Des forros de lona, 10 Des enxadas, 1 huma serra de mão, 1 huma [sic], 1 huma lima, 2 dous forros de canoa, Houve gasto dois rollos de pano p.^a comprar farinha, p.^a [sic] dos indios envidados.

⁷⁰ Faz críticas a alguns trabalhos realizados por geógrafos e também historiadores, mostrando, com isso, sua concepção do fazer história como sendo total, compreendendo a relação do Homem com o espaço geográfico-agrário, as relações estruturais, de comércio e as relações de produção, levando em consideração a forma como a técnica insere-se na produção, mesmo não sendo a mais moderna, e seus efeitos, incluindo costumes.

atenção “*uma vez mais, aos historiadores- àqueles em particular da vida regional- para se lembrarem que suas disciplinas é ciência ao mesmo tempo de uma tenaz memória e de uma perpétua mudança*”.(p.480).⁷¹

Rica em detalhes significativos sobre a forma, o olhar do camponês e o uso sobre a terra, o autor ressalta aspectos relacionados à relação entre a região estudada pelo pesquisador e a realidade como um todo, que consideramos essenciais, pois contribuíram para a nossa pesquisa, tais como: “*sentir e fazer sentir os liames que entre a pequena região, vivendo aparentemente uma vida bem particular (...) e a geral tecem uma forte e sólida rede*”.⁷²

Foi baseado nessas redes que compreendemos as representações e utilização dos cenários de matas, rios e arredores da cidade que o Combu faz parte, pois “*nada entretanto seria mais inexato do que imaginar, mesmo outrora, sociedades completamente sem laços(...)*”.⁷³

Entre as redes estabelecidas e impostas pela metrópole, para a exploração dos recursos naturais e inserção nas regras mercantilistas, era no mercado central que se devia vender os produtos. Tem-se, então, a mostra final da relação da metrópole com todo o interland, para abastecimento da cidade.

Os pequenos sitiantes ilegais estabeleciam relações com os pequenos e médios produtores que comercializavam oficialmente seus produtos em Belém: nestes mercados, com a metrópole e em locais sem fiscalização na cidade, como nas beiras dos rios constituindo espaços de possibilidades.

Consideramos também, como campo de possibilidades, o trabalho e venda dos produtos desses ‘siantes ilegais’ diretamente com os ‘produtores oficiais’ nas vilas e nos próprios locais que habitavam, ao invés de comercializarem diretamente com a cidade do Pará. Ainda que esta fosse abastecida com seus produtos, a comercialização era feita pelos ‘produtores oficiais’, existindo uma espécie de atravessadores ou a terceirização da produção.

Baseados nessa lógica, estabelecemos também como possibilidades, que as rotas, direções e caminhos no cenário de matas e rios foram utilizados inversamente, indo sob alguns aspectos de encontro à pretensão da oficialização desejada e imprimida pela metrópole para o progresso econômico.

Não existia uma única direção e sentido nas rotas dos rios, mas um vai e vem dependendo da perspectiva de oficialização do uso da terra.

⁷¹ *Idem. Ibidem*, p.480.

⁷² BLOCH, Marc. *A Terra e seus Homens: Agricultura e Vida Rural nos Séculos XVII e XVIII*. Bauru, SP: EDUSC, 2001, p. 470.

⁷³ *Idem. Ibidem*, p.474.

Para as proximidades do Combu, consideramos como possibilidades a tentativa da metrópole portuguesa em orientar um ritmo de trabalho - com a implantação das madeiras reais, a implantação de vilas, doação de sesmarias - onde as práticas e vida da população local eram consideradas atrasadas e de estagnação econômica. Assim, as rotas feitas pelos rios deviam ser abertas à Belém, mas foram significadas e utilizadas pelos índios e negros que não se adequavam a este tipo de organização, virando-as para dentro, no sentido de afastamento da cidade, fugindo do movimento direcionado pela metrópole portuguesa, talvez em função de concepções diferentes de tempos: o tempo geográfico da população local e o tempo econômico da metrópole.

Braudel (1995) ressalta e alerta já no prefácio da 1ª edição que

O Mediterrâneo nem sequer é um mar, antes é um complexo de mares, de mares peçados de ilhas, cortados por penínsulas, cercados por costas rendilhadas: a sua vida está ligada à terra, a sua poesia é predominantemente rústica, os seus marinheiros são camponeses nas horas vagas: é o mar dos olivais e das vinhas, tanto como dos esguios barcos a remos ou dos redondos navios dos mercadores, e a sua história não pode ser separada do mundo terrestre que o envolve, tal como a argila o não pode ser do artesão que a modela.⁷⁴

Mesclar tempos, dialética dos tempos, pode ser considerado a argumentação principal da obra de Braudel, que trata do mediterrâneo como um vasto complexo de relações econômicas, sociais e culturais, como um mundo diversificado, mas que mesmo suas diferenças são dotadas de coerência interna. O autor estabelece a relação do clima com a unidade histórica, a relação dos diversos aspectos climáticos com os aspectos econômicos, na qual elaborou uma teoria sobre os diferentes ritmos do tempo histórico.⁷⁵

Tomando o termo duração empregado no ‘Mediterrâneo...’, existem tempos sociais múltiplos, que interferem entre si e devem suas significações a uma espécie de dialética das durações. Em cada um desses tempos “*a história do mediterrâneo é orientada por um pólo europeu e um pólo desértico*”.⁷⁶

⁷⁴ BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Felipe II*. Lisboa: Pub. Dom Quixote, 1995, p. 21.

⁷⁵ Formulado também no artigo publicado em 1958, nos *Annales*, com o título: *História e Ciências Sociais: a Longa Duração*, 1958.

⁷⁶ *Idem, Ibidem.*, p. 09.

Nas dialéticas de tempos é que se construíram formas de viver, de explorar e de perceber os cenários de matas e rios e talvez seja a reafirmação e rearticulação das ‘costas dos rios’ para a cidade e da ‘cidade para os rios’.

As vilas e cidades formadas entre os rios deveriam ter uma certa estrutura para receber a jurisdição necessária da metrópole, ainda no século XIX, como por exemplo, a construção de presídios.

Na lei número 441, publicada no ano de 1864, pôde-se verificar tais parâmetros. Devido a essas questões estruturais, José Couto de Magalhães, presidente da província do Grão Pará, oficializa que, a partir daquele momento a freguesia do Acará passava a pertencer à capital da província, conservando a Vila de Moju como tal, ao mesmo tempo em que estabelece um período de dois anos para que esta construa os prédios onde passariam a funcionar a cadeia e a câmara municipal. Caso contrário, seria rebaixada, perdendo, portanto, a categoria de vila.

Faço saber a todos os habitantes que a assembléa legislativa provincial resolveu e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1.º E’ conservada a cathegoria de villa á freguezia do Divino Espirito Santo do Mojú com o mesmo titulo.

Art. 2.º O municipio da referida villa comprehende a dita freguezia e a de Nossa senhora da Soledade do Cairary, ficando desannexada desde já a fregue[z]ia de S. José do Acará, que passa a pertencer novamente ao municipio da capital.

Art. 3.º Se não forem construídas a casa da camara municipal e a cadéa no praso de dous annos, a villa perderá a sua cathegoria, e as fregezas passarão a pertencer aos municipios de que outr’ora fazião parte.

(...)

Dada no palacio da presidencia da provincia do Gram-Pará aos vinte dias do mez de agosto de anno de mil oitocentos e sessenta e quatro, quadragésimo terceiro da independencia e do imperio.⁷⁷

Apesar da mínima estrutura que a política oficial almejava para elevar algumas freguesias à categoria de vilas, na tentativa de organizar as atividades na província e a arrecadação da fazenda real, a falta de progresso econômico era justificada pelos hábitos dos habitantes.

O atraso era justificado pela fama de preguiça, vadiagem ou falta de vontade de trabalhar dos habitantes das vilas e arredores. Esta visão estava presente de maneira demasiada no decorrer dos séculos XVIII e XIX. Aqueles eram considerados afeitos à fartura

⁷⁷ Fonte: APEP. Legislação Provincial do Pará (1869 – 1870) – Directorio Geral de Estatistica. Collecção das Leis da Provincia do Gram-Pará. Tomo XXII. Parte 1ª. Lei n. 441, de 20 de Agosto de 1864.

da natureza, que fornecia alimentos necessários para a subsistência e, em consequência, ficavam alheios à vontade para o trabalho voltado para a lógica mercantilista.

Partindo da perspectiva da metrópole, eram nos espaços da natureza que habitavam gente inculta. No século XVIII, por exemplo, era uma prática oficial, através da fazenda real, a fiscalização das roças dos comuns, na qual indicavam e delatavam nominalmente os afeitos e os “preguiçosos que não fizeram roça”.⁷⁸

Essa forma de representação pode ser encontrada ainda no século XIX, onde nos espaços dos arredores, interiores e da gente que habitava e ocupava os cenários de matas e rios, quando não inserida na lógica mercantil, havia a preguiça, inspirada pela abundância da natureza, como demonstrado no Álbum de governo do ano de 1889:

A natureza, porém, liberalizando este immenso beneficio em todas as direções d’esta provincia, tem sido contrariada pelos habitos de ociosidade de uma bôa parte da população que, encontrando faceis e commodos meios de subsistencia em todos logares do inetrior, onde se ostenta com igualdade a riqueza e abundancia dos productos naturies, foge ao trabalho diario, e sobretudo á vida de lavoura, alias a mais tranquila e feliz para o hoem desfavorecido de fortuna.⁷⁹

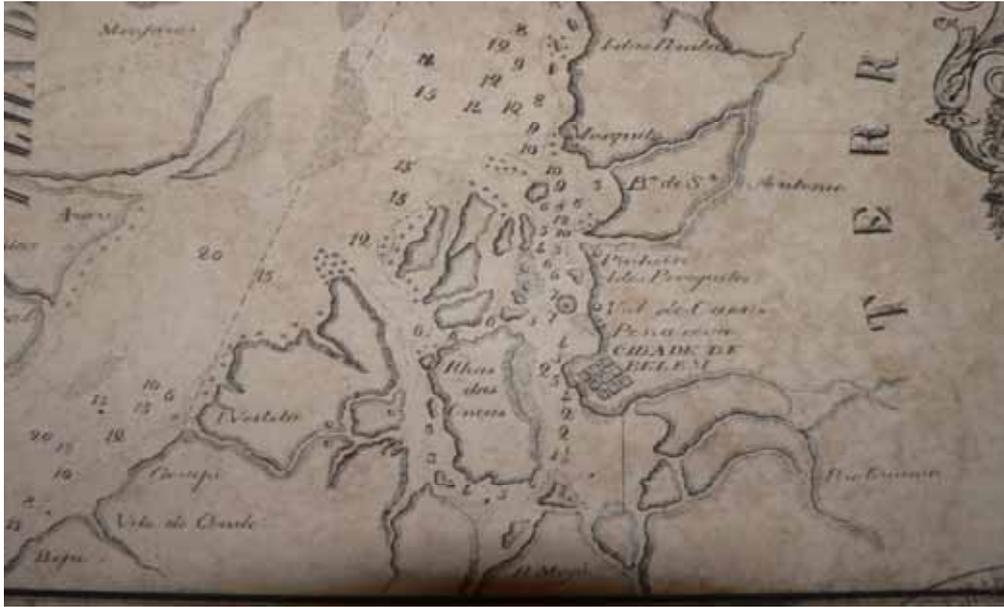
Nos espaços entre matas e rios, constituíram-se uma rede de relações sociais, mercantis e de sobrevivência. Porém, para a visão oficial da época o que contava eram os elementos ligados ao universo mercantil. Estes espaços precisavam ser incentivados para estabelecimento de uma economia voltada para o progresso, destinada a produzir para o mercado, onde as atividades de caça, coleta extrativa e subsistência eram consideradas vadiagem.

As representações sobre estes espaços, incluindo as ilhas dos arredores da qual o Combu faz parte, eram relacionadas com excesso de natureza e vazios, mesmo que ocupados por diversos sujeitos, o que não significava espaços literalmente vazios, mas espaços cujas atividades de produção não estavam voltadas diretamente para o comercialização no mercado.

Em mapa de 1809 visualizamos estas representações quando não se denominam todas ilhas, somente as que tinham intervenção de colonização efetiva, através da economia e da fortificação em função da cidade.

⁷⁸ Fonte: APEP. Códice 107, item 443.

⁷⁹ Fonte: CODEM. José Paes de Carvalho. Álbum do Pará – 1899. p. 37.

Mapa 3: Plano do Rio Pará- 1809⁸⁰

Fonte: Arquivo Público do Pará.

Desvelar a construção dessas representações, nas quais o olhar oficial não reconheceu a existência da dinâmica social é atribuir história de sujeitos e espaços não considerados na lógica oficial, revelando o “encoberto” pelas representações oficiais.

As representações dos arredores de Belém, das ilhas e do cenário de matas e rios, vinculavam estes espaços *aos insolentes, preguiçosos, problemáticos sociais* e, digamos, os *asilados sociais* e também de *saúde*. Representações construídas e vividas, não apenas nos pensamentos, mas também material e simbolicamente influenciando a natureza dos espaços no decorrer do século XIX.

Na lei número 646, publicada no ano de 1870, o 1º vice-presidente da Província, cônego Manuel José de Siqueira Mendes solicita ao governo geral que ceda um prédio localizado no Igarapé Tucunduba para que seja transformado em um asilo de alienados, que ficaria sob a administração da Santa Casa de Misericórdia da cidade. É importante ressaltar que este prédio funcionava como um lazareto de bexigosos.

Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial resolveu, e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1.º Fica o governo da provincia autorisado a solicitar do govorno geral a cessão do predio, que servio de lazareto de bexigosos, no Tocunduba, para ser convertido em asilo de alienados.

⁸⁰ Plano do Rio do Pará, elaborado por José Fernandez de Portugal, no ano de 1809.

1.º Obtido o predio, o governo fará accommodal-o ao fim a que for destinado, podendo para isso despende a quantia que for necessaria.

2.º O asilo ficará sob a administração da Santa casa da Misericordia desta cidade.

Art. 2.º. Ficam revogadas todas as disposições em contrario. Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém. O secretario da provincia a faça imprimir, publicar e corre Dada no palacio do governo da provincia do Gram-Pará, aos trinta dias do mez de Outubro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.⁸¹

O carácter, nas formas e utilização dos espaços da cidade e arredores e a vinculação destes com as concepções e representação sobre natureza e cultura, demonstra como tal relação se materializa nas múltiplas funções para as quais os espaços próximos à insularidade estavam voltados. Nesse sentido, se por um lado esses espaços eram utilizados para a implantação de instituições para onde deveriam ser enviados os doentes e incivilizados – tal como o caso do asilo dos bexigosos, por outro, representavam fonte de renda para a província e o governo geral do império.

Na lei número 631, sancionada por Abel Graça – 4º vice-presidente da província do Pará e publicada no ano de 1870, pode-se analisar e verificar outra representação desses espaços anexos às águas. De acordo com esta lei, ficavam proibidas as construções nos terrenos de marinha que faziam fronteiras com o novo cais da cidade – cuja construção já havia iniciado – onde os foreiros continuavam inadimplentes com a Fazenda Real. As construções só seriam permitidas após a quitação do valor, estipulado em quatro contos de reis por braça.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia legislativa provincial resolveu e eu sanccionei a lei seguinte:

Art. 1.º A camara municipal não consentirá que se edifique nos terrenos de marinha fronteiros ao caés projetado, e já em construcção, e ás ruas de Belém e do Imperador, desde a Sacramenta até o logar do Ver-o-peze, em quanto os respectivos foreiros não se mostrarem previamente quites com a fazenda provincial da importância que se obrigaram á pagar pelo dito caés e aterro, na razão de quatro contos de réis por braça corrente.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpram o façam cumprir tão inteiramente como nelle se contém. O secretario desta provincia a faça imprimir, publicar e correr. Dada no palacio do

⁸¹ Fonte: APEP. Legislação Provincial do Pará (1869 – 1870) – Directorio Geral de Estatistica. Collecção das Leis da Provincia do Gram-Pará. Tomo XXII. Parte 1ª. Lei n. 646 de 30 de Setembro de 1870.

governo do Pará, aos 17 dias do mez de Setembro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Chisto de 1870, 49.º da Independencia e do Imperio.⁸²

As representações construídas na relação entre natureza, espaço e cultura constituíam-se dentro de uma lógica peculiar. As áreas próximas aos cais da cidade, cuja dimensão se estendia até o bairro da sacramento, possuíam uma certa importância econômica para o governo, ao nosso ver, por dois motivos. Primeiro: estavam anexas as águas que formam a baía do Guajará - importante via de navegação e comercialização de produtos oriundos das ilhas da província, bem como de outras regiões do império e de outros países; segundo: por sua valorização, ocasionada ao longo do processo histórico, na medida em que tais áreas também estavam próximas ao centro da província, onde o deslocamento de pessoas e mercadorias poderia ser feito tanto por via terrestre quanto por via marítima.

Na área onde o asilo de bexigosos deveria funcionar, do ponto de vista oficial, o movimento de pessoas era bem menos intenso que nas áreas citadas na lei anterior. Dessa maneira, as relações entre natureza, espaço e cultura possuem representações contraditórias e também recíprocas. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que a presença de rios serve como um elo entre as áreas habitadas e importantes sob algum ponto de vista para o governo, também serve como uma barreira entre a área urbana e os espaços que deveriam abrigar homens e mulheres insalubres, sendo necessário serem afastados do centro urbano.

Essas concepções de civilidade e natureza perpassam a urbanização de Belém e a forma de visualizar os arredores, interiores e ilhas no final do XIX e início do XX. Porém, houve, antes, percepções e concepções de civilidade e natureza para os espaços da cidade, dos arredores e seu *interland*, que figuram imagens e utilização nos relatos de naturalistas que estiveram na região no século XIX.

Estas possibilidades, baseadas na ‘lógica histórica’⁸³ e nos estudos da historiografia regional recente, sobre os camponeses, sitiantes, mocambos e pequenos produtores dos séculos XVIII e XIX, apontam para a importância e necessidade de pesquisas com problemáticas que possam desvendar a complexidade das relações constituídas nos cenários de matas e rios da Amazônia, apontando campos de possibilidades de pesquisas sobre os vários sujeitos e espaços das ilhas neste contexto, o que foge ao escopo principal de nossa pesquisa, mas reconhece-se a sua importância.

⁸² Fonte: APEP. Legislação Provincial do Pará (1869 – 1870) – Directorio Geral de Estatística. Collecção das Leis da Provincia do Gram-Pará. Tomo XXII. Parte 1ª. Lei n. 621, de 17 de setembro de 1870.

⁸³ THOMPSON, 1981, *Op. Cit.*

1.2- Os Relatos do dezenove: Arredores da cidade

Nos relatos, imagens e escritos produzidos, sobre a Amazônia, por viajantes ao longo do século XIX,⁸⁴ há pontos de convergência onde se encontram e se confundem características do cientificismo e romantismo peculiares da época. Os relatos, sobre os arredores da cidade de Belém,⁸⁵ nos interessaram para compreender e visualizar a construção histórica das perspectivas da insularidade da cidade. São imagens dos relatos e relatos das imagens que revelam as representações da cidade, dos arredores e da natureza, a partir de descrições minuciosas entremeadas de concepções científicas e românticas da época. Relatos que nos fazem visualizar as representações e imagens que nos fazem relatar as representações.⁸⁶

Guardadas as devidas diferenças entre as representações dos viajantes e as representações oficiais sobre os arredores e os espaços da colônia há algumas similaridades na base dessas representações, pois as críticas eram no sentido de melhor dominar a natureza para o progresso econômico, como por exemplo, nas críticas feitas pelos viajantes sobre as políticas oficiais implementadas pela Coroa Portuguesa no Grão Pará, que não explorava suficientemente os recursos naturais existentes. Na natureza dominada pelo civilizado, como lembra Pádua (2002), há a lógica do progresso nessas concepções.

A visão dos viajantes naturalista, da ciência da época e do pensamento oficial, estabeleceram-se na base de que “*a dinâmica da natureza poderia e deveria ser decifrada pelo conhecimento científico e pela experimentação consciente. A degradação do território derivava da utilização de práticas tecnológicas e sociais rudimentares*”⁸⁷ do caboclo que não

⁸⁴ Durante todo o século XVIII, somente portugueses e /ou excursões portuguesas estavam autorizadas a navegar pelas águas localizadas nos limites territoriais pertencentes ao domínio português. Essa regra foi alterada em 1808, quando a família Real estabeleceu sua moradia em terras brasileiras, momento em que D. João abriu os portos brasileiros as nações amigas. Essa medida foi fundamental para que viajantes de diversas nacionalidades percorressem o Brasil ao longo do século XIX.

Uma viagem peculiar ao Brasil no século XVIII foi a do luso-brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira, como caráter de viagem filosófica, percorrendo as províncias do Grão-pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá entre 1783 e 1792. Para detalhes consultar: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão-pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. RJ. 1971; RAMINELLI, Ronald. *Ciência e Colonização - Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira*. UFF, RJ, s/d; COELHO, Mauro Cezar. Um Conhecimento sobre o Homem- Os indígenas do Rio Negro nas reflexões de Alexandre Rodrigues Ferreira In: *Anais do Arquivo Público do Pará*. – Belém: SECULT, v. 3, t. 2, 1998. p. 215-237.

⁸⁵ Consideravam-se arredores além das ilhas, os bairros, avenidas e ruas que hoje existem inseridos e interligados ao centro urbano da cidade.

⁸⁶ Na Europa, esses escritos extrapolavam o círculo científico, chegando ao conhecimento de um público mais amplo.

⁸⁷ PÁDUA, José Augusto. *Um Sopro de destruição; pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 13.

sabia utilizar o natural, sendo um dos responsáveis pelo atraso da metrópole, onde “a destruição do ambiente natural não era entendida como um ‘preço do progresso’, como na visão hoje dominante, mas sim como ‘um preço do atraso’”.⁸⁸

A literatura dos viajantes são escritos de memórias construídas sobre espaços e elementos até então nunca visitados, que partem da introspecção para relatar e descrever o *outro*.

Entre as diversas visões que incentivaram as incursões em terras brasileiras, citamos as voltadas para as questões naturais e científicas.⁸⁹ Isso não significar dizer que eram opostas, visto que em muitos momentos estabeleceram relações simbióticas.

As viagens estavam pautadas para a sistematização dos dados observados na natureza, como flora, fauna, terra, gentes e costumes, para a elaboração de leis com valor universal e para estabelecer-se nos quadros de uma História Natural e sistêmica, construída desde o século XVIII e em curso no século XIX, que se foi enfatizando através da contradição estabelecida na escala da natureza à civilização, dos locais às pessoas.

A descrição dos relatos está impregnada pelo desejo da cientificidade e da exatidão da realidade vista e vivida para a reprodução do real, mas há também subjetividade e emissão de juízos valorativo e comparativo, “(...) *bem de acordo com os cânones tanto positivistas [científicos] como românticos de então*”.⁹⁰

As viagens, consideradas pela história natural como etapa fundamental para a sistematização da natureza em ciência, levaram Spix e Martius (1981) a percorrerem durante três anos, inúmeros espaços do território brasileiro, chegando aos arredores de Belém e da Ilha do Marajó em meados do ano de 1819, seguindo viagem para os rios Amazonas, Solimões, Negro e Madeira, retornando para o Pará e deixando o país em 1820.⁹¹ Entre as diversas viagens realizadas, Wallace, Bates, Agassiz e Avé-Lallemant também percorreram a região ao longo do século XIX.

⁸⁸ *Idem. Ibidem.* p. 13.

⁸⁹ Segundo Sevcenko, vivia-se no contexto de grandes debates em torno da origem e evolução da vida, que deveriam ser articulados e classificados a partir de conceitos biológicos, tais como função, evolução e adaptação. SEVCENKO, Nicolau. *O front na Guerra Verde: vegetais, colonialismo e cultura*. Revista USP, n. 30, junho/agosto de 1994. p. 117.

⁹⁰ NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e Sensibilidade Romântica: Em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. p. 185.

⁹¹ A obra *Reise in Brasilien*, cuja versão brasileira é intitulada *Viagem pelo Brasil*, baseada em um dos diários de Spix e Martius foi publicada em três volumes na Alemanha nos anos de 1823, 1828 e 183. Posteriormente serviu como base para a obra *Flora Brasilienses*, publicada em 1840. Os relatos abordam questões lingüísticas, etnográficas, fitogeográficas e costumes indígenas, não se limitando aos campos da botânica e zoologia.

Os primeiros escritos, em terra amazônica, de Alfred Wallace (1939) datam de 1848. Este, em 26 de maio desse mesmo ano, aporta em Belém, onde inicia suas pesquisas sobre os espaços amazônicos.⁹²

Percorrendo as ruas da cidade de Belém, Wallace descreveu os aspectos gerais da cidade: ruas estreitas constituídas de pedras, areia fofa e poças de lamas, exceto a Rua dos Mercadores - onde estavam localizadas as principais lojas da cidade -, que era relativamente larga com relação as outras e com alguns trechos calçados; população plural que transitava nas ruas: negros, portugueses, índios, ingleses “colorados” e americanos “pálidos”, e casas cujas limitações espaciais se restringiam a um pavimento, em meio a “notáveis” prédios públicos e igrejas com suas altas cúpula e torres.

Após excursionar pela Amazônia, chegando ao Alto Rio Negro, Wallace retorna a Belém no ano de 1852, onde relata as mudanças ocorridas na paisagem urbana. como a abertura de novas ruas e estradas, e construção de prédios, partindo para Londres.

Onze anos, é o espaço de tempo da incursão de Bates (1944) pela Amazônia, culminando na catalogação de mais de 14.000 espécies de fauna e flora da região, iniciando suas pesquisas nos entorno de Belém no ano de 1848, cujas matas que circundava a cidade era “*um paraíso para os naturalistas, e se é contemplativo não há situação mais favorável para abandonar-se esse pendor*”.⁹³ Segue viagem pelas matas e rios da região, retornando a capital da província em 1859, relatando, tal como Wallace fez em 1852, observações sobre as modificações no espaço citadino, cuja urbanização seguia em direção aos espaços naturais anexos ao território, que eliminavam e/ou “mutilavam” a mata que, em outros tempos, era limpa e virgem.

Robert Avé-Lallemant (1980)⁹⁴ aporta em Belém em 1852, remetendo em seus relatos a movimentação de cascos, canoas, barcos grandes e pequenos que transitavam nos rios que circundam a cidade, “(*...*) *o cais, onde se descarregam os produtos da terra, chegados diariamente do interior, é muito mais interessante para o estrangeiro do que a grande alfândega*”.⁹⁵ Havia “(*...*) *sacos meio rotos, derramando caroços de cacau; cestos*

⁹²A partir da expedição a Amazônia, Wallace escreveu o clássico “A narrative of travels on the Amazon and Rio Negro, with an account of the native tribes, and observations on the climate, geology, and natural history of the Amazon Valley”, publicado em Londres em 1853. Há duas traduções Brasileiras publicadas nos anos de 1939 e 1979.

⁹³ BATES, Henry Walter. *O naturalista no Rio Amazonas*. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1944, 2 v. p. 84.

⁹⁴ Em 1938, Robert Avé Lallemant chegou ao Rio de Janeiro, onde passou a atuar como médico na Santa Casa de Misericórdia e, entre 1849 e 1850, trabalhou nos lazaretos da Ilha de Bom Jesus e Nossa Senhora do Livramento.

⁹⁵ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *No Rio Amazonas (1859)*. Belo Horizonte; São Paulo: Editora Itatiaia, Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

desatados e barris abertos com borracha em bolas ocas, grossas pranchas de tubérculos sujos, e depois o pau-d'arco, um produto vegetal altamente original. (...) E ainda cocos, as castanhas -do-pará, triangulares, e o pirarucu!".⁹⁶

Partindo de terras americanas em 1º de abril de 1865 e viajando pelo Brasil no período entre 1865/1866, Luis Agassiz (1938) comandou uma expedição científica com doze assistentes. Tinha como principal objetivo estudar peixes da bacia amazônica para comparar os resultados com a teoria evolucionista de Darwin.⁹⁷ Nos relatos, a visão que se tinha da Amazônia é que esta era constituída de rica e exuberante fauna e flora, habitada por moradores incultos e mal educados.

Para Spix e Martius, a natureza e o cenário da região, num primeiro momento, eram percebidos como harmônicos e tranqüilos: um éden paradisíaco e imutável: "*Agora nos encontrávamos no lugar do equilíbrio da mais bela harmonia de todas as forças terrestres*".⁹⁸

Amazônia é encantadora e fascinante para o olhar estrangeiro, mesmo para renomados cientistas naturalistas, como Spix e Martius, os quais absorvem-se de imagens subjetivas esses espaços.

O cenário considerado exuberante e homogêneo proporcionou um mixto de equilíbrio e receio onde "*O aspecto de todas as regiões das ilhas, que chegamos a conhecer, nada tinha de particular; e fazia lembrar as matas espessas, sinistras e pantanosas*".⁹⁹

Aos viajantes, impressionava a cidade cercada e tomada da grandeza da natureza, na qual "*A Floresta primitiva cerca a cidade em todas os lados que dá para o interior*",¹⁰⁰ possibilitando a utilização de adjetivos, como *magnificante* ou *vigor*, que qualificam a grandeza destes espaços, ao mesmo tempo em que outros termos sugerem percepções diferentes, a não qualificação, tais como se *embrenha*, onde ilhas podem *impedir* a boa visão da cidade. Wallace relatou:

Avistamos, então, cercada de densa floresta, a cidade do Pará, com suas bananeiras e palmeiras, que se destacavam magnificamente, [onde] O vigor da vegetação

⁹⁶ *Idem, Ibidem.*, p. 56-57.

⁹⁷ Do ponto de vista científico da época, a viagem de Agassiz teve pouca relevância, apesar de catalogar a população de peixes existentes da Amazônia.

⁹⁸ SPIX, Johann Baptiste, MARTIUS, Carl Friedrich Phillip. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1981. p. 394.

⁹⁹ *Idem. Ibidem* p. 275.

¹⁰⁰ BATES, *Op. Cit.*, p. 12.

evidencia-se por toda parte [e nos] (...) quatro primeiros dias de nossa estada (...), empregamos o tempo em passeios pelos seus arredores.¹⁰¹

Avé-Lallemant informa que é “*grande extenso o grupo de ilhas assinala a entrada do Pará (...) um grupo de ilhas, aparentemente desabitadas e um palmeiral initerupto*”,¹⁰² cenários que visitados por Agassiz: “*(...) voltou esta tarde de sua ligeira excursão nas águas da Baía e furos mais profundamente impressionado do que nunca de grandeza e beleza de sua inúmeras ilhas. E diz ele, um arquipélago num oceano de água doce*”.¹⁰³

“*Como testemunho de que isso possa significar, cumpre-me logo referir que, durante a primeira semana de nossa residência no Pará, (...) constantemente embrenhado nas florestas de seus arredores*”.¹⁰⁴

Bates informa que as primeiras excursões feitas por sua equipe “*(...) limitaram-se aos arredores da cidade, e pela junção dos rios Guamá e Pará (...)*”, diz que “*Na cidade do Pará (...) surge uma série de ilhas que impedem uma visão global do rio defronte do porto*”.¹⁰⁵

Percebe-se que a civilização tenta dominar o natural, mas há também decepção por não encontrar a natureza desejada para os olhos do viajante, que precisa de *familiaridade*, para ver os pássaros e animais: “*eu não vi sequer um beija-flôr, um papagaio, ou um macaco / No entanto, como depois verifiquei, os beija-flôres, os papagaios e os macacos são muito numerosos / É preciso procura-los, e, para isso, uma certa soma de familiaridade é necessária (...)*”.¹⁰⁶

A idéia de grandeza de natureza poderia tomar conta da cidade, da civilização, e cobri-la, sendo preciso cuidados constantes para que a natureza não penetrasse e dominasse o espaço da cidade. Era a dificuldade da civilidade em meio ao excesso de natureza que constantemente ameaçava abarcá-la.

Os viajantes relataram também os aspectos das terras, o tipo de área, a drenagem e marés, percebendo as características importantes à cientificidade, mas sempre com a idéia e preocupação da grandeza do natural dominar o civilizado. É a cientificidade e subjetividade entrelaçando-se nos relatos dos arredores.

¹⁰¹ WALLACE, Alfred Russel. *Viagens Pelo Amazonas e Rio Negro*. Campinas. Ed. Nacional / Ed. Ilustre de Campinas. 1939. p. 01-03.

¹⁰² AVÉ-LALLEMANT, *Op. Cit.* p. 33.

¹⁰³ AGASSIZ, M. Louis. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1938.

¹⁰⁴ WALLACE, *Op. Cit.* p.05.

¹⁰⁵ BATES, *Op. Cit.*, p. 12.

¹⁰⁶ WALLACE, *Op. Cit.*, p. 05.

próximo do Guamá, à borda de uma das áreas baixas e alagatiças que compõem uma parte dos arredores da cidade, é drenada por um sistema de pequenos canais ou fossos, através dos quais a maré flui e reflui, o que mostra como são baixas as terras (...). A floresta, que cobre toda a região, chega quase as ruas da cidade; na verdade, a cidade foi construída numa clareira aberta na mata, e unicamente os cuidados constantes do governo impedem que a selva torne a tomar conta d'ela.¹⁰⁷

Esses relatos mostram características da cidade que são absorvidas pelo excesso da natureza.

As incursões possibilitavam tanto a sistematização de elementos ainda não catalogados pela ciência, quanto o conhecer de novos espaços inseridos em um cenário composto por rios, matas e igarapés. A percepção sobre estes cenários era do belo, exuberante e misterioso, ao mesmo tempo em que se comparavam com o familiar. Essa possível familiaridade é transportada para os relatos via subjetividade que ao fazerem paralelos dos espaços amazônicos com os locais em que viviam, possibilitavam ao leitor conhecer um pouco sobre a Amazônia, sem necessariamente se deslocar para esta, visualizando os cenários descritos a partir da comparação entre espaços que pouco ou nada tinham em comum.

*“O aspecto geral da vegetação pouco difere do da Europa, excetuando-se as palmeiras, de abundante folhagem”*¹⁰⁸ e *“(...) os arredores da cidade apresentam um aspecto semelhante aos das Campinas que cercam as aldeias inglesas”*.¹⁰⁹

Nessas comparações, percebemos as representações que tentavam aproximar o leitor das experiências vistas e vividas pelos viajantes, de maneira que as leituras pudessem proporcionar uma visão mais precisa, verdadeira e concreta, ainda que subjetiva sobre os espaços amazônicos.

A natureza bela, muitas vezes intocada, comparada para estabelecer familiaridade, é caracterizada para compor os espaços visitados. Nos arredores as palmeiras e açazais presentes eram vislumbrados para estabelecer a caracterização dos espaços com a vegetação específica. Isso mostra a grande quantidade dessas espécies, ainda que os viajantes não tenham tido a minúcia de percebê-las nos usos e costumes cotidianos dos habitantes.

As ilhas são caracterizadas pelo excesso das palmeiras do açai que nas descrições, recobrem-se da subjetividade povoando sonhos e belezas ao olhar naturalista.

¹⁰⁷ BATES, *Op. Cit.*, p. 14.

¹⁰⁸ WALLACE, *Op. Cit.*, p. 03.

¹⁰⁹ BATES, *Op. Cit.*, p. 14.

“Em todas as ilhotas do rio, vêem-se arvores até a beira da água, são cobertas de arbusto”.¹¹⁰

“Nos arredores da cidade, as arvores dão-lhe um interessante aspecto, e tão numerosas, que os seus frutos são sempre abundantes”.¹¹¹

(...) Aqui e ali, projetando-se acima das arvores de copa escura e arredondada, viam-se hastes eretas e lisas das palmeiras, exibindo no alto o seu magnificante tufo de folhas finamente franjadas. No meio delas chamava especialmente a atenção o esguio açafá, em grupos de quatro ou cinco, com sua haste lisa e levemente recurva elevando-se a vinte ou trinta pés de altura e terminando num penacho de plumosas folhagem, de contornos indiscutivelmente leves e graciosos (...).¹¹²

“quando se passa por essas ilhas no esplendor da manhã só se pode sonhar com palmeiras e falar de uma espécie delas (...) cujas margens são especialmente ricas dessas euterpes dalgumas ilhas”.¹¹³

Embora tenham reconhecido, em alguns pontos, a importância e a relação de vínculo da cidade com espaços dos interiores de matas e rios, visto que “A cidade recebe o abastecimento necessário dos rios vizinhos, Guamá e Moju”,¹¹⁴ os viajantes descreveram, em riqueza de detalhes, os elementos naturais presentes nos espaços visitados e, ainda, com esse esforço, carregados de subjetividades, principalmente quando falam das pessoas. Aliam-se às anotações de abundância de produtos, tão bem doados pela natureza magnânime, à facilidade da vida *descuidada* e *indolente*, principalmente de negros e índios que utilizavam os elementos naturais apenas para a subsistência, condenando a *facilidade* da *vida natural* que poderia dificultar o exercício da colonização.

Canoas, tripuladas por negros e índios, cruzavam as águas. (...) Em todas as beiras de estradas, bosques, ou máto de segundo crescimento, vêem-se arvores, geralmente carregadas de flores ou de frutos, ou de ambas, algumas vezes, tal é, porém, a falta de braços aqui, ou indolência do povo, que deles só colhe uma pequena parte, para o consumo particular.¹¹⁵

¹¹⁰ WALLACE, *Op. Cit.*, p. 3.

¹¹¹ *Idem. Ibidem.* p. 13.

¹¹² BATES, *Op. Cit.*, p. 13.

¹¹³ AVÉ-LALLEMANT, *Op. Cit.*, p. 33-35.

¹¹⁴ *Idem.*

¹¹⁵ WALLACE, *Op. Cit.*, p. 2-13.

A abundancia de terras sem dono, a liberdade que impera ali, a vida descuidada semi selvagem que as pessoas levam, a facilidade com que se obtêm o próprio sustento com pouco trabalho – tudo isso induz até mesmo os mais bem-intencionados a abandonarem o trabalho regular tão logo surja a oportunidade.¹¹⁶

Em uma descrição dos *arredores*, Avé-Lallemant informa da construção e colonização da ilha das onças, pelo sesmeiro José Ó de Almeida, que na tentativa de estabelecer uma colônia de exploração, construiu oficinas de serraria e tipografia própria do jornal, *O colono de Nossa Senhora do Ó*,¹¹⁷ porém não teve muito êxito econômico.

O Sr. José de Ó de Almeida, ex-funcionário de marinha, tentou então fundar, do outro lado de Guajará, o braço do Grão-Pará onde fica a cidade do Pará, na ilha das Onças, uma colônia (...). Jose Ó de Almeida publicou o relatório na gazeta Oficial do Pará, de 20/07/1859, pouco depois da visita do presidente Farias de Vasconcelos, sobre a colônia (...) oficinas de serraria é a que funciona, suprimiu as oficinas de ferreiro, marceneiro, torneiro e a fábrica de conservas e licores, porque a renda não cobria as despesas.¹¹⁸

A dificuldade de civilizar e construir cultura em espaços com excesso de natureza e com poucos braços afeitos ao trabalho mercantil, vislumbra as concepções dos sujeitos dos arredores e ilhas como gente inculta para a natureza magnificente, que dificulta o viver civilizado almejado pelos ‘bem intencionados’ em transformar natureza e gente em civilização.

Os relatos mostram a edificação de uma cidade em meio a natureza, legitimando como a cultura e a civilização podem estabelecer uma relação de dominação e tentativa de controle sobre os espaços naturais que, mesmo depois da intervenção técnica, continuavam abarcando os arredores dos espaços civilizados.

Os passeios pelos arredores¹¹⁹ serviam não apenas para coletar amostras de espécies da flora e fauna, mas também para visualizar a presença da civilização em espaços cujos arredores caracterizavam-se pelo excesso de natureza.

Essas percepções também estão presentes nas representações iconográficas produzidas na época.

¹¹⁶ BATES, *Op. Cit.*, p. 30.

¹¹⁷ AVÉ-LALLEMANT, *Op. Cit.*, p. 298.

¹¹⁸ *Idem. Ibidem.*, p. 226-228.

¹¹⁹ Apesar das descrições estarem presentes nos relatórios, algumas vezes esses passeios eram feitos por membros das equipes sem a presença dos responsáveis pela pesquisa. Agassiz, no início de sua obra deixa claro que algumas descrições foram escritas por sua esposa Elizabeth.

Chartier (2001) nos informa que através da interpretação das imagens, o historiador pode contribuir para a compreensão das mentalidades coletivas.

A análise das imagens¹²⁰ deve conter ou supor a interconexão com as demais representações culturais de um certo período e o historiador pode restituir à imagem sua própria temporalidade, uma vez que “*a imagem é uma parte viva da nossa realidade social*”.¹²¹

As panorâmicas expressam o domínio da natureza, através da técnica e da ciência em congruência com a arte.

Nas telas panorâmicas que retratam Belém, percebe-se que a disposição dos elementos da natureza - como a baía, rios e nuvens, nos planos superior e inferior da tela - constitui-se como uma moldura na qual Belém, bem ao centro, está inserida, demonstrando a natureza em excesso sendo dominada pela civilização. Essa moldura serve para realçar a imagem principal da tela: a cidade e a civilização.

É desta forma que Belém foi representada nas imagens: a cidade e a técnica dominando os elementos naturais, como as águas da baía do Guajará, navegadas por diversos barcos e navios que se detalham no primeiro plano.

Através da imagem, o espectador se desloca para os espaços percorridos pelos viajantes, partindo da mesma prospectiva em que a imagem foi produzida. No nosso caso, em particular, observando a relação civilização/natureza a partir de um navio sobre as águas da baía do Guajará.

Na imagem 3, a civilização é quase tomada pela natureza, como as nuvens de chuva que a encobrem.

¹²⁰ A utilização da abordagem de análise que tende a separar a imagem de todos os demais aspectos da vida humana foi denominada por Zener (1976) de isolamento ontológico, mas é na contrapartida dessa concepção que muitas vezes se tem buscado a reconstrução histórica dos diálogos da imagem com os seus ‘dados contextuais’ e toda a vida. (ZENER, Apud. FREITAS, Artur. História e Imagem Artística: por uma abordagem Tríplice. In. *Revista Estudos Históricas*, V. 34, Rio de Janeiro: FGV, Julho/Dezembro de 2004, p. 03-21, p. 9). Ao invés do isolamento ontológico, tentamos o isolamento metodológico que consideramos interessante e auxiliar na utilização da imagem como fonte para construção do conhecimento histórico, consideramos uma etapa necessária ao processo de investigação histórica, pois é o momento em que percebemos que “*tudo aquilo que vemos na imagem é importante e específico*”. O processo de interpretação das imagens varia de acordo com o enfoque considerado e conforme a semiótica da própria imagem. Cada dimensão, porém, deve ser considerada mo “*componente dialético de um sistema de relações*”. ARGAN, G. C. *Clássico Anticlássico*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p.17. p. 70.

Para aprofundamento verificar também: BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: História e imagem*. Bauru, SP: EDUSC, 2004; PANOFKY, Ervin. *Significado nas Artes Visuais*. SP: Ed. Perspectiva, s/d; SORLIN, Pierre. Indispensáveis e enganosas, as imagens, testemunhas da história, In: *Revista Estudos Históricas*, RJ, vol.7, n. 13, 1994, p. 81-95.

¹²¹ MENEZES, Ulpiano. Fontes Visuais, cultura visual, história visual: balanços provisórios, propostas cautelares, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, 2003, p. 29.

Imagem 3: Quadro a Óleo da Marina de Belém antes da chuva. Joseph Leon Righini, 1873



Fonte: Belém do Pará/ Alunorte – Setembro de 2005 Coleção Paulo Geyer, RJ.

Na imagem seguinte, posterior a chuva, há o aparecimento da luminosidade do sol vespertino, mostrando que a cidade e a civilização superaram ‘o dilúvio’.

Imagem 4: Quadro a Óleo da Marina de Belém depois da Chuva. Joseph Leon Righini, 1873



Fonte: Belém do Pará/ Alunorte – Setembro de 2005. Coleção “A Província do Pará”, Belém.

A incorporação de elementos naturais servia para causar a ilusão do real no espectador, tal como a percepção na mudança de momentos - antes e depois da chuva - simulando o ambiente natural da cidade. É a figuração e domesticação dos elementos naturais, levados pela técnica científica e artística, ao espectador do século XIX, que visualizava então o *real* espaço do outro. “A imagem (...) vale pela experiência, permitindo realizar um sonho que reencontramos freqüentemente na primeira metade do século XIX e mais adiante: viajar sem se deslocar”.¹²²

¹²² COMMENT, Bernard. *Le XIX siècle des panoramas*. Paris: Société Nouvelle Adam Biro, 1993, p. 91-92.

Esta vista panorâmica possibilita ao espectador perceber a inserção da civilidade em meio a esses elementos, onde Belém surge como um espaço da civilização que, de certa forma, quebra a contigüidade existente entre as águas da baía do Guajará e o céu, com suas múltiplas nuvens reunidas a espera do momento certo para cair em forma de chuva, completando o círculo da natureza.

Os panoramas estão ligados à modernidade, na difusão de uma paisagem virtual buscando ao máximo possível a representação do real. A idéia era de que as pessoas pudessem viajar de uma capital à outra, sem sair do lugar. O espectador parece imerso na atmosfera de uma paisagem real, ele experimenta um deslocamento virtual propiciado por uma pintura que, além da sua linguagem pictórica realista, integra uma arquitetura apropriada (...).¹²³

As imagens panorâmicas possibilitam ao espectador olhares por outras perspectivas:

*A plataforma central, exígua, também deixa ao espectador a atitude de se deslocar, de girar seu olhar, reproduzindo assim duas das experiências maiores que aparecem em todos os relatos de viagens (...): o horizonte, o ponto culminante.*¹²⁴

Tal como nas imagens 3 e 4, nos relatos sobre os arredores de Belém, o ponto culminante da cidade e da civilização terminava onde iniciavam os espaços de matas e rios, bem como nos sujeitos que viviam nesses arredores.

¹²³ COELHO, Mário Cezar. Panoramas do século XIX: Olhares do alto, cenário de batalhas. Simpósio Nacional de História, 23, 2005, Londrina/PR. *Anais [do] Simpósio Nacional de História: História: Guerra e Paz* [CD-ROM] Associação Nacional de História, ANPUH. Londrina: Editorial Mídia, 2005.

¹²⁴ AUMONT, Jacques. *O olho interminável*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004, p. 56.

Imagem 5: Litografia, *As ilhas da Província do Pará*, Martius, 1842.



Fonte: MARTIUS, 1996: 56.

A imagem acima construída para reconhecimento da natureza presente nas ilhas do Pará, toma elos de grandeza infundável nos espectros do último plano, na qual os detalhes da vegetação, do centro da tela, representam o espaço das ilhas. Na paisagem é que se dá a homogeneidade do excesso de natureza, na qual há uma vegetação, as palmeiras de açai, para representar simbolicamente os espaços de todas e quaisquer ilhas do Pará, homogeneizando os arredores da cidade, tal como nos relatos.

Na paisagem, o sentido de profundidade que alonga a natureza provém de diversos fatores, tais como: a diferença de tonalidades e a diminuição das dimensões - na qual terra, água e céu são representados por tonalidades próximas - , da textura, dos detalhes e das sombras configurando os objetos.

Na imagem convivem o geral e o particular: o particular aparece nos detalhes das vegetações do primeiro plano até as folhas mais altas no meio da tela, que pelas formas e destaques, representam a palmeira do açai, o geral aparece no cenário amplo que se estende até uma linha que leva ao horizonte.

Era preciso tornar a imagem física para posteriormente ser lida como real, na qual as representações forjam as experiências de quem a produziu ou a transmitiu ao espectador. A imagem tem influências do cientificismo e do romantismo, da contradição entre natureza e

civilização, peculiaridades da época que abarcaram o reconhecimento pelo olhar do viajante dos arredores da cidade.

Assim, partimos da idéia de que a imagem que temos diante de nós é, ao mesmo tempo, um objeto de cultura e um objeto por natureza e, então, os espaços também se constroem através da imagem que o temos.

A idéia do excesso e grandeza da natureza habitada por pessoas incultas e pouco afeitas ao trabalho tão peculiar nos relatos e imagens do século XIX, moldou a construção do que somos, pensamos que somos e de como classificamos os espaços da cidade entre natureza e civilização, rural e urbano, moderno e tradicional, na qual os espaços insulares, considerados na atualidade como área verde e turística de Belém, guardam relações com a construção histórica dessas representações.¹²⁵

Tentando compreender o Brasil e a construção da identidade nacional que foi sendo forjada no decorrer do século XIX, Naxara (2004)¹²⁶ elucida que estas construções, as representações dos espaços brasileiros, que perduram e que têm reflexo no olhar contemporâneo, tiveram como essenciais as dicotomias, por exemplo, civilidade/natureza, que moldam a forma com que representamos as pessoas, as cidades, e a maneira de perceber e vivenciar a vida, negando ou afirmando aspectos da natureza.

Para compreender e analisar estas representações, fugimos das dicotomias nas quais geralmente estamos inseridos, que foram construídas no longo percurso da modernidade, tais como civilização/natureza, tradicional/moderno, urbano/rural.

As memórias dos sujeitos da Ilha do Combu são construídas e baseadas nas relações e nas práticas estabelecidas cotidianamente entre si, com os espaços da ilha, o *interland* e a cidade. Constroem representações que partem da perspectiva do viver e morar, perspectiva que as diferem das memórias dos viajantes, que deslocam para os relatos representações que partem de fora em direção ao todo, um *olhar de fora* que acaba homogeneizando as particularidades constituídas cotidianamente nesses espaços e presentes na memória dos sujeitos das comunidades do Combu, *focus* principal de nossa pesquisa.

¹²⁵ Talvez por isso presente no imaginário à percepção de que somos ricos em natureza e também preguiçosos.

¹²⁶ Analisa as representações, as narrativas consideradas “científicas” e/ou “ficcionalis”, como a dos viajantes, autores considerados clássicos como Euclides da Cunha e Sérgio Buarque de Holanda, os escritos literários de José de Alencar, as figuras e desenhos pictóricos de Rugendas e Debret, todos em seu entrecruzamento com a história. Para verificar também a relação das representações, relatos de viajantes e construção de identidade, consultar: SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. SP: Cia da Letras, 1990; ROSSATO, Luciana. A natureza da capitania de Santa Catarina a partir dos relatos dos viajantes. Simpósio Nacional de História, 23, 2005, Londrina/PR. *Anais [do] Simpósio Nacional de História: História: Guerra e Paz* [CD-ROM] Associação Nacional de História, ANPUH. Londrina: Editorial Mídia, 2005, entre outros.

1.3- Civilidade e Natureza: Memória de Chegada

Através da história oral, chegamos às memórias dos sujeitos das comunidades do Combu, onde tivemos a possibilidade de “*precisar os pequenos fatos da vida cotidiana que constituem o essencial da trama social*”.¹²⁷

Esta metodologia foi importante para diluir dilemas e fronteiras entre pólos considerados opostos como: civilidade/natureza, natureza/cultura, rural/urbano ou moderno/tradicional, presentes nas representações oficiais e literárias, como nas mensagens de governo e nos escritos de Euclides da Cunha sobre a Amazônia. Estabelecemos outra relação entre esses pólos, pois “*na história oral temos a possibilidade de relacionar mais estreitamente e vincular o passado e o presente, o oral e o escrito, o público e o privado e tantos outros*”.¹²⁸

As representações oficiais presentes nas mensagens de governo na virada do XIX para o XX, ainda que não estejam diretamente relacionadas ao Combu, acentuam a contradição entre civilização e natureza construídas na longa duração para a cidade e os interiores.

Os interiores e as ilhas eram considerados espaços da natureza e a cidade urbanizada, espaço da civilização. Assim, há nas mensagens possibilidades de utilização das ilhas e interiores como forma de afastar os problemas urbanos para o embelezamento e profilaxia do espaço civilizado da cidade através, por exemplo, de construções de presídios e hospitais, para onde deveriam ser enviados os indulgentes e doentes.

Em 1907, para evitar os inconvenientes do “*transporte de presos por grandes distâncias, apresentando ao público o espetáculo sempre desagradável da condução dos detidos*”.¹²⁹ estavam sendo construídos postos policiais em Igarapé-Assú e Pinheiro, consideradas *zonas afastadas*.

Consideramos as possibilidades de transferências de penitenciárias e construções de presídios, para as áreas afastadas da civilização e da cultura, para os interiores do Estado e

¹²⁷ MAFFESOLI, Michel. *A Conquista do Presente*. RJ: Rocco, 1984, p.15.

¹²⁸ PEREIRA, Lígia M. *História Oral, Identidade e Sociedade*. UFMG, 2000, p. 11. Vários autores ressaltam esta importância, como GUARINELLO, N L. Breve Arqueologia da História Oral. *Revista História Oral*. SP, 1998; THOMPSON, P. *A Voz do Passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, entre outros.

¹²⁹ Fonte: APEP. MENSAGENS de Governo 1907.

ilhas, espaços da natureza a serem ocupados e desenvolvidos, como fazendo parte do processo modernizador da cidade e da sociedade como um todo.¹³⁰

As principais avenidas criadas na cidade de Belém, no final do XIX e início do XX, aos moldes de sua congênere banhada pelo Sena, deveriam passear e desfilar ares de elegância, beleza e civilidade, sendo considerado inconveniente a circulação de presos e indulgentes na moderna Paris n'America. Nos espaços da civilização, espetáculos e cenas degradantes deviam ser escondidos e levados para espaços distantes, transformando “o cenário central da cidade em espaço elegante e chique, por onde deveria desfilhar a burguesia exibindo seu poder, luxo e riqueza (...) [elitizando] o espaço urbano com a erradicação dos setores populares para as áreas mais distantes do centro”.¹³¹

Neste processo de modernização da cidade de Belém no final do século XIX e início do XX, criou-se mecanismos de controle de hábitos da população e desodorização da cidade, para sanear a mesma, com medidas profiláticas e também estéticas.

A construção de penitenciárias e de hospitais visava o afastamento dos incivilizados e doentes do local urbano da civilização e era uma questão não apenas moral ou social, mas considerada de saúde pública.

Na falta de cadeia pública pelo interior da província, resultão graves inconvenientes, como a impossibilidade de uma bôa classificação no estado geral sanitário. (...) Concluindo, offereço a vossa apreciação, afim de tomeis na consideração que merecer, suggerida por este digno magistrado sobre a criação de uma penitenciária e um necrotério. (...) Tomo a liberdade de lembrar a necessidade de crear uma penitenciária pelo interior, em zona distante (...) A existência de um necrotério é de primeira necessidade.¹³²

A ciência diz, classifica, e regulamenta as regras do natural e cultural. O natural, não dominado pelo cultural, pode virar proliferação de epidemias, maus hábitos e inconvenientes a urbes civilizada. Em mensagem de governo de 04 de março de 1888:

¹³⁰ Alguns estudos informam sobre as legislações penais, construção e condições das penitenciárias, desde o final do Império até 1923, com indícios das lentas mudanças realizadas nas legislações penais e nas penitenciárias, para modernizá-las, como ANTUNES, M. *Penas e Sistemas Repressivos*. Belém: (?), 1925.

¹³¹ SARGES. Maria de Nazaré. *Belém: Riquezas Produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. 2ª Ed. Belém: Paka-Tatu, 2002, p. 186.

¹³² Fonte: APEP. Relatório de Governo, 1889.

“A de variolosos, á travessa José Bonifacio, está inconvenientemente situada, pela proximidade em que se acha do centro populoso e mal promovida de commodos e utencilios; converia removel-a para logar mais afastado e á sotevento da cidade”.¹³³

Os inconvenientes à civilização referem-se aos sujeitos insalubres e indulgentes, os quais deviam ser tratados em espaços distantes. Tal como o hospital de variolosos, considerado mal situado por estar próximo da urbes, deveria ser transferido para outro espaço, ou a Ilha de Tatuoca, onde foi construída uma enfermaria no ano de 1886.¹³⁴

A modernização, que radicaliza a separação entre natureza e cultura, ou natureza e civilização, que se relacionam contraditoriamente e reciprocamente, não obedece a uma lógica linear e com um único viés, pois ao mesmo tempo em que se tenta excluir os insalubres e marginalizados para os espaços da natureza, como os interiores do estado e ilhas, a elite aproxima-se da natureza, tentando domesticá-la, para seu prazer organizado, como as construções de casas de veraneio em Icoaraci desde o final do XIX e em Mosqueiro, que passou a figurar como município de Belém em 1904, mesmo ainda sendo considerados espaços inferiores para moradia efetiva “*as subprefeituras de Mosqueiro e Pinheiro, pela sua situação de verdadeiros subúrbios da capital*”.¹³⁵

A domesticação do natural pelo civilizado faz parte do processo de modernidade da sociedade, na qual a ciência, a técnica, o econômico devem utilizar-se do natural de forma apropriada. As feiras internacionais mostravam para o mundo os diversos produtos naturais importantes para o progresso civilizatório e econômico dos lugares, como a ocorrida em Paris em 1889, na qual a província do Pará organizou uma comissão para coletar, organizar e enviar os produtos da região para serem expostos “*n’aquella festa de progresso e civilisação*”.¹³⁶

Keith Thomas (1988)¹³⁷, em estudo sobre os ingleses no período de 1500 a 1800, trata das mudanças de atitudes destes diante da natureza, sua domesticação e tipos de valorização advindas com o comportamento moderno.

¹³³ Fonte: MENSAGENS de Governo, 1888. Falla com que o exm. sr. conselheiro Francisco José Cardoso Junior, primeiro vice-presidente da provincia do Pará, abriu a 1.a sessão da 26.a legislatura da Assembléa Provincial no dia 4 de março de 1888. Pará, Typ. do "Diario de Noticias," 1888.

¹³⁴ Fonte: RELATÓRIO DE GOVERNO, 1887. Relatorio com que o exm. sr. desembargador Joaquim da Costa Barradas passou a administração da provincia ao exm. sr. conselheiro coronel Francisco José Cardoso Junior. Pará, Typ. do Diario de Noticias, 1887.

¹³⁵ Fonte: MENSAGENS de governo, 1907.

¹³⁶ Fonte: MENSAGENS DE GOVERNO, 1889. Falla com que o exm.o snr. d.r Miguel José 'Almeida Pernambuco, presidente da provincia, abriu a 2.a sessão da 26.a legislatura da Assembléa Legislativa Provincial do Pará em 2 de fevereiro de 1889. Pará, Typ. de A.F. da Costa, 1889.

¹³⁷ THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural: Mudanças de Atitude em Relação às Plantas e aos Animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Natureza e cultura, dessa forma, se opõem e se complementam, pois a domesticação da natureza é uma possibilidade modernizadora. Mas natureza bruta, sem o alcance da ciência, não possui história, gente, ou valor, como nos lembra Euclides da Cunha sobre a Amazônia, é a última página do gênese, ainda por ser escrita.

As representações presentes nas mensagens de governo, sobre os interiores da cidade, têm semelhança com as representações de Euclides da Cunha sobre a Amazônia como um todo.¹³⁸

Euclides da Cunha escreveu sobre a Amazônia e denunciou, em tom de protesto, a exploração dos seringueiros, ou caucheiros, nas relações de trabalho em meio amazônico, com uma narrativa impessoal e visão realista-romântica apresentando significativos sentidos de dubiedade e ambivalência sobre a natureza, a terra e as pessoas.¹³⁹

Sobre as ilhas, rios, águas e terras amazônicas, Euclides da Cunha narra que “*As Ilhas formam para se destruírem, ou deslocarem-se incessantemente. As ilhas trabalhadas pelas mesmas correntes que as geraram. (...) tal é o rio; tal a sua história: revolta, desordenada, incompleta. (...) A inconstância tumultuária do rio*”.¹⁴⁰

Quanto ao Homem e a natureza, novamente aparece a ambigüidade. O Homem, produto de seu meio, é também uma espécie de *homúnculo* apagado diante da grandeza da natureza, fazendo desta sua prisão e vivendo minuscilamente diante da grandiosa ação dos elementos naturais.

“*Aquela natureza soberana e brutal, em pleno expandir das suas energias, é uma adversária do homem (...). Daí, em grande parte, a paralisia completa das gentes que ali vagam há três séculos, numa agitação tumultuária e estéril*”¹⁴¹

E os homens são admiráveis- vimo-los de perto; conversamo-los (...) Aqueles caboclos rijos não são efeitos do meio; surgem a despeito do meio. (...) É um caso de

¹³⁸ Euclides da Cunha esteve em terras amazônicas, oficialmente pelo governo brasileiro, que em 9 de agosto de 1904, o nomeou chefe da Comissão do Alto Purus para fixar as fronteiras com o Peru. A expedição durou um ano – de dezembro de 1904 a dezembro de 1905. Consultou antes da viagem relatos de viajantes, relatórios administrativos, mapas das expedições anteriores. Leu Humboldt, Spix e Martius, Luiz Agassiz, Bates, Chandless. Sua experiência de Viagem foi publicada em 1909, após sua morte, com o título *A Margem da História*, juntamente com artigos que escreveu para jornais e outros trabalhos.

¹³⁹ CUNHA, Euclides da (1886-1909). *Um Paraíso Perdido: Reunião de Ensaaios Amazônicos*. Hilton Rocha (Coord.). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

Para informações sobre o autor, consultar: VENTURA, Roberto. *Retrato Interrompido da vida de Euclides da Cunha*. Mauro Carvalho e José de Santana (orgs), São Paulo: Companhia das Letras, 2003; e também GALVÃO, Walnice (org). Euclides da Cunha-História. *Coleção Grandes Cientistas Sociais*, 1984.

¹⁴⁰ CUNHA, *Op. Cit.*, 122-123.

¹⁴¹ *Idem. Ibidem*: p. 125 -126.

mimetismo psíquico de homem e bárbaro para vencer a barbárie. É Caballero e selvagem (...) É o homúnculo da civilização.¹⁴²

A visão euclidiana enaltece a possibilidade da civilização dominar a natureza transformando-a em aliada e não ameaça. A Amazônia é percebida cheia de rios e florestas que encobrem o Homem que ainda viria a existir e ter importância diante do *polvo de matas e águas* que não os deixava serem civilizados.

Há concepções de civilidade e natureza que apresentam a região amazônica como *terra sem memória*, onde o homem, diante da presença e grandeza dos elementos naturais que o encobrem, é considerado homúnculo e, por sobreviver e superar as adversidades advindas do excesso de natureza, é herói. Essas concepções também incluem a natureza como possibilidade de ser adequada ao projeto civilizatório.

Os valores, referentes à civilidade e natureza presentes no modelo de modernização das cidades, fazem parte de um projeto de civilização ocorrido a partir do advento da técnica e da ciência, onde há dominação do artificial sobre o natural, da cultura sobre a natureza, como parte dos valores da modernidade que relaciona natureza/civilização, natureza/cultura de forma contraditória e recíproca.

Há, nesses espaços que são representados de forma antitética civilidade e natureza, nos fragmentos da memorialidade, a chegada das genealogias das comunidades do Combu e as vivências de seus antepassados.

As fontes, informações, documentos e imagens, até então utilizadas, não dão conta das vivências cotidianas ocorridas nestes espaços, sendo possível através das memórias das comunidades.

Perceber a natureza dos espaços e tempos, não como um todo homogêneo, mas como construção histórica com lógicas as quais, muitas vezes, parecem antitéticas ou contraditórias, foi fundamental para compreendermos o passado que em muitos momentos foi resignificado pelas memórias desses sujeitos, tendo como pano de fundo a natureza, utilizando-a, significando-a, resignificando-a sob vários aspectos.

Estas representações da natureza foram analisadas através das histórias de vida e das memórias dos sujeitos das comunidades do Combu. As possibilidades da história de vida

¹⁴² *Idem. Ibidem*: p. 155 –168.

e da história oral e sua relação com a memória tornaram-se fundamental para a pesquisa, uma vez que os sujeitos remetem-se há tempos passados para dizer sobre suas vidas presentes.¹⁴³

Foi nesse contexto que se entrelaçou a história social com a história de vida de seu Rui, 67 anos de idade, que fala com felicidade do fato de ter nascido e morar até hoje no mesmo espaço onde os pais se estabeleceram ao chegarem na ilha, no igarapé e na comunidade do Combu: *“nasci e me criei aqui(...) nesse tempo que me criei era menos população”*¹⁴⁴. Atualmente, seu Rui tem 8 filhos, 18 netos e 6 bisnetos. Os pais, antes de mudarem para a ilha, moravam no igarapé Jenipaúba em Igarapé Mirim, onde *“o trabalho era só engenho e como conseguiram essas terras aqui, ficaram”*¹⁴⁵. Mudaram para o Combu em 1915.

Seu Rui contou as histórias de seus pais que trabalhavam em roça e já viviam do açaí, mas não moravam em suas próprias terras. Significou na memória que a chegada dos pais foi para o estabelecimento da vida em *“lugar melhor (...) meu pai contava, que foi da finada minha mãe, que sempre sempre vivera sobressaltado, então que dessa causa chegaram e vieram pro nosso Combu aqui”*.¹⁴⁶

Um tempo de dificuldades está presente na memória de seu Rui, sobre os motivos da saída de seus pais de Igarapé Mirim e um novo tempo de boaventura na chegada na ilha do Combu.

Tinha lá meu pai dizia, mais minha mãe, que trabalhavam já no roçado de mandioca que tinha pra fazer farinha, [aqui não tem não, a terra é molhada, só na Boa Vista] e cacau, mas tudo era mais difícil, era e dava pros donos, e eu nunca que soube os nomes, ficou mais pouco pra eles né, difícil (...) Aqui não, já eram deles, era de uma

¹⁴³ O método de história de vida consiste em ouvir o que o sujeito tem a dizer sobre si mesmo, o que ele acredita ser importante para sua vida e ainda mais, para compreender a conduta de um indivíduo é preciso saber como ele percebeu a situação, os obstáculos que ele acreditou ter enfrentado, as alternativas que ele considerou naquele momento e situação, para poder compreender os campos de possibilidades de suas memórias. O método da história de vida, quando utilizado, ao analisar as particularidades dos sujeitos envolvidos, procura apreender os elementos históricos que ela contém. É possível transformar a subjetividade inerente ao sujeito em conhecimento articulado as significações do passado no presente, pois a história de vida, por mais particular que seja, é sempre relato de práticas sociais: das formas com que o indivíduo se insere e atua no mundo e no grupo, uma vez que nossas histórias individuais se apropriam e se criam nas relações sociais, na qual sentimos e transformamos da nossa maneira, compreendendo que a história social está também presente na história de nossa vida individual. Isto não quer dizer que história de vida seja apenas coletâneas de acontecimentos passados ou presentes ou a memória em geral, é o modo como o indivíduo ou grupo representa aspectos de seu passado que são relevantes para a compreensão de sua situação atual. As histórias de vida são auto-imagens estruturadas a partir das perspectivas do presente. Assim sendo, um relato de vida pode ser uma oportunidade para reflexão, na medida em que o sujeito não relata simplesmente sua vida, ele pensa, reflete e então conta sua história.

¹⁴⁴ Seu Rui Quaresma, 67 anos, Igarapé Combu. Entrevista realizada em 04 de novembro de 2005.

¹⁴⁵ *Idem.*

¹⁴⁶ *Idem.*

fartura, até eu me lembro, quando de criança, podia viver melhor.(...) Tinha muito cacau, açai sempre teve, tinha cotia, paca.¹⁴⁷

Fotografia 2: Seu Rui Quaresma. Um dos moradores mais antigos da ilha



Fonte: Acervo Pessoal do autor. Fotografia: João Marcelo B. Dergan – Novembro/2005

Quando criança, lembra que eram poucas casas no igarapé Combu, que através dos laços de familiaridade que foram se constituindo, o cenário foi se modificando. Um dos primeiros laços foi o de dona Angélica Pena Quaresma, filha de Raimundo Pena e Teolilia Teles, também é da comunidade do Combu, nascida em Boa Vista do Acará em 1925, tem 79 anos, teve nove filhos (4 homens e 5 mulheres).

Aos 17 anos dona Angélica foi morar no Combu. O sogro foi um dos primeiros a chegar na ilha. Os pais do marido - Frederico dos Santos Quaresma e Maria Pimentel Quaresma - vieram de Igarapé Mirim, trouxeram para morar em sua casa, quando iam fazer farinha em Boa Vista e então podia viver melhor já que os pais “*deste comprou as terras*”.

¹⁴⁷ *Idem.*

Fotografia 3: Dona Angélica em um dos momentos de conversas



Fonte: Acervo Pessoal do autor. Fotografia: Josias de Souza Sales – Setembro/2005

O arrendamento da terra em Igarapé Mirim, durante o período de vida dos avós de seu Rui e dos sogros de dona Angélica, no século XIX, foi-se estabelecendo como novas perspectivas de sonhos, esperanças, lutas e busca de novas possibilidades que motivaram a mudança de seus pais para a ilha, mais precisamente no igarapé Combu, onde hoje se constitui a comunidade Combu.

Então quando meus pais vieram já pra cá, já foram tudo vendo que queriam eles mesmos ser os dono, daí que dizem que esse titulo não vale, mas eles que conseguiram e pagaram em Belém, foram lá e eu paguei sempre uma taxa pro INCRA, (...) era acho que de Terra uma secretaria.¹⁴⁸

A posse da terra tornou-se fundamental para a sobrevivência e permanência dos sonhos, que seu Rui significa na memória como tempo da infância, da fartura.

¹⁴⁸ *Idem.*

A história oral é entendida aqui como uma possibilidade de pesquisa e de realização do fazer história, na qual a memória pode surgir como uma manifestação do coletivo, ao mesmo tempo em que incorpora vivências individuais, através da dinâmica que reconstrói o passado ao tecer sua representação no presente. Há, em todas as sociedades, uma multiplicidade “*de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, relacionam com a cultura do local onde os sujeitos vivem*”¹⁴⁹.

Seixas (2001) considera importante historicizar a memória, como forma de construção de conhecimento, sem contudo anulá-la.

Através da memória podemos reconhecer o cotidiano e, ao mesmo tempo, despertar estranhamento na reflexão sobre o passado, de forma a explicá-lo, narrá-lo, como natural. Deve-se refletir sobre o mesmo, dialogando entre a memória voluntária e involuntária, pois ambas, “*a que imagina e aquela que repete, vão lado a lado e se apóiam mutuamente*”

150

Esta forma de historicização da memória, a torna não apenas como reconstrução, apropriação ou manipulação do passado, ou memória-informação, mas também como memória-conhecimento, mais para agir, do que simplesmente informar, portanto, construir conhecimento, refazer o passado/presente, fazer história, pois consideramos que

a memória é portanto algo que ‘atravessa’, que ‘vence obstáculos’, que ‘emerge’, que irrompe: os sentimentos associados a este percurso são ambíguos, mas estão sempre presentes. Não há memória involuntária que não venha carregada de afetividade e, ainda que a integralidade do passado possa estar (grifo nosso) irremediavelmente perdida, aquilo que retorna vem inteiro, íntegro porque com suas tonalidades emocionais e charme afetivo.¹⁵¹

A significação do passado na memória de seu Rui, dos tempos de seus avós e da chegada de seus pais na ilha, nos faz tratá-la como história, não para confirmar ou refutar os sentimentos e experiências vividas, mas articular essas experiências e vivências manipuladas na memória, como história viva, dando emoção à história.

¹⁴⁹ PORTELLI, A. Algumas Reflexões sobre a Ética na História Oral. *Projeto História* 15. PUC/SP. 1997, p. 25.

¹⁵⁰ Procura estabelecer as relações tecidas entre história e memória, privilegiando estudos da literatura. Alerta para a sensação de vivermos sob o império da memória e da realização de trabalhos que utilizam a memória de forma racionalizada, perdendo a dimensão afetiva e emocional que move a vida. Para isto utiliza os conceitos de Proust e Bérghson: Memória voluntária/memória involuntária e memória espontânea/memória lembrança. SEIXAS, Jacy. ‘Percurso de memória em Terras de História: problemáticas atuais’, In: BRESCIANI, Stela e NAXARA, Márcia (orgs). *Memória e (res) sentimento: Indagações sobre uma questão sensível*, Campinas: SP, 2001, p.47.

¹⁵¹ *Idem. Ibidem*, p.47.

Uma das possibilidades na desestruturação da vida dos pequenos sitiantes ou agricultores, na qual os avós de seu Rui viviam, e que teve um *continuum* na vida dos pais, pode ter sido uma estruturação criada desde o início do século XIX, através de medidas oficiais na área de Igarapé Mirim, como a *abertura do canal Igarapé Mirim*, a *tomada de terras* das margens dos rios e a *cobrança de dízimos* aos camponeses pagas com gêneros.¹⁵²

No início da década de 20 do século XIX, as autoridades provincianas davam conta da abertura do canal de Igarapé-Miri, que de uma forma ou de outra contribuiu para intensificar ou inflamar os problemas fundiários (...) A tomada de terras nas margens do Rio, cada vez em maiores proporções, prejudicava a vivência da comunidades familiares (...) em suas pequenas propriedades (...) prejudicando e afastando dos mesmos as famílias camponesas, alterando, portanto, o seu modo de vida.¹⁵³

Esta forma de viver, com os níveis de expropriação dos camponeses pobres, possivelmente estava presente na vida dos avós de seu Rui e ainda com conseqüências na vida dos pais até o final do século XIX. Os sentimentos presentes na memória mostram a vivência e busca de uma nova possibilidade com a chegada no Combu.

O movimento dentro da própria ilha desvela qualquer ilusão de comunidades fechadas em si desde os tempos de outrora, sem no entanto desconsiderar suas lógicas, através das histórias de vida. Dona Nair, 75 anos, nasceu no igarapé Combu e casou aos 20 anos de idade, indo morar com o marido Osmarino, 74 anos, onde os pais dele *nasceram e se criaram* no igarapé Piriquitaquara. Teve nove filhos, atualmente todos casados e estabeleceram residência em Belém continental, mas que se enche de felicidade ao relatar que *'todo domingo eles se ajunto tudo aqui'*.

¹⁵² LIMA, Ana Renata Rosário. *Cabanagem: Uma Revolta Camponesa no Acará*. Belém: PMB, 2004. trata da cabangem através dos múltiplos sujeitos do século XIX na região do Acará, suas perspectivas, formas de relação com a terra, sem desconsiderar a política agrária oficial da época e a desestruturação da vida camponesa, mostrando que o conhecimento das trilhas dos rios e igarapés foi fundamental a sobrevivência desses sujeitos. Constrói um conhecimento fora da oficialidade e dos míticos heróis do movimento cabano, mas presente nas histórias oficiosas, importantes para a construção dos sonhos, desesperanças, esperanças e possibilidades na constituição das vidas dos sujeitos, homogeneizados pela historiografia tradicional e denominados de cabanos.

¹⁵³ *Idem, Ibidem*. p. 16-18.

Fotografia 4: Dona Nair: Cotidiano e memórias



Fonte: Acervo Pessoal do autor. Fotografia: Josias Sales – Dezembro/2005

Entre as poucas casas que existiam no igarapé Combu, em comparação aos dias de hoje, em uma moravam, desde que nasceram, a avó e a mãe de dona Nair. A mãe foi morar para o outro lado do igarapé, quando casou com o seu pai que veio do Ceará.

(...)minha mãe já era do Combu, lá do Igarapé, meu pai não era daqui, ele era Cearense, ele era do Ceará (...) minha mãe conta que quando ele veio lá do ceará, lá dessa cidade, ele era rapaz (...) aí começou a namorar com a mamãe, (...) a mamãe não conheceu a família dele pra lá, ele falou pra mamãe que no tempo que ele veio de lá (...) ele era desordeiro, de briga, ele era cearense (...) ele brigou pra lá, pra não ser morto ele fugiu, dessa cidade(...) quando o papai morreu, nos era tudo pequenino, eu não conheci ele (...) a mamãe nasceu no igarapé Combu, se criou lá e morreu lá (...) a mãe dela também era de lá, quando a mamãe casou a mãe dela ainda era viva, morava no Igarapé também (...) o pai da mamãe (...) a mamãe contava do pai dela, da vó dela (...) mas eu não cheguei ver minha vó, agora a mamãe quando morreu tava velhinha já (...) agora não tinha tanta casa lá, minha mãe casou e morou do outro lado do igarapé, era muito poucas casa(...) agora já tem muita gente lá (...).¹⁵⁴

¹⁵⁴ Dona Nair Gouveia Nascimento, 75 anos. Entrevista realizada em março de 2006.

Entrelaçadas as histórias contadas por dona Nair, das lembranças da época dos avós e dos pais, estão aspectos do tipo de trabalho realizado, do extrativismo de açaí como principal forma de subsistência e da comercialização de produtos como cacau e borracha na cidade de Belém.

Naquela época ela apanhava açaí pra nós tomar. Tinha um cacuar enorme, dava de 10 sacas (...) Tinha uma mercearia que vendia, não era o porto da Palha, era mais pra cá, um comércio que tinha era numa berada pra cá, era o Tucunduba, na boca desse Tucunduba tinha essa mercearia grande, era lá que era o depósito do Homem dono da borracha e do cacau, era comércio também (...)naquela tempo, não sei nem como era a nota que chamava, mas era uma nota grande assim oh (...) naquele tempo era muito, moeda era os saco cheio de moeda e fazia as compra lá (...). Ia pra cidade com o meu tio, fazer compra de loja (...) quando ela morreu, antes até, o dinheiro já tava mais quebrado, já tinha caído né, ficou tudo barato né (...) açaí já tinha desde muito (...) quando chegava que ia tirar o açaí pra nós.¹⁵⁵

Na passagem do século XIX para o XX, a mãe de dona Nair vivenciou a experiência em uma das diversas casas de aviamento de Belém. Esse tipo de experiência construiu a riqueza de alguns, com o trabalho extrativista de outros, formada uma rede de relações comerciais que construiu a Belém da belle-époque.

Entre a vinda do nordeste, no período citado, está a constituição da genealogia de dona Catarina, 75 anos, que nasceu no Igarapé Combu. Lembra das idas e vindas de sua mãe, “*cearense do sertão*”, das dificuldades e trabalhos realizados, dos locais pelos quais passou e da chegada na ilha como possibilidade de uma vida melhor.

Minha mãe contava que saiu de lá do sertão mesmo, do ceará, foi pra lá do Amazonas, trabalhar, era com borracha, queria ter o seu né (...) depois que foi pra lá da mamoré (...) e veio daqui da ilha, ainda passou pela ilha das onças (...) era do tempo melhor aqui, veio com o finado meu pai (...) e faziam roçado do cacuar, era deles, o açaisal daqui, vendiam a borracha.¹⁵⁶

O termo *Era deles*, está significado nas lembranças mais precisas de dona Catarina sobre a mãe, como a possibilidade de seus pais sentirem-se donos de suas vidas e de seus trabalhos, na ilha do Combu. Está na memória o não abandono das atividades de subsistência em favor exclusivamente da extração do látex. Mas houve, inclusive, indicações que apontam

¹⁵⁵ *Idem.*

¹⁵⁶ Dona Catarina Custódio da Silva, 75 anos. Entrevista realizada em 22 de novembro de 2005.

para uma divisão familiar do trabalho. Antes era justamente essa associação de atividades que permitia garantir a existência e sobrevivência material.

Dona Catarina lembra dos momentos da infância, do aprendizado com a mãe de tecer as rasas, tipitis, matapis, viveiros, dos casamentos ocorridos e das coisas que a mãe dizia, incluindo o próprio aprendizado de tecer os produtos com a família de dona Angélica.

Fotografia 5: Dona Catarina e seu Neto



Fonte: Acervo Pessoal do autor. Fotografia: Josias de Souza Sales – Novembro/2005

Considera o Combu o espaço que a mãe encontrou para a felicidade e superação dos problemas, afirmando a vontade de continuar vivendo na ilha, criando filhos e netos, até hoje.

A história oral serviu como práxis interpretativa da realidade, pois a história é a produção intelectual e narrativa das relações sociais no tempo e, por isso, guarda estreita relação com a memória, mas não se confunde inteiramente com esta, como nos lembra Le Goff (1990), a história não é memória, ainda que dela não possa prescindir.

Utilizamos a história oral como possibilidade enriquecedora e reveladora das significações do passado na memória, como fundamento principal para a história, pois

A história local, ou história da comunidade, é um campo que cada vez mais tem utilizado a metodologia da história oral. Isso porque se percebeu que as fontes que tradicionalmente documentam a história local são quase sempre incompletas, enquanto que é possível colher informações importantes sobre o passado da comunidade através da escuta das memórias daqueles que o vivenciaram, ou dos que ouviram histórias de pessoas mais velhas, da família ou da localidade.¹⁵⁷

Não entramos, aqui, nas características e funcionamento da memória¹⁵⁸, mas a consideramos fundamental, ou intrinsecamente parte da história, uma vez que *“toda consciência do passado está fundada na memória. Através das lembranças recuperamos consciência dos acontecimentos anteriores”*¹⁵⁹.

Através da memória de dona Catarina, pôde-se verificar os sentimentos e aprendizados que teve com a mãe, ainda vivos no presente, em sua história de vida e na reafirmação das lutas e vontades de vida melhor para os filhos e netos na ilha do Combu.

A mãe de dona Catarina possivelmente veio do nordeste em busca de vida melhor e fixou moradia na ilha do Combu, onde casou e constituiu família.

Os registros históricos ficam mais cheios de vida, quando compreendidos entre os sentimentos e a memória através das experiências e relatos contados, pois compreender os motivos que levaram a mãe de dona Catarina a se estabelecer no Combu foi importante para o cruzamento com a história oficial, não para anular, apagar ou comparar com a memória de dona Catarina, mas para relacionar as causas históricas às consequências na vida das pessoas.

No final do século XIX, políticas de incentivo a migração nordestina para a Amazônia, embaladas pelo deslumbramento da goma elástica, foram realizadas pelo poder público com o objetivo de viabilizar a colonização da Província, nos espaços considerados carentes de ocupação humana. Desde meados do século XIX, no incentivo da “indústria da borracha”, a província do Pará recebeu migrantes para trabalhar nos seringais. Nas décadas de 1870 e 1880 essa corrente migratória ocorreu de forma mais intensa e significativa.¹⁶⁰

¹⁵⁷ ALLEN, MONTELL, *Op. Cit.*, p. 51.

¹⁵⁸ Tais questões são importantes, mas nos atemos às discussões da relação da memória com a história oral.

¹⁵⁹ LOWENTHAL, *Op. Cit.*, p. 47.

¹⁶⁰ SARGES, *Op. Cit.*; WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da Floresta: Uma História. Alto Juruá, Acre (1890-1945)*. São Paulo: Hucitec, 1999; para esta autora embora a grande seca de 1877 tenha se constituído como elemento catalisador do fluxo migratório de nordestinos, especialmente cearenses, para a Amazônia, levanta

Nesse período, a colônia de Nossa Senhora do Ó, localizada na ilha das onças, recebeu uma leva de nordestinos.¹⁶¹

Nessa leva de trabalhadores, lutas, sonhos, desesperanças, chegou dona Maria Custódia, para parir dona Catarina, nas mãos da mãe de seu Rui, que era parteira do igarapé na Ilha do Combu, e inspirar sua memória para a construção de seu presente e de perspectivas de futuro, para si, filhos e netos.

A possibilidade de viver melhor e a diversidade de atividades realizadas, extrativistas principalmente, como coleta de cacau, açaí e da goma elástica, também está vivo na memória dos entrevistados, sobre a infância e os antepassados, bem como a importância da luta pela terra, que está presente nas histórias de vidas.

A luta pela propriedade e posse da terra está presente como fundamento para a sobrevivência e articulada à forma de viver. Esta questão da propriedade aparece em diversos momentos das vidas dos entrevistados, perfazendo as relações nas diversas comunidades da ilha.

Foi esse um dos motivos mais importantes para a chegada de dona Maria, 85 anos, que mora no furo São Benedito, na ilha do Combu. Morava com os pais nas proximidades da ilha grande e observava o pai trabalhar para o *dono da ilha*. Nas vivências familiares, aos 11 anos resolveu fugir com o companheiro com quem viveu até o final da vida deste. Entre vivências, lembranças e fugas de amor, há o palco do tempo e espaço como base da forma de trabalho e relação com a terra presentes na história de vida. O tempo de trabalho na época do pai, as histórias que ouvia, as que observava e vivia na infância, os namoros e vontades, incluindo a de ter um *pedaço de terra*, refletiram e reafirmaram a luta pela terra e a força de trabalho, que tenta ensinar para filhos e netos.

Dona Maria, quando *fugiu*, sugeriu para comprar pequeno pedaço de terra na ilha do Combu do *compadre* dono. Trabalhou a vida toda e, *'pagava como podia e parcelado'*, muitas vezes com o produto extraído do trabalho.

"Agente apanhava muito açaí. (...) já casei por aqui. Ele veio bater em casa. Eu tava esperando. 'Eu não te disse que ia te esperar até o fim se fosse a nossa sorte?' Lá ele

outros motivos para o mesmo fenômeno: como a crise na produção de algodão do Nordeste, o aumento populacional no sertão, que agravou a situação de disputa pelas terras entre posseiros sitiantes, pecuaristas e algodoeiros; os problemas fundiários do nordeste também foram responsáveis pela ida de migrantes para a Amazônia, atraídos pelo crescimento da produção de borracha nessa região.

¹⁶¹ MUNIZ, João de Palma. *Imigração e Colonização. Historia e Estatística (1616-1916)*. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1916.

ficou trabalhando. (...) Ai eu fugi com ele. Casemo, só não tomo até agora, ele morreu, né?”.¹⁶²

Contando sua história de vida, lembra ainda das falas do pai, do trabalho e da chegada deste na ilha.

Tinha as histórias do meu pai. E foi assim mesmo. O seu Araújo que dera pra meu pai cuidar, dos cacuar, era a trilha imensa de borracha, mas então que açai era mais nosso, meu pai dizia que passando o aningal era muita briga, dos caçador, e o açazal que dava assim pra afastar então (...) Isso era daqui, de passando já da quitéria, dos fugidos, era do tempo dos pais dele, meus avô (...).¹⁶³

Nas histórias contadas pelo pai, da época do avô, está a possibilidade da exploração do trabalho negro nas áreas próximas da ilha, que influenciou na utilização dos recursos, entrelaçando os aspectos da sobrevivência material com o simbólico. A memória revela aspectos da cultura e lógica de exploração e utilização dos recursos naturais, no início do século XX, onde os proprietários utilizavam para o mercado, através da exploração e venda de produtos como cacau e borracha, mas que as suas sobrevivências enquanto moradores da ilha dependiam também da utilização de recursos para a subsistência, como o açai.

Revela aspectos relacionados à subordinação a proprietários ausentes e aspectos de trabalho e sobrevivência.

O dono era o compadre José Araújo,(...) tinha muita terra sempre (...) até disque lá pra Cameté (...) então quando nos fugia, meu marido ai fomo e eu disse pra ele que eu queria comprar e ter um pedaço de terra pra viver ele mais eu (...) ele disse a então tá pode ficar vai me pagando como der (...) e nós pagamos era mais do cacuar.¹⁶⁴

Criaram estratégias de sobrevivências relacionadas à ocupação e utilização dos recursos.

¹⁶² Dona Maria Gomes Cardoso, 85 anos, Furo São Bendito. Entrevista realizada em janeiro de 2006.

¹⁶³ *Idem.*

¹⁶⁴ *Idem.*

mas passou, passou e então ele veio uma vez aqui, e disse olha não tá a família maior, deve ver de aumentar, e de seis mês (...). mas então que ninguém dizia mas todos nossos filhos nós já construía a casa mas lá pra dentro (...) e depois passou, passou, já quantos anos e nós aqui, filhos todo, e ai já era do herdeiro deles.¹⁶⁵

Muitas famílias na ilha do Combu, como a de Dona Maria, viveram, durante muitos anos, aspectos relacionados ao pagamento em dinheiro ou parte dos produtos extrativistas à pessoas que se diziam donos da terra e herdeiros dos donos. Suas histórias de vida entrelaçam-se com a subordinação a proprietários ausentes e ao anonimato do ponto de vista legal, tornando-se inquilinos de donos de terras e seus herdeiros.

Da história de dona Maria nasceu dona Amélia, 67 anos, que mora no furo São Benedito, casada com seu Ricardo, 74 anos, que veio de Muaná.

Fotografia 6: Seu Ricardo e Dona Amélia



Fonte: Acervo Pessoal do autor - Fotografia: João Marcelo B. Dergan – Março/2006

¹⁶⁵ *Idem.*

As histórias de vidas de dona Amélia e seu Ricardo entrelaçam-se aos esteios das relações sociais, reveladoras das formas de trabalho e das possibilidades com a posse e utilização da terra. Da ‘sorte do casamento’, a ‘sorte de se conhecerem’, estava entrelaçadas as formas de posse da terra nestes tempos de outrora. Seu Ricardo era um trabalhador de Pracuúba, em Muaná-Pa, que veio a trabalho com o patrão Araújo, dono da ilha grande, e *de terras em muitas partes*, incluindo Pracuúba, ilha Grande e parte do Combu no furo São Benedito.¹⁶⁶

(...) Isso ai [o casamento] foi uma sorte. Porque ele moravo pru, Pracuúba, (...) município de Muaná. (...) eu sempre morei aqui (...) no Rio Bujogó, fica bem em frente a ilha Murutucuzinho (...) todo o tempo eu morava com meus pais com meus irmãos lá. Eles vieram de lá, com o dono daquela ilha grande comprou aquela ilha, que era patrão deles, Paulo de Araújo, ele que era dono lá do Pracuúba.¹⁶⁷

Há 46 anos chegava seu Ricardo nas proximidades do Combu, mais precisamente na ilha Grande, “*Eu vim pra cá para trabalhar. Ele era dono de lá do Pracuúba, ele veio e comprou a ilha grande, ai nos morava na ilha dele então ele trouxe nós pra cá. Uma parte veio outra parte ficaram*”.¹⁶⁸

A experiência de seu Ricardo é reveladora de muitos tipos de atividades extrativistas que fogem ao escopo dos ciclos econômicos, que vislumbram uma única atividade presente nas vidas das pessoas, como o ciclo da borracha, como se essas atividades desaparecessem completamente após os ciclos, ainda que influenciem, sobremaneira, a vida dos sujeitos envolvidos.

nesse tempo tirava borracha, seringa... riscar seringa... tudo tinha para gente fazer. Cacau, Andiroba, ucuuba. (...). Porque o fruto da ucuuba, (...) vermelhinho, eles compravam pra fazer sabão; andiroba pra tirar o óleo; (...) o patrão vendia tudo. (...) Mas nos tinha aqui a do nosso açazal, o pai dela que me ensinou mesmo assim, a fazer toda a limpeza, pra não altear muito, e nos vivia assim também da parte do trabalho do patrão e das outras, os viveiro ela fazia com mãe, tinha nosso camarão, açáí, até hoje, graças a Deus.¹⁶⁹

¹⁶⁶ Informações baseadas nos relatos orais dos sujeitos da pesquisa. Tentou-se pesquisa documental nas Instituições como ITERPA, INCRA, para conhecimento da forma de compra pelos ditos proprietários, através dos vários nomes citados, como José e Paulo Araújo, no Furo São Benedito, o Clóvis Moreira, no Igarapé Combu, citado posteriormente no corpo do trabalho, mas nada foi encontrado.

¹⁶⁷ Dona Amélia Cardoso Reis, 67 anos, furo São Benedito. Entrevista realizada em março de 2006.

¹⁶⁸ Seu Ricardo Ferreira Reis, 76 anos, furo São Benedito. Entrevista realizada em março de 2006.

¹⁶⁹ *Idem*.

Seu Ricardo viveu a experiência de ter realizado atividades extrativistas no decorrer de sua vida, entre elas a da extração do látex, mas não a única a manter a existência de sua família. Praticou também a pesca de camarão utilizando matapi e viveiro, atividade que ainda realiza, e a coleta do açaí que aprendeu na ilha.

Dona Amélia fala dos tempos com o patrão proprietário e das dificuldades do mundo do trabalho, vividas durante os tempos em que o marido fazia a extração da seringa.

Esse ai saia uma hora duas horas ai pro Santa Quitéria pra riscar um seringal Quando era de manhã ele ia buscar o leite. Quando era para defumar a borracha, quando ele chegava, terminava o trabalho então que ia comer. Muito trabalho. (...) por isso que muito hoje estão com, falta da vista por trabalhar de noite, de lamparina, quando chegavam ainda vinham apegar aquela fumaça, fumaça defumada. Depois passaram a vender o leite. Não precisava mais defumar ai melhorou, né? Só ia riscava, no outro dia colhia o leite e derramava na lata.¹⁷⁰

Revela, ainda, os momentos de encontros e o pedido do casamento feito ao pai pelo seu Ricardo, entrelaçados a teia de *inquilinos* nas terras do *proprietário*.

Ai eu morava com meus pais, ai papai ia pro cacuar(...), ele de olho em mim e eu de olho nele. Só sei que foi uma coisa rápida porque pedi logo, pro meu pai, (...) ai nos casamos. Ai nós passamos um tempo lá com o papai no Bujogó, aí viemos pra esse terreno, do Araújo, pra cuidar, e aqui, tinha só inquilino que tinha aqui, então ele chegou e mandou a gente morar para cá. Ai ele tirou uma parte. Um outro meu irmão, casou e mora lá onde mora a minha comadre. De lá outro meu irmão Egídio, casou então nos ficamos só aqui, tudo em família. Agora já casou as minhas filhas, o meu filho (...) lá adiante é outra minha filha.(...) quando a gente veio para cá já tinha cacau, tinha açaí (...) [quando se casaram] eu tinha vinte e dois anos, e [ele] trinta. Casamos e viemos direto pra cá logo. (...) só que só tinha inquilino. Hoje ta melhor né.¹⁷¹

Ao comparar com a atualidade, dona Amélia resignifica o tempo passado, como um tempo de muito trabalho, de muita vontade e felicidade, que no presente há muitas facilidades para viver melhor.

A resignificação do passado, através das perspectivas do presente, está relacionada ao fazer história proposto nesta pesquisa. Historicizamos alguns aspectos não para comparar ou negar as memórias, mas para compreender as histórias de vida dos sujeitos entrevistados.

¹⁷⁰ Dona Amélia Cardoso Reis, 67 anos, furo São Benedito. Entrevista realizada em março de 2006.

¹⁷¹ *Idem*.

A pretensa legalidade, sobre os espaços de exploração extrativista e o controle dos processos de trabalho, não ocorreu somente nos períodos de vida dos sujeitos, mas nos de seus antepassados desde o final do século XIX, por exemplo. Estudos informam que no Grão-Pará nos locais mais abundantes em seringueiras, - a mencionada *região das ilhas*, e também às margens dos rios Tapajós, Tocantins e Guamá, as propriedades, em sua maioria, não eram legalizadas, por estarem situadas em terras devolutas e nacionais, desde o período inicial da exploração em larga escala, principalmente a partir de 1880¹⁷²; haviam proprietários oficializados pelas relações de exploração econômica.

Para as comunidades do Combu o controle sobre a propriedade e os processos de trabalho fez parte da exploração dos principais recursos naturais extrativistas, como cacau, borracha, e outras atividades direcionadas na ilha, citadas no decorrer do trabalho, embora outras tenham sido regularizadas e direcionadas pelos próprios moradores para a manutenção de suas vidas e de suas famílias.

Através da história oral, das possibilidades de “*presentificação do passado, uma reflexão sobre sua relação, material, causal, ideal, com o presente*”¹⁷³, percebemos os tipos de trabalhos realizados, a ocupação e as relações de domínio do território, bem como a significação no presente da possibilidade de viverem melhor, como ‘donos de suas vidas’ e terra, compreendendo o coletivo dentro de sua heterogeneidade, não apenas como um todo orgânico homogêneo, uma vez que este se debruça sobre as memórias vivas, de indivíduos precisos, em suas relações dinâmicas, pois a história deve e pode ressaltar essa “*dinâmica, que envolve memórias individuais e coletivas, que se encontram, fundem-se e se constituem como possíveis fontes para a produção do conhecimento histórico*”¹⁷⁴.

A utilização da história de vida, através da história oral, foi fundante da possibilidade da interpretação da história baseada no registro da memória, que é seletiva, não apenas nos documentos escritos, que são poucos sobre a ilha do Combu, pois nos importou uma

¹⁷² OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. O Caboclo e o Brabo. Notas sobre Duas Modalidades de Força-de-Trabalho na Expansão da Fronteira Amazônica no Século XIX. In: *Encontros com a Civilização Brasileira*, v. 10, 1979, p. 101-140; REIS, Arthur Cezar Ferreira. *O Seringal e o Seringueiro*. Rio de Janeiro: Ministério de Viação e Obras Públicas, 1953, p.78. WEINSTEIN, Barbara. *A Borracha na Amazônia: Expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1993, p. 65. Apud: BATISTA, Luciana Marinho. *Muito Além dos Seringais: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará, c.1850 – c.1870*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2004. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <http://www1.capes.gov.br/teses/pt/2004>. Acesso em 16 de julho de 2006.

¹⁷³ GUARINELLO. N L. Breve Arqueologia da História Oral. *Revista História Oral*. SP, 1998, p. 32.

¹⁷⁴ *Idem, ibidem*, p.47.

*interpretação da história e das mutáveis sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências, a história oral tem um poder único de nos dar acesso às experiências daqueles que vivem às margens do poder, e cujas vozes são ocultas porque suas vidas são muito menos prováveis de serem documentadas nos arquivos.*¹⁷⁵

É com a voz firme que Dona Heumita, 75 anos, mora e faz parte da comunidade do Benedito, *tentou a vida* em muitos lugares e interiores do estado do Pará. Está no Combu há aproximadamente 50 anos.

Nasceu em Ponta de Pedras, no Marajó, estabeleceu residência em Belém com os pais e irmãos, onde conheceu o marido, que era de Muaná-Pa e trabalhava nas proximidades do Combu com o irmão. O cunhado já havia estabelecido família na ilha quando esta conheceu o marido.

A efetiva ida para o Combu estava *certa pelo destino* desde que o casamento foi realizado nas proximidades, no cartório de Boa Vista, uma vez que a família do marido estava estabelecida na ilha grande.

(...) Ele gostava de tá no interior. Eu também de interior, a vida de Belém é uma vida agitada. A casa que a gente tinha na passagem Jacó, com madeira tirada daqui, à machado, esteios, pernambuca, ele mesmo fez a casa, e foram tanta gente que foi morando para li, e rapaz, era briga (..) ai disse “olha Vandico eu não quero mais ficar aqui”. Ele veio, falou com irmão: “Ê compade! Vem pra cá!”. O irmão dele que mora logo ai na frente. Ai nos viemos. “É sim minha comade vêm pra cá. Ai tu vende a tua casa”. Eu disse “Não! Não vou vender.” (...) Acabou que ele fez negócio coma a casa numa canoa grande.¹⁷⁶

Quando saiu de Belém, inicialmente morou na ilha grande. Trouxe, elaborou e refez sonhos, esperanças, trabalhos e vivências. Construiu família, história e através da memória revela aspectos da posse, dos aprendizados e tipos de trabalhos realizados no Combu.

Depois que casei ajudei muito o meu velho. (...). Meu pai, (...) ele trabalhava com cacuri, ele fazia cacuri, pegava muito (...) Então, ele cortava seringa, ele cortava tala de (...) para tapa [i]garapé. Ele fazia paneiro, de tala ele fazia tudo: paneiro, tipiti, (...) de espremer a mandioca. Ele fazia muito tipiti. Paneiro, aprendi e fazia sempre

¹⁷⁵ THOMPSON, E. P. História oral e contemporaneidade. In: *História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*, nº 05, jun. 2002. São Paulo, p.17.

¹⁷⁶ Dona Heumita Pantoja R. Lima, 75 anos. Entrevista realizada em 18 de abril de 2006.

assim, fiz muito pra colocar os quiabo até apanhar quiabo, quebrar quiabo, paneiros e paneirão de quiabo. Tirava três milheiros, quatro. Trabalhava aqui, trabalhava em roçado em quiabo. Então...eu inda vim trabalhar com quiabo (...) Quiabo: dá uma árvore assim?! [eleva a mão para cima a uma distância de mais ou menos 130 cm com relação ao chão para mostrar a altura] Parece uma parma [palma da mão] as folhas. Dá direto! Ai vai dando a flor (...) e já vem o quiabo também. Com três dias que flor cai a gente já pode tirar o quiabo que já tá bom, se não ele fica maduro. Maduro não presta. [Aprendi] com meu velho, com os pais dele, a mãe dele era muito trabalhadora. Eu sei que eu fui feliz graças a Deus. Tá fazendo, fez doze anos, dia 16 de setembro que ele se foi. Meus filhos moram tudo por aqui, uns moram do outro lado ali, e os outros moram tudo aqui. São oito filhos.¹⁷⁷

Aprendeu a tecer paneiro e tipiti com o pai, manteve trabalhos de roças de quiabos, que aprendeu com a mãe do marido, construiu uma existência de trabalho com a terra, de forma familiar e constituiu uma rede de relações como matriarca de seus descendentes de oito filhos e diversos netos, que moram até hoje na ilha.

Fotografia 7: Dona Heumita. memória e trabalho. Ao fundo onde tinha olaria, palmeiras de açáí *plantadas pelas próprias mãos*



Fonte: Acervo Pessoal do autor. Fotografia: Josias de Souza Sales – Março/2006

Estabeleceu-se no Combu em função da realização de trabalhos direcionados pelo suposto proprietário de terras da ilha grande, e também de parte do Combu. Através da

¹⁷⁷ *Idem.*

oralidade percebeu-se que havia uma rede de relações de posse e comerciais entre Belém e as ilhas, incluindo o Combu, nas mesmas mãos dos ausentes donos das terras na ilha e presentes no comércio em Belém.

Dai fomos morar pra cá. Ai para cima(...) eu já tinha seis filhos ou quatro, demorou muito pra gente vir, ele vinha sempre, trabalhava aqui, com o irmão, que trabalhava pro Dono da parte de lá da ilha, da ilha grande. O irmão já ficou por aqui, casou, com a da Maria. Fomo pra Ilha Grande, e quando o dono do terreno mandou nos chamar, ele é dono da Vigoreli, casa Vigoreli, (...) dono dessa ilha, da parte de lá, o outro da parte da cá era o tal de Araújo. Ele comprou essa ilha. Era Antonio Navegantes. Só tá os filhos dele agora. Em Belém ali pelo comercio, Casa Vigoreli. Então Ai ele mandou que nos viesse para cá. (...)Que era nós que tinha que ficar aqui. Olha nós tamo aqui o quê? Uns trinta e poucos anos, quarenta anos. Ele morreu, nunca que veio aqui nessa ilha, ele fez questão que nos ficasse aqui e, meu cunhado era o que cuidava de tudo dele.¹⁷⁸

Os donos da terra e descentes iniciaram a fabricação de tijolos, na qual os sujeitos da ilha eram os trabalhadores desses empreendimentos, amassando barro, fabricando os tijolos e em troca viviam na terra.

Da olaria, as pessoas guardam recordações dos trabalhos, dos familiares que estiveram envolvidos na produção e da relação com os proprietários e herdeiros ausentes. Foi nesse momento que dona Heumita foi morar no furo São Benedito na *boca* do igarapé Miquilina, local que vive até hoje com uma das filhas e netos.

Ele [o proprietário] chamou meu cunhado: “Antonio Maria me diz uma coisa: o teu irmão tem uma família numerosa não tem?” Disse “tem”. “Aquela casa já não tá agüentando, ele, aquela casa tá podre”. “O senhor é que pensa!”. “Não mas é pequena. Manda ele fazer uma casa lá na beira do miquilina, o nome desse igarapé é miquilina. Ai foi que ele fez essa casa. Só ele tá de doze anos de morto já. (...) eu fiquei meus filhos tudo, só quem não ficou casada foi essa que mora aqui comigo. Dois [filhos] vieram, do Antonio Navagantes. Ih! Deus ô livre! Eles que vinham... “Papai é o irmão do Antonio Maria que é pra viver lá”.¹⁷⁹

A combinação das atividades agrícolas e extrativas eram, muitas vezes, substituídas para uma ‘destinação’ diferente dada pelos donos da terra, como o trabalho na

¹⁷⁸ *Idem.*

¹⁷⁹ *Idem.*

olaria, que deixou marcas e pequenas ruínas físicas e também experiências resignificadas na utilização dos recursos naturais, como o açai.

Tudo era limpo! Isso aqui não tinha açai! Que derrubaram tudo que fizeram a olaria ai (...) isso aqui mexeram que era um cacoal tudinho, açai, grande açai derrubaram tudo! Isso aqui tudo já foi minha planta. Nossa planta, e eu já cuidei muito (...) que as auves alta a gente tira (...) porque as auves muita alta tem que tirar pra levantar as outras.¹⁸⁰

Há os vestígios da construção da olaria ao lado da casa de dona Heumita, a qual reclama que, na época, todo o açai foi destruído.

Adaptou conhecimentos, refez alguns, aprendeu outros e valoriza a terra e o açai que *plantou com as mãos*.

[Derrubaram] pra fazer olaria (...). Sabe, barro, tijolo, fizeram ai, É ruim. (...) Olha isso aqui, cadê? Tá ali ó, era de colocar o pé do moto. Amassadeira pr' amassa barro, tudo era bem ali era a amassadeira. Isso era aqui tudinho barracão pra tijolo. ai, não foi pra frente, castigo, mas por causa da derrubada toda, açai é assim mesmo meu filho.¹⁸¹

A memória está estreitamente vinculada à natureza. A partir da memória pôde-se perceber a natureza dos espaços na relação com a terra. As relações sociais estabelecidas entre si e entre os considerados donos da terra estão imbricadas com as relações com a natureza, que marcaram e figuram na paisagem da memória ou lugares da memória.

E nos lugares da memória estão os muitos momentos que viveu, desde o casamento no Cartório de Boa Vista, até a morte do marido, e a esperança da filha poder viver melhor sem ter dono de terra.

“(...) Ficamos morando aqui. Té hoje, quarenta anos. (...) Eu vou embora e ela fica. Hoje isso aqui tudo é dela. Ela que luta comigo e ai no Centro. (...) Ela que é mãe a filha é tudo pra mim”.¹⁸²

¹⁸⁰ *Idem.*

¹⁸¹ *Idem.*

¹⁸² *Idem.*

Valoriza a luta do centro comunitário, que a filha e a nora participam¹⁸³ - o filho casou com a neta de dona Maria, Edna Cardoso, que pertence ao centro do Benedito - para conhecer os direitos para não ser *enganada* e conquistar *melhoria de vida*.

Seu Manoel Renato, 75 anos, nasceu em Abaetetuba, onde trabalhava em olaria. Mora na beira do rio Guamá e chegou ao Combu em 1963 através de um *compadre* que morava na ilha e fazia trabalhos em olaria do proprietário. Chegou cheio de expectativas e vontade de melhorar de vida, pois enfrentava dificuldades em Abaetetuba.

Hiraoka (1993) nos fornece considerações sobre às ilhas de Abaetetuba, em suas possibilidades econômicas até o final do século XX, informando que ocorreu a modernização das principais olarias da região, que revelaram a produção em escala para o mercado, ocorrendo mudanças no modo de vida dos trabalhadores e na possível imigração para outras áreas e para Belém, principalmente a partir da década de 60 do século XX.

Foi neste contexto que seu Manoel Renato construiu sua história de vida e chegou na ilha do Combu, na beira do rio Guamá.

Ao chegar a ilha, *“tinha um dono e fomo logo montando as coisa da olaria, trabalhava dia e noite, até esse igarapé aqui do lado, foi de muito que nos tirava da terra, e foi que ficou então esse igarapé”*.¹⁸⁴

O trabalho, a posse da terra e a configuração da paisagem são marcos reveladores da memória e da vida de seu Manoel Renato, que também fala sobre as novas possibilidades surgidas no Combu.

“Ele não vinha, era muito pouco. Uma vez nós reunimo com ele, o Gabriel, e então já queria dividir o terreno por todos, mas era só 30 metros pra cada (...) e dessa época já dissemos que era pouco, já não dava pra viver, nós já tinha nosso açaizal, era maior né”.¹⁸⁵

A inserção de olarias na ilha do Combu, por parte dos supostos proprietários de terras, marcou um momento da ilha, possivelmente a partir da década de 60 do século XX, com a utilização de mão de obra dos sujeitos que viviam nas terras dos proprietários.

Na resignificação da memória dos sujeitos e parentes envolvidos nestas atividades, como seu Manoel Renato, no rio Guamá, e dona Heumita, no furo São Benedito, refizeram a experiência considerando como o tipo de trabalho que modificou a natureza dos espaços, com

¹⁸³ Para visualizar algumas das relações de parentesco e familiares, consultar nos anexos: genealogias das principais famílias do furo do Benedito, do Igarapé Combu e do Igarapé Piriquitaquara, respectivamente. Esclarecemos que embora estejam agrupadas por comunidades, não são fechadas em si, na qual há familiares nas diversas comunidades, ilhas e Belém.

¹⁸⁴ Seu Manoel Renato de Carvalho, 75 anos. Entrevista realizada em fevereiro de 2006.

¹⁸⁵ *Idem*.

as marcas na terra, que figuram como o igarapé, formado pela retirada do barro e da ruína do motor, que cedeu lugar ao açáizal.

Considera também que a nova geração pode viver com mais facilidade, “*devido as conquistas do Centro [comunitário]*”.

Dona Rosalina também considera que o centro comunitário pode possibilitar melhoria de vida.

A saída de Itacoã, os aspectos da vida e trabalho realizados, a chegada no Combu, no igarapé Piriquitaquara, para casar e viver com o marido, os aspectos do passado e as simbologias, habitam a memória de dona Rosalina, que chegou no Combu pelo aceite do pedido de casamento feito pelo marido, seu Moacir, que conhecia desde a infância observando o trabalho no roçado e preparo da farinha que este fazia em Itacoã. Nunca mais saiu do Combu, onde criou oito filhos, seis mulheres e dois homens. Hoje mora com a filha mais nova e os netos.

Eu nasci eu sou de lá do Itacoã. Meus pais meus avôs eram de lá, tudinho. Meus parentes estão tudo pra lá (...) meus pais já morreram e tudo... até meus irmãos. Só ta eu. Tenho parentes pra lá mais é, parte de primos primas, tio, ainda estão lá. Eles moram lá (...) eu me casei ai eu vim morar com meu marido pra cá. Nasci lá, fui criada lá. Vim pra cá por que eu me casei com um rapaz que era daqui. Ele foi pra lá, ele ia pra lá, trabalhava lá da farinha, nós começamos a namorar, ai foi o tempo em que ele falou com a mãe dele, com o pai dele, que queria se casar comigo ai eles foram, me pediram pro meus pais... Ai nos se casamos. Viemos embora (...).{o marido} morava ali na boca do Igarapé, naquela casa, lá que era a casa do pai dele, aqui nessa ilha (...) nasceu e foi criado aqui [na ilha do Combu]. Quando eu conheci ele, eles já moravam a muito tempo. Eram daqui mesmo os pais deles.¹⁸⁶

No tempo *do pedido* para casar, a força da esperança de viver melhor na nova morada, foi maior que sair da casa dos pais em Itacoã. Revelou, entre as emoções o labor e dificuldade de trabalhos no tempo dos avós e que os pais relembavam sempre.

Itacoã tinha até um negocio da casa grande, chamava casa grande, que era dos escravos, escravatura. Mas hoje em dia não tem mais. Caiu a casa, derrubaram a casa, mas era só, acho que foi só os escravos que fizeram(...) de madeira que tinha todos aqueles espinhos... era muita coisa que tinha ali, meus pais contavam que aqueles escravos carregavam os paus, trabalhavam muito eles, da época dos meus avos. Mas agora está muito diferente por lá. Tá muito bonito pra lá agora. Sempre vou lá... já faz tempo que não vou lá.¹⁸⁷

¹⁸⁶ Dona Rosalina Lameira de Belém. Entrevista realizada em novembro de 2005.

¹⁸⁷ *Idem.*

O tempo dos avós e a mudança desse tempo está na memória de dona Rosalina que lembra do tipo de trabalho realizado pelos pais em Itacoã e as principais atividades realizadas por ela e pelo marido, já na ilha do Combu.

“[Em Itacoã] eles viviam negócio de roça. Ficavam tomando de roça. Sempre foi assim. (...) Calvão, fazendo pau pra caeira, (...). Aqui [no Combu] é só mesmo açai, cacau, (...) sempre foi. (...) Pesca tem. Eu aprendi e fazia a secagem do cacau, tempos muito já”.¹⁸⁸

Do tempo do avô em Itacoã, lembra das dificuldades de trabalho e da força que pode inspirar a geração atual *“meu pai que dizia, do meu avô então, Lá(...) era dia e noite carregar pedra, e não tinha cansaço”*.

Fotografia 8: Dona Rosalina relembando os tempos de outrora



Fonte: Acervo Pessoal do autor. Fotografia: Josias de Souza Sales – Novembro/2005

O não cansaço do avô, vivo na memória, revela os aspectos de vida em um local que, sob uma interpretação que levou em consideração os sujeitos em suas perspectivas, formas de relação com a terra e lutas para estabelecer uma nova realidade com sonhos reais e

¹⁸⁸ *Idem.*

simbólicos, “*nasceu lutando contra a escravidão*”¹⁸⁹. Histórias que se cruzam com a história de vida de dona Rosalina.

Entre as conversas e entrevistas realizadas, foi feita uma em que houve um encontro entre a dona Rosalina e a dona Margarida, ocasionando lembranças e conversas sobre os tempos da infância, os tempos da vida com os maridos e os novos tempos da atualidade.

Assim é que vamos apresentar dona Margarida antes de revelar os aspectos das lembranças e memórias ocorridos durante o episódio citado.

Dona Margarida, 66 anos, nasceu no igarapé Piriquitaquara, no Combu. O pai e os avós paternos também nasceram no Combu e a mãe na ilha das Onças. Aos 17 anos, após o falecimento dos pais, casou e foi morar no furo da Paciência, ainda na ilha do Combu, onde vive atualmente com as filhas e netas.

Fotografia 9: Dona Margarida emocionada



Fonte: Acervo Pessoal do autor. Fotografia: Josias de Souza Sales – Outubro/2005

¹⁸⁹ ACEVEDO-MARIN, Rosa Elizabeth. *Itancoã, nosso sítio no Baixo Acará*. Belém: UNAMAZ/NAEA/UFPA, 2003.

Foi no momento do encontro de dona Margarida e dona Rosalina, que a memória aflorou, os esquecimentos se revelaram instigantes e houve a revelação do complexo das ilhas presentes em suas memórias, mostrando que, para as suas vivências não há a delimitação física e oposta ao simbólico dos espaços, como podemos visualizar nos mapas das ilhas presentes no trabalho, mas sim relações interdependentes entre esses espaços, incluindo no palco e paisagem da memória.

Aqui nessa época naquele tempo aparecia tinha vizagem, aparecia casco aí tinha pra'li tinha uma mangueira que a gente passava lá tinha um medo danado. (...) Ai de noite a gente tava com rede atada, na época as casinhas eram tudo de palha, as paredes de [sic] ai, na frente ainda nem tinha parede (...) ai passava (...) o casco com um homem dentro (...) e quando o senhor gritava ele sumia. (...) cansaram de contar esta caso. Acontecia aqui, (...) até o meu primo outro dia tava pescando (...) diziam que era desse homem (...) Aqui nesse tempo da escravatura, tinha umas coisas, como é que se chama? (...) um negocio todo de telha! (...) esqueci como era o nome que chamavam. (...) Ai acabou depois que os primeiros donos nê? Ai eu acho que era do tempo dos meus avós. Ai depois que eles morreram foram se acabando, se acabando... Ai diziam que era desse engenho (...) aqui no piriquitaquara (...) tinha uma mangueira bem por ali assim. Ela era deitada assim, até hoje ela é deitada. Ai agente passava (...) essa mangueira naquela época não era deitada, ela era em pé. (...) essa briga desse pessoal, do tempo dos escravos ai disque mataram um. (...) Disque diziam que assombravam. (...) eles diziam: “Ah minha filha, isso é do tempo da escravatura!”. (...) A terra já comeu tudo e a população (...) e agora tudo alumiado.¹⁹⁰

A memória revela aspectos dos tempos passados, no complexo de relações entre as ilhas, e das simbologias e *visagens* desse passado que habitaram e *assombraram* o seu tempo, mas que hoje e *agora tudo alumiado*.

As assombrações e visagens, ao serem lembradas, revelam a existência do passado e afirmam a atualidade de mudanças e melhoria, também em função da ação e organização do Centro Comunitário.

[Dona Rosalina, que chega nesse momento]... Lembra da época que passava um casquinho por aqui? [dirigindo-se a Mãe da Goergete] (...) Nós já somos depois deles [dos escravos]. Na época tinha esse arrumação de aparecer um casquinho. As vezes a gente gritava: “Ei!”, e o casquinho sumia.¹⁹¹

¹⁹⁰ Dona Margarida Gouveia, 66 anos. Entrevista realizada em novembro de 2005.

¹⁹¹ *Idem*.

Revela ainda aspectos simbólicos da relação com a natureza dos espaços, na qual o passado é contemporaneizado através das mudanças vivenciadas pela geração atual.

Tinha um cachorro que latia também, de caçador... ai caçador mandava o cachorro e o cachorro ia latindo. Bem ali assim, mais em cima, tinha um pau que tinha fogo. (...) o pessoal de noite tinham medo de passar lá. (...) o pessoal já derrubaram o pau (...) ficava bem na beira do igarapé mesmo. (...) fogarel. Clareava lá perto do pau. Agora já não tem mais. A população já tá maior (...) a geração agora já tá mais avançada.¹⁹²

Dona Margarida relembrou os trabalhos realizados e a dependência a proprietários de terra, desde a geração anterior, dos seus tios, por exemplo e a dificuldade na locomoção para trabalharem em outros lugares para os supostos donos da terra.

Tinha um tio que morava deste lado e outro deste, só que não era dele a terra. Era de um senhor, de nome Gabi. Era alugado. (...) Pagavam uma quantia em dinheiro por mês. [o dono] Era de Santo Antonio. Ele morava em Santo Antonio. Só que ele não era daqui. Ele era, paresque, português, era de Portugal, veio, comprou essa terra ai. De la de santo Antonio. (...) essa ilha era dele ai tudinho. Já a mulher dele que vendeu, depois que ele morreu. (...).¹⁹³

O dono português realizava trabalho em diversos outros lugares, para coleta de cacau, principalmente, na qual os moradores do Combu eram deslocados para realizarem essas atividades, mas que as subsistências aparecem como ligadas principalmente ao açai.

*Viviam de açai, e trabalhavam com o de cacau... Que acabava... Ai eles iam para ilhas... Trabalhar pro dono em cacuar, tinha uma lugar de ilha nova, outra ilha por nome de São Francisco, tinha um lugar por nome de São Crispim, ai, pra lá que eles trabalhavam”.*¹⁹⁴

Está na memória que a exploração dos recursos naturais por parte do proprietário, como o cacau, era feita de forma intensa, chegando a esgotar o produto.

¹⁹² Dona Rosalina Lameira de Belém. Entrevista realizada em novembro de 2005.

¹⁹³ *Idem.*

¹⁹⁴ *Idem.*

A memória, vivência da temporalidade, pode, através da história oral, atualizar e presentificar o passado, na qual os sujeitos históricos revelaram as suas relações com a natureza, o ambiente, as relações sociais e o local onde viveram ou vivem, percebendo suas importâncias na construção de suas realidades.

O próprio ‘não lembrar’ ou ‘o esquecimento’ faz parte da memória e foi importante para a leitura histórica, pois a análise do *não dito* e/ou do *dito nas entrelinhas* foi considerado e verificado no cruzamento entre as oralidades dos sujeitos históricos, uma vez que os próprios “*esquecimentos e os silêncios são reveladores do mecanismo de manipulação da memória coletiva*”,¹⁹⁵ que interessam a história.

“*Os relatos orais, através da memória, criam uma espécie de significação da realidade, na qual o espaço e o tempo fornecem seus marcadores*”.¹⁹⁶

Dona Nair tenta apagar da memória um tempo ruim contado por seus avós e pais, principalmente relatado pela mãe, *que já se foi*, com uma história que era dos *tempos antigos e já passou*, pois mesmo *não sendo sua época*, o que importa é a resignificação da memória deste passado, no presente, onde no local do castigo foi construído o Centro Comunitário.

Eu não sei da escravidão, o negócio da escravidão eles falavam que era daqui, eles até matavam os negro que vinham pra fazer os tijolo (...) mas isso não é minha época (...). Eu me lembro do que a minha mãe falava, que assim que eles faziam, os preto apanhavam no tronco né, mas era lá da Oneide, dos lugar de lá. E aí tinha um buraco, muito fundo que eles fizeram aqui, quando teve essa escravatura, , moinho né que eles chamam, eles jogavam dentro do buraco(...) era ai onde ta o nosso centro, mas já se faz quanto anos, mas não existe mais. Era nos tempos dos velhos. Muito antigo, não existe mais, já passou.¹⁹⁷

O Combu torna-se então um espaço de homens e mulheres que buscavam melhorar de *vida nesta terra*, presentes na memória dos mais antigos. Há também as marcas do passado onde nos espaços que antes existiam as dificuldades, hoje existe e foi construído o Centro Comunitário.

Uma das filhas de dona Rosalina, Jorgete, participa deste Centro.

¹⁹⁵ LE GOFF, *Op. Cit.*, p. 88.

¹⁹⁶ SAMUEL, *Op. Cit.*, p. 09.

¹⁹⁷ Dona Nair Gouveia Nascimento, 75 anos. Entrevista realizada em março de 2006.

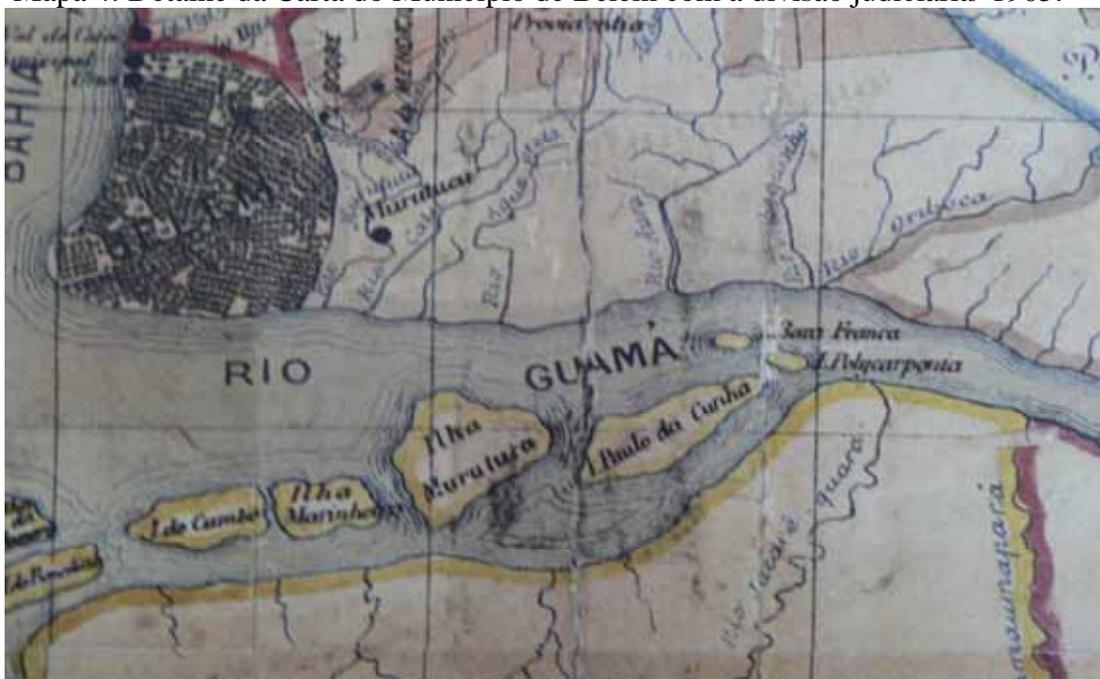
Meu pai era nascido daqui. Nessa época era, “ixi!”, era tudo só mato, nessa época! Não tinha... a população não era grande. Era só umas seis casas, deixa eu ver: era a casa do tio Manoel, a casa do meu tio ali do outro lado, a casa da minha tia, do outro meu tio e do meu pai, e lá na boca que tinha casa (...) do avô da Jorgete. Só essas casas que tinham em todo o território. Desse lado daí só tinha duas casas, desse lado daí. (...) do tio Manoel, do tio Francisco, tinha a casa da tia Yá Yá, que era mãe dela. (...) aí tinha a casa da minha tia, três, do meu pai, cinco nê?. Agora a população aumento, aí também e melhorou assim com o Centro, se organizou pra tudo. Até antes que era tudo Acará, agora é Belém.¹⁹⁸

As significações do tempo presente revelam o aumento da população e a construção do centro comunitário como forma de esclarecimento de pertencimento da ilha ao município de Belém.

*“Era tudo Acará, nos tudo era daqui do Combu mas do Acará, qualquer coisa tudo era lá. Quando da chegada dos meus pais era também Acará (...) desse tempo que já se fez o Centro, então que se é de Belém, somo Belém agora”.*¹⁹⁹

No mapa do início do século XX, período da chegada dos pais de seu Rui, temos a divisão dos espaços e ilhas próximas ao município de Belém agrupadas por áreas:

Mapa 4: Detalhe da Carta do Município de Belém com a divisão judiciária/ 1905.²⁰⁰



Fonte: Acervo da CODEM.

¹⁹⁸ Dona Margarida Gouveia, 66 anos. Entrevista realizada em novembro de 2005.

¹⁹⁹ Seu Rui Quaresma, 67 anos. Entrevista realizada em 01 de setembro de 2005.

²⁰⁰ Feita a administração do Exmº Srº Senador Antonio J. de Lemos - Intendente Municipal - pelo Engrº Civil João de Palma Munis e desenhada por José da Costa e José Sydrin em 1905. Escala: 250 000.

As cores que circulam os espaços foram utilizadas para identificação e classificação em áreas específicas, na qual a ilha do Combu estava inserida na área de Guajará- Mery, não pertencendo à Belém. Porém, em 1938, “*Depois de longo período de criterioso estudo dos motivos históricos, geográficos e econômicos*” uma comissão paraense²⁰¹ delimita os limites territoriais dos municípios do estado do Pará, publicado no Decreto-Lei nacional n. 3.131. Neste, os limites municipais de Belém, com relação ao município do Acará,

Começa no ponto em que o meridiano em prolongamento do limite ocidental da Colônia Benevides- Santa Izabel encontra o rio Guamá; atravessa este rio e segue pela sua margem esquerda e pelo canal São Benedito que separa do continente todas as ilhas situadas na foz do dito Guamá, as quais ficam para o município de Belém, até a embocadura do Rio Mojú, e , daí, até a foz do Igarapé Cabresto, afluente do mesmo Mojú (...).²⁰²

A ilha do Combu, ainda que não apareça nominalmente no Decreto-Lei, pertence oficialmente a cidade de Belém.

Esta decisão foi referendada através da Lei nº 158, de 31 de dezembro de 1948 ao estabelecer os limites municipais de Belém.

Todas as fontes disponíveis foram importantes e utilizadas nesta pesquisa, realizando então uma espécie de cruzamento analítico ou ‘diálogo comparativo’ entre fontes secundárias (livros, artigos, trabalhos acadêmicos das diversas áreas), fontes primárias (documentos) e fontes orais, pois

em alguns contextos, a evidência oral é o que há de melhor; em outros, ela é suplementar, ou complementar, à de outras fontes (...). O mais das vezes, o papel da evidência oral é menos sensacional, é complementar ou suplementar na reinterpretação de documentos e no preenchimento de suas lacunas e fraquezas.²⁰³

O documento e a lei, por si só, não desvelam as relações sociais construídas no passado e significadas na memória e no presente, pois ainda que o Combu figure no decreto

²⁰¹ A comissão era constituída pelo juiz aposentado Mariano Antunes, pelo diretor do Instituto de Estatística do Pará, Francisco Coutinho e por Eusebio de Mattos Cardoso, diretor do departamento das Municipalidades.

²⁰² Fonte: Comissão Demarcadora de Limites - Decreto-lei n. 3.131 – de 31 de outubro de 1938.

²⁰³ THOMPSON, 1992, *Op. Cit.*, p.37.

acima, como pertencente ao município de Belém, as relações foram significadas como pertencente ao Acará.²⁰⁴

Transcorridas seis décadas após o referido decreto, a ilha do Combu aparece na pauta da discussão sobre a classificação das ilhas de Belém em distritos administrativos. De acordo com a lei 7603/1993, a ilha do Combu pertence ao Distrito Administrativo de Outeiro-DAOUT, “(...) é composto das ilhas de Outeiro, (...) Marineira, Combu, Muruturu, Murucutu, Paulo da Cunha, Grande”.²⁰⁵

Na primeira Reunião da comissão de estudos de regionalização administrativa, do município de Belém, ocorrida em 16 de junho de 1993, no auditório da CODEM, foram discutidos os critérios para agrupar em distritos administrativos as 39 ilhas do município. Estabeleceu-se que a utilização dos serviços públicos básicos, como educação e saúde, e a proximidade com a ilha, indicava o distrito ao qual a mesma deveria pertencer, então “(...) a ilha do Cumbu, cuja população utiliza os serviços urbanos de saúde e educação, através de estruturas localizadas na porção continental, mais especificamente no bairro do Guamá, será agregada ao Distrito do Guamá- DAGUA”.²⁰⁶

Porém, durante a terceira reunião da referida comissão, ocorrida em 02 de setembro de 1993, a ilha do Combu passou a fazer parte do DAOUT, com a justificativa de que “os critérios devem fugir ao caráter emergencial, além de que as ilhas ao sul [incluindo a ilha do combu] são bem diferentes das consolidações urbanas emergenciais que utilizam”.²⁰⁷

Os critérios utilizados para a reafirmação das ilhas, como pertencente ao município de Belém, agrupadas em distritos administrativos, além de terem sido uma tentativa de propor

²⁰⁴ Não se trata de comparar fonte documental e fonte oral para a obtenção da única verdade, uma vez que a narrativa interpretativa proposta rompe com a busca e com a forma de construção histórica considerada única e verdadeira, que apresenta a realidade como objetiva e homogênea, mas através do cruzamento de fontes compreender o movimento das relações sociais no Combu. Assim, mesmo com as críticas realizadas pelos historiadores tradicionais sobre a história oral; de que as fontes orais são fluidas, não podem ser objetivas como os documentos escritos, podem apresentar muitas falhas devido aos muitos pontos de vistas sobre um mesmo assunto que as pessoas podem dar, além de que a memória seletiva não revela os esquecimentos e fatos que as pessoas não querem ou podem dar; esta é considerada importante para o repensar da história na atualidade, devendo ser utilizada com clareza de explicação da forma de seu uso e suas limitações, presentes na narrativa histórica. Ao incorporar a narrativa os procedimentos da pesquisa em si, as fontes utilizadas, as limitações documentais, a forma como foi realizada a entrevista, as técnicas utilizadas, rompe-se com a forma de construção histórica considerada única e verdadeira. Verificar debate e discussão nas revistas de História Oral, da Associação Brasileira de História Oral, bem como em livros sobre teoria e metodologia da história, como BURKE, Peter (Org). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

²⁰⁵ Lei Municipal n° 7603 de 10 de janeiro de 1993 – Prefeitura de Belém, que dispõe sobre a regionalização administrativa do município, delimitando os respectivos espaços territoriais e criando os distritos administrativos.

²⁰⁶ Fonte: CODEM. Ata da CODEM de 16 de junho de 1993.

²⁰⁷ Fonte: CODEM. Ata da CODEM de 02 de setembro de 1993.

um tipo de desenvolvimento a esses espaços, também foram critérios financeiros, burocráticos e políticos.²⁰⁸

Através da oralidade dos sujeitos verificou-se que, mesmo havendo relações entre os espaços insulares e continentais da cidade, nas resignificações de suas memórias, não estavam inseridos como parte do município de Belém. Para a *“história oral a realidade é inesgotável, permanentemente renovável e recriada”*²⁰⁹ e a memória seletiva dos sujeitos históricos é considerada fundamental.

“Nós sempre fomos Acará, do tempo da minha mãe, agora com essas conquista do centro, passamo a ser Belém. Mas que é bom e também veio a ser construídos por lá de Belém, o posto e tudo (...) e temos também tudo nosso parente por lá de Boa Vista, é assim”.²¹⁰

Estas resignificações corroboram a tese de que a cidade vive de costas para os rios *“os edifícios projetam sombras sobre o rio, mas a cidade não mais tem o rio nas suas margens, que apenas pode ser olhado furtivamente a partir de fendas mascaradas. Vive-se de costas para o rio, rejeitando totalmente o vínculo aquático(...)”*²¹¹, ainda assim, foram construídas historicamente relações entre os espaços do ‘interland’, com uma lógica ‘diferente’ da cidade, ainda que relacionada ao fornecimento e suprimento de alimentos à capital. Na atualidade estreita-se as relações através do turismo nesses espaços, que guardam algumas características presentes nas concepções historicamente construídas que também formam os espaços de Belém para as ilhas e das ilhas para Belém.

Consideramos que na memória a paisagem, a visualidade que se tem durante o dia é totalmente diferente quando se olha depois das 18h00, quando o sol já se pôs.

Durante a noite, a ilha mostra seus “contrastes iluminários”, onde algumas casas apresentam e possuem energia elétrica movida a diesel, diferente das casas localizadas nos outros lados da ilha, onde as mesmas são iluminadas com a luz fosca amarela-vermelhada oriunda das lamparinas.

²⁰⁸ Houve questionamentos em relação aos critérios estabelecidos para agrupar as ilhas aos distritos, considerados outros aspectos como fiscalização de atividade comercial, de serviços, cobrança de IPTU, cadastramento imobiliário, que foram apresentados pelo presidente da CODEM. Esta organização foi sugerida pelo assessor direto do prefeito a época em função da experiência do distrito em realizar as atividades citadas.

²⁰⁹ VILANOVA, Mercedes. A História Presente e a História Oral. *Páginas de História*. CFCH/UFPA, 1998, p. 09.

²¹⁰ Dona Catarina Custódio da Silva, 75 anos. Entrevista realizada em 22 de dezembro de 2005.

²¹¹ ACEVEDO MARIN, R. E.; CHAVES, E. Imagens de Belém, paradoxo da modernidade e cultura na Amazônia, In: XIMENES, T (Org.). *Perspectivas do desenvolvimento sustentável: uma contribuição para a Amazônia XXI*. Belém: NAEA, 1997, p. 3.

Fotografia 10: Entre luzes e sombras da Belém vista da ilha



Fonte: Acervo Pessoal do autor. Fotografia: Josias de Souza Sales – Janeiro/2006

Vista da ilha, Belém parece uma miniatura de uma grande cidade montada a alguns metros. ‘Um presépio’, com suas milhares de luzes ligadas que, pouco a pouco, vão se apagando com o passar das horas, até que somente alguns prédios são perceptíveis pela penumbra da noite, pois grande parte dos apartamentos já se encontra com suas luzes desligadas, como se estivessem ‘fechando as janelas’ para os rios e ilhas que circundam Belém.

Nesse sentido, olhar Belém, a partir da ilha, é ver um centro urbano onde sua grandeza pode ser visualizada pela presença de grandes e modernos prédios, antenas e suas incontáveis luzes ligadas.

Não tinha esse Hotel, aí, era serraria que tinha, tinha um porto, nem a Universidade, e quando do meu pai, que dizia que só tinha uma luzes poucas, dava pra ver poucas, agora é tudo isso, né, é um mundo, depois fica igual um presépio,(...) quando agente vai pro mato(...) já cedo da manhã, tipo 4, 5 horas.²¹²

²¹² Seu Rui Quaresma, 67 anos. Entrevista realizada em 01 de setembro de 2005.

Quando tinha era serraria, uma loja que comprava as semente, a borracha, e nesta praça, não existia, nem o Porto da Conceição, era pouca (...) Me lembro que aí nesta praça que é Porto, não tinha era nada, depois virou coisa de Homem, agora né (...) é muita construção é bonito, mas também tem muito perigo de violência(...) mas o que falta aqui que é a luz(...) que agente ver daqui tanto né.²¹³

Misturam-se vontades, sonhos e preocupações sobre alguns benefícios que a ciência pode oferecer e que, diariamente se pode observar, através de algumas partes da ilha pelas comunidades da beira do Rio Guamá, com um simples olhar para o centro urbano: a luz elétrica. E com isso, surgem outras opções que refazem o viver cotidiano dessas comunidades: a televisão, que passa a ser utilizada como principal meio de informação e entretenimento, o liquidificador, a máquina elétrica de “bater açai”, a máquina de lavar roupa, o freezer, a geladeira, como equipamentos que ajudam na comodidade das vidas.

Fotografia 11: Detalhes da Ilha do Combu e Belém continental, ao fundo – Vista que se tem ao sair da ilha pelo Furo de São Benedito



Fonte: Acervo Pessoal do autor. Fotografia: Josias de Souza Sales – Abril/2006

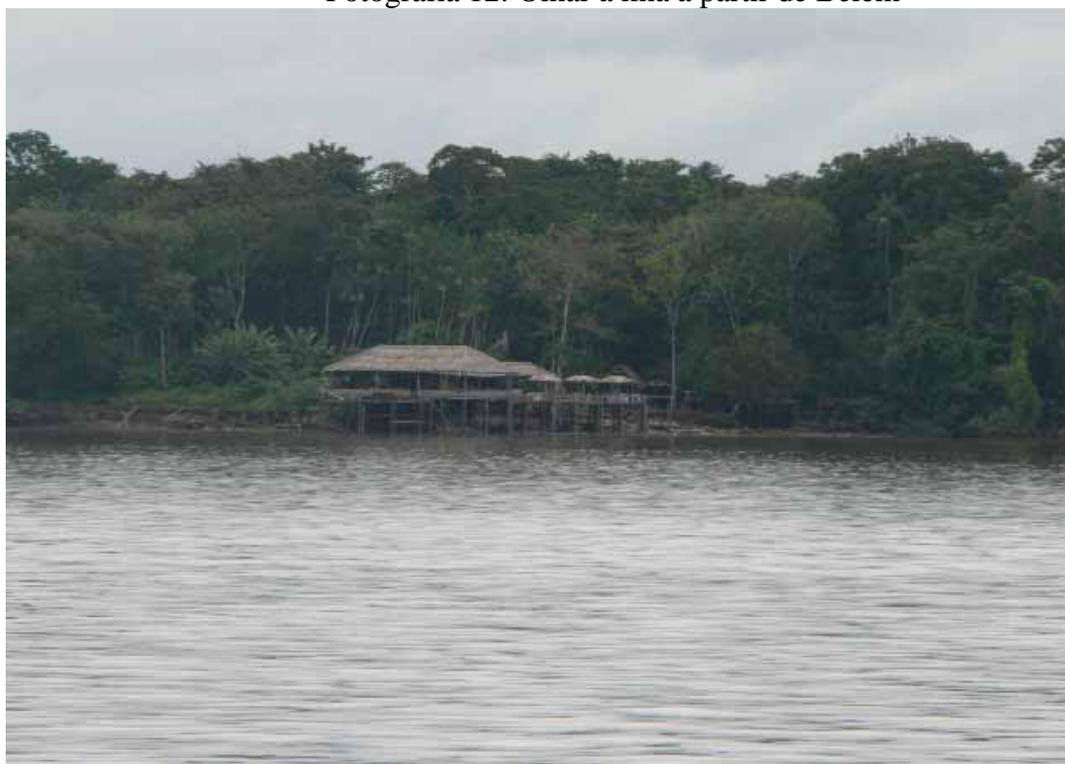
Olhar para Belém da ilha durante o dia é ver o centro urbano representado pelos seus arranha-céus e torres de comunicação. Um mundo de concreto que parece estar longe do mundo das águas no qual a ilha está inserida.

²¹³ Seu João B. dos Santos, 65 anos. Entrevista realizada em 18 de janeiro de 2006.

Visualizar a ilha, a partir de Belém, durante o dia ou à noite, é como uma *outra paisagem*²¹⁴ ou um outro palco para o *teatro da memória*²¹⁵. De noite, o pouco que se vê é a ilha transformada em uma grande linha escura próximo das águas do Rio Guamá. Com alguns pequenos focos de luzes que saem da escuridão, justamente as luzes ligadas através dos geradores, e tão poucos, que parecem velas acesas ao longe, onde quase a visão não alcança.

Durante o dia, é possível ver a ilha do Combu como uma faixa verde ao fim da outra margem do Rio Guamá, com suas árvores centenárias e, caso não fosse possível perceber as casas e restaurantes instalados na margem que faz frente com a Belém continental, a primeira percepção que se teria era o reforço ao “mito da natureza intocada”, o que acabaria por anular a complexidade de relações estabelecidas das comunidades do Combu entre si, com as diversas ilhas e espaços do *interland* paraense e também com a cidade de Belém em seu espaço continental.

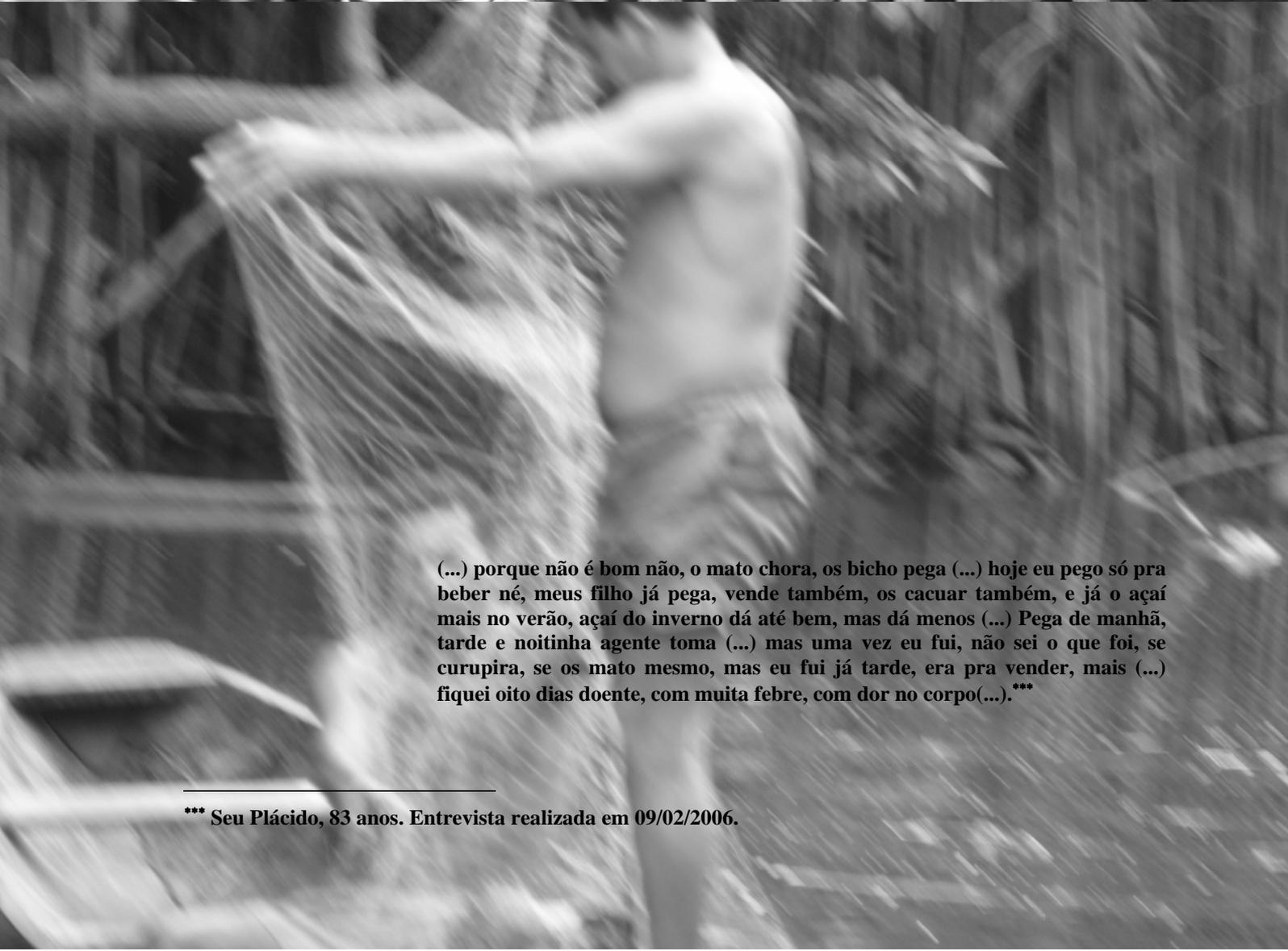
Fotografia 12: Olhar a ilha a partir de Belém



Fonte: Acervo Pessoal do autor. Fotografia: Josias de Souza Sales – Abril/2006

²¹⁴ SCHAMA, S. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1996.

²¹⁵ SAMUEL, *Op. Cit.*,



(...) porque não é bom não, o mato chora, os bicho pega (...) hoje eu pego só pra beber né, meus filho já pega, vende também, os cacuar também, e já o açai mais no verão, açai do inverno dá até bem, mas dá menos (...) Pega de manhã, tarde e noitinha agente toma (...) mas uma vez eu fui, não sei o que foi, se curupira, se os mato mesmo, mas eu fui já tarde, era pra vender, mais (...) fiquei oito dias doente, com muita febre, com dor no corpo(...).***

*** Seu Plácido, 83 anos. Entrevista realizada em 09/02/2006.

CAPÍTULO II - COTIDIANIDADE E LÓGICAS NAS COMUNIDADES DO COMBU

As relações sociais construídas são a base para a compreensão do sentido explicativo das comunidades do Combu, as formas de vida, as relações com a natureza, tipos de atividades e sobrevivências, o complexo de relações estabelecidas entre estas e os espaços insulares, o ‘interland’ e continental da cidade.

As naturezas dos espaços e tempos que as comunidades do Combu estabelecem puderam ser expressas concomitantemente ao aprofundamento da relação pesquisador e sujeitos da pesquisa. Tomamos como referências as relações com a natureza, através das vivências historicamente construídas, reveladas na memória, na relação passado-presente.

Há um complexo de relações sociais, econômicas, culturais e simbólicas, com laços efetivos, econômicos e familiares entre os múltiplos espaços insulares e o “interland”, na qual nossa leitura, visão e análise são feitas a partir da história/ memória das comunidades residentes na ilha do Combu.

Essas relações insulares matêm-se frente a uma interdependência com o espaço continental da cidade de Belém, com trocas econômicas e simbólicas e, principalmente a partir da década de 80 do século XX, com as turísticas.

Esses espaços, considerados como o *cinturão verde da cidade*,²¹⁶ apresentam-se com ligações e relações que constroem especificidades de vidas, conformando características específicas de uma cidade insular.

No Combu, mesmo que o extrativismo do açáí apresente-se como principal atividade, há uma diversidade destas desenvolvidas na ilha que mantêm a produção e reprodução das comunidades, como a produção para subsistência e comercialização do cacau, pupunha, cupuaçu, entre outras frutas; criação de pequenos animais, como pato, galinhas, pesca de peixe e camarão.

²¹⁶ Fonte: CODEM. Projeto Orla Belém/2005.

Fotografia 13: Secagem de sementes de cacau



Fonte: Acervo Pessoal do autor. Fotografia: Josias de Souza Sales – Janeiro/2006

Neste sistema de relações interdependentes, observamos os sujeitos em suas cotidianidades, como Seu Rui, da comunidade do Combu, que trabalha principalmente com o extrativismo de açaí, que vende na feira do Porto da Palha;

Dona Angélica Pena Quaresma, também da comunidade do Combu, tem 79 anos. Cuida da casa, cria patos e galinhas, tece rasas;

Seu Manoel Renato, 75 anos, é da comunidade da beira do rio Guamá, na qual uma das filhas casou com o Zé, filho de seu Rui, trabalhou com produção familiar de cerâmica no Combu, na qual Zé também participa;

Seu João, 65 anos, seus pais eram do rio Carnapijó, nasceu no Combu, é da comunidade da beira do rio;

Seu João, da comunidade do Benedito, na qual o pai veio da ilhinha, de Itacoã, pesca e trabalha com produção de farinha em Boa Vista, Acará, vende na feira do Porto da Palha e em Boa vista do Acará;

Dona Catarina, que aprendeu com a mãe a confecção de rasas, paneiros, tipitis, abanos, peneiras e tupés, com folhas do guarumã e matapis e chapéus do Japuti. Realiza

trabalhos de tipiti para a produção de farinha de Boa Vista do Acará, onde moram suas irmãs. O marido pesca e realiza extrativismo de açaí e cacau;

Dona Maria de Belém, da comunidade do Benedito, planta verduras e hortaliças no giral, desde que sua filha foi trabalhar na casa de japoneses no Acará.

Dona Nair, moradora da comunidade da Paciência, tem 75 anos e seu Osmarino, com 74 anos, valorizam a atualidade da terra como posse, na qual ele realiza pesca com matapis, e tem genros que moram no Acará, um tem barraca na feira do porto da Palha.

Dona Colo, nasceu no Combu, e mesmo recebendo aposentadoria, cria animais e vende em Belém principalmente durante o período do círio de Nazaré. O marido, já falecido, trabalhava com extrativismo de açaí e copaíba, vendia na feira. Dona Colo tem 2 filhas que moram em Belém.

Na Cotidianidade das teias das relações sociais e a partir de uma visão aérea sobre a ilha do Combu e os espaços que a circundam, podemos perceber que estas ultrapassam as barreiras delimitadas pelas águas barrentas do Rio Guamá e os braços de rios que a circundam. A ilha está inserida em um intenso e permanente contato com as ilhas próximas e Belém continental. Barcos e canoas desempenham um papel fundamental: interligam tais espaços através do transporte, seja de carga humana ou não. Barcos e canoas, portanto, possuem uma função operacional, até o momento, primordial e fundamental para as (des) continuidades dessas relações.

Fotografia 14: O ir e vir de barcos, canoas e pessoas entre os furos e igarapés



Fonte: Acervo Pessoal do autor. Fotografia: João Marcelo B. Dergan. Setembro/2005

A saída de alguns sujeitos da ilha em direção a outros espaços é corrente e ocorre pelos mais diversos motivos. Nesse sentido, se por um lado alguns saem para vender nas feiras de Belém produtos que são extraídos da ilha, tais como açaí, pupunha etc., por outro, a ida a essas feiras podem ser motivadas para a compra de produtos necessários e utilizados no dia-a-dia, tais como açúcar, óleo, etc.

Nesse ir e vir há uma lógica peculiar oriunda da própria relação. Ao mesmo tempo em que a venda de produtos extraídos da Ilha garante a sustentabilidade na mesma, de certa forma contribuem para o abastecimento, com seus respectivos produtos, das feiras livres com as quais matem relações. A *feira* demonstra como, no cotidiano, as comunidades do Combu estão inseridas em um amplo e complexo sistema de relações econômicas e culturais. A ilha abastece Belém, tal como, concomitantemente, é abastecida por esta.

As comunidades não são isoladas, mas significam e (re)significam suas realidades através de um sistema de relações e trocas em permanente interação.

O turismo, inserido na ilha do Combu principalmente a partir da década de 80 do século XX, revela as relações estabelecidas entre as empresas de turismo, os turistas e as comunidades, com as permanências e mudanças destas possibilidades de elaboração e visão de turismo.

Para discorrer sobre o turismo na ilha, escolheu-se as comunidades localizadas na beira do Rio Guamá e do Igarapé Combu por apresentarem instalações de restaurantes e ‘receberem’ o turismo de forma mais freqüente, intensa e acentuada, que outras comunidades. Porém, mesmo optando pelas respectivas comunidades, não desconsideramos a visão das outras, bem como a relação desses aspectos turísticos com a forma de vida, a concepção de tempo e tipos de atividades.

2.1- A Natureza e a organização dos espaços e tempos:

Com o intuito de perceber a construção das relações no Combu, tivemos a preocupação de levar em consideração não somente os aspectos físicos de natureza, tão importantes para sobrevivência das comunidades da Ilha, mas os aspectos sociais, simbólicos que moldaram através da memória, construindo e reconstruindo as relações.

A natureza não é apenas as árvores, as plantas, os animais, o território, ou a físis. Ela faz parte da teia de relações construídas ao longo do tempo e que possibilita visualizarmos o mundo da forma como o enxergamos. A natureza faz parte do cotidiano.

Em nossa análise, fugimos das dicotomias como civilidade/natureza, tradição/modernidade, cultura/natureza, que, embora sem negar suas contradições, têm complementaridade para o sentido explicativo sobre o Combu, e do Combu pelas suas Comunidades, como na organização do Centro Comunitário e as relações cotidianas.

A construção, organização e funcionamento do Centro Comunitário do Combu surgiu com as novas possibilidades e relações estabelecidas na atualidade, a partir da década de 80 do século XX, principalmente pelo contato com pesquisadores, órgãos e Instituições de Ensino e Pesquisa²¹⁷.

Devido à percepção de alguns poucos moradores, da necessidade de novas articulações como alternativas de resolver alguns problemas considerados importantes, principalmente referentes à educação e saúde²¹⁸, teve início a idéia de organização do Centro Comunitário.

²¹⁷ Principalmente o MPEG, que realiza trabalhos na área há aproximadamente 17 anos, tido como referência nas atividades científicas na Ilha.

²¹⁸ TEIXEIRA, Elizabeth. *Travessias, redes e nós: complexidade do cuidar cotidiano de saúde entre ribeirinhos*. Belém: NAEA/UFPA, 1999. 296 p. (tese) informa da complexidade de conhecimentos estabelecida como o cruzamento dos conhecimentos repassados das gerações anteriores, digamos 'seus conhecimentos tradicionais', com as orientações médicas recebidas em Belém, digamos com o 'conhecimento científico' relacionando saúde, qualidade de vida e cotidiano. O trabalho foi realizado anteriormente à implantação do Posto de Saúde. RIBEIRO, K.T.S. *Qualidade Sanitária da Água em Área de Influência de Duas Bacias Hidrográficas e Saúde Humana em Belém-Pará*. NAEA/UFPA. 2002 realizou estudo sobre o inter-relacionamento de fatores socioambientais e de saúde, examinando a situação sanitária da água superficial e de consumo utilizada pela população assentada nas margens dos cursos d'água da cidade de Belém, entre elas o Combu. Para análise bacteriológica da água, utilizou dezesseis amostras de água de consumo dos domicílios do igarapé do Combu e chegou a conclusão que de acordo com a Portaria 518/2004 do Ministério da Saúde a água estava imprópria para consumo humano. O Posto de Saúde, baseado no Programa Família Saudável, vinculado a Prefeitura de Belém e ao Ministério da Saúde, foi implementado em 1999. A equipe do PFS mostra informações de que a desnutrição entre crianças de 0-5 anos, diminuiu em 60%, os problemas devido à qualidade de água e verminoses, amebas, diminuiu em 75%, nos últimos cinco anos (Rel. Posto de Saúde/2005). Em relação ao tratamento da água para consumo, fornecem as comunidades, em suas visitas cotidianas, frascos de hipoclorito. Alguns programas foram implantados no Posto de Saúde, tais como: Carência Nutricional, Diabetes, Hipertensão, Hanseníase, Tuberculose, Combate e Controle do Câncer de Colo de Útero, Planejamento Familiar, e outros. Presenciamos, no período da pesquisa de campo, as experiências, anseios, trabalho, expectativas, decepções, capacitação das agentes de saúde, que nasceram e moram na ilha, e da equipe do PFS. Diante das dificuldades apresentadas para realização dos trabalhos, como a falta de medicamentos - que chegavam após prazos de chegada -, falta de combustível para o barco 'Pedro Pomar', na qual a equipe se dirige até o posto, ainda assim realizavam seus trabalhos. Para a maior parte das comunidades do Combu, a implantação do Posto de Saúde pode ser considerado como uma conquista importante para a ilha que facilitou a vida na última década, uma vez que aproximadamente 90% das pessoas das comunidades são atendidas e freqüentam o mesmo (Rel. Posto de Saúde Combu, 2005).

Na realidade foi em 1989, quando veio os estudos do Museu [MPEG], então eles ofereceram lá na casa do seu Sebastião, o tio boca, foram conversar lá com ele, pra saber se quiriam conhecer e fizeram um curso de associativismo, cooperativismo, então, o tio boca, ele sempre falava das crianças terem que estudar, precisava de escola aqui, e então ele pensou de organizar um centro e que pudesse funcionar tipo uma escola, e assim teve a idéia de organizar, surgiu na casa dele.²¹⁹

Na tentativa de refazer lembranças sobre a importância do Centro Comunitário, percebe-se que relacionam este aos surgimentos das possibilidades dos trabalhos desenvolvidos pelo MPEG, valorizando saberes e preocupações dos moradores mais antigos, como seu Sebastião (conhecido como tio Boca, falecido) e que, na memória, serve como referência aos participantes do centro comunitário.

Foi assim, era que tio Boca e os mais antigos, que veio o Museu e então ele pediram apoio, porque ele sempre dizia que tinha e precisava de escola pro jovens e a criançada daqui, então, foi a partir disso que nós começamos, com o tio Boca, né, a tocar o centro, foi construído aqui, e agente pedia ajuda, o Museu, ajudou, teve também do Acará que doou as carteiras (...) porque agente achava tudo que era Acará, teve vereador de lá que ajudou também(...) depois já que nós pedia ajuda em Belém, fomos atrás, da prefeitura, do governo, e assim nós ficamos sabendo que era ligada a Belém a ilha como um todo, então nós tivemos e pegamos os levantamentos das leis e assim foi se lutando e conseguindo muita coisa, a escola, o posto.²²⁰

O relato de Edna, que participa do Centro Comunitário, informa da preocupação dos mais antigos, com a necessidade de construção de escola para os mais jovens, e a participação do MPEG para construção do centro.

O centro comunitário busca a implementação de políticas públicas na ilha, ocorrida a partir, principalmente, da década de 90 do século XX, onde a 'escola' do centro comunitário foi organizada em 1994. Como forma de realização de busca de direitos, perceberam as vinculações oficiais da ilha ao município de Belém.

nós sempre achamos que era Acará, porque assim, nós mais daqui da beira, ainda que sempre tivemos em Belém, mas tudo era Acará, se precisa de uma bota, era Acará, de qualquer coisa, Belém assim, o poder público, pouco tinha a ver com a gente de se preocupar, e ainda mais do Benedito, do Paciência (...) porque sempre tá vendendo e indo em Belém, mas também, tem muita relação pra lá, até hoje seu

²¹⁹ Izete Quaresma, moradora do Combu e do Centro Comunitário. Entrevista realizada em 16 de fevereiro de 2006.

²²⁰ Edna Cardoso, moradora do Combu. Entrevista realizada em 10 de fevereiro de 2006.

Jorge, seu Elias, fazem farinha na Boa Vista, e assim, mas na organização já conseguimos muita coisa, tem muito pra melhorar, mas (...).²²¹

Na fala de Selma, que também participa do Centro Comunitário do Combu, está expressa as relações que se estabeleceram no complexo de ilhas e espaços, como a produção de farinha em Boa Vista, nas quais as comunidades do Combu participam, bem como a relação de abastecimento e suprimento da cidade de Belém, por produtos e alimentos dessas regiões insulares.

Mesmo legalmente vinculada ao município de Belém, as comunidades do Combu relacionaram este vínculo em seus cotidianos apenas na atualidade, a partir da implementação do Centro Comunitário.

Dona Colo, que nasceu no Combu, e mora no igarapé Combu, nos informa que

Naquele tempo não tinha Tv, esses trabalhos ai das meninas do posto [de saúde], essas coisas fomos ter já de uns anos pra cá, uns 10 anos, nós tudo somos daqui, nascida e criada, antes era acará, mas sempre era da ilha do Combu, mas era acará, agora que já é Belém então, nós ribeirinhos.²²²

Dona Nair, moradora do Furo da Paciência, diz que

ih, isso da gente é daqui mesmo, uma ora era Acará, outra já é Belém, (...) mas por outro lado, foi das coisas lá do centro [comunitário] que fizeram, organizaram, e agora é Belém, (...). Foi até uma coisa boa, porque já que agora ninguém pode tomar da gente, vim pedir, como dera.²²³

Em suas cotidianidades, relacionam as mudanças à organização do Centro Comunitário do Combu, refletindo sobre as novas possibilidades e resignificando o pertencimento da Ilha ao poder público de Belém.

O centro comunitário do Combu passou a fazer parte da Associação das Ilhas, na qual reúne representantes das várias ilhas de Belém, e encaminha solicitações, reivindicações e projetos às esferas públicas. Esta integração ocorreu na época de realização do I WORKSHOP

²²¹ Selma, moradora do Combu. Entrevista realizada em 23 de novembro de 2005.

²²² Dona Colo, 73 anos. Entrevista realizada em 17 de janeiro de 2006.

²²³ Dona Nair Gouveia, 75 anos. Entrevista realizada em 16 de dezembro de 2005.

das Ilhas de Belém, promovido pela Prefeitura de Belém em 1997. Reuniu setenta representantes e 42 Instituições. Foram realizadas discussões sobre a importância da elaboração dos planos diretores específicos para cada ilha, bem como realização do plano de desenvolvimento das mesmas, pois apenas as ilhas de Mosqueiro e Outeiro possuíam planos diretores, mesmo assim elaborados em um único documento.²²⁴

As possibilidades de inclusão das ilhas ao município de Belém, que vinham se delineando na construção de distritos e planos diretores, assumem, em 1997, a implementação de políticas públicas na área social.²²⁵ As participantes do Centro Comunitário do Combu relacionam a implementação dessas políticas as suas organizações e mobilização das comunidades, bem como a gestão municipal à época.

Nós conquistamos já muito, né, a escola, o posto, e ainda se a nossa organização melhorar mais nós vamos conquistar, se todos participarem,(...) quando conseguimos a escola e o posto, foi que nós já participávamos da Associação das Ilhas, e era sempre uma luta nossa, e também, nós tivemos apoio da prefeitura do Edmilson né, e também tiveram várias pessoas que nos ajudaram.²²⁶

O Centro Comunitário do Combu também organiza e implementa ações que possam ser alternativa de trabalho e renda para as mulheres, sejam elas jovens ou adultas, através da organização da cooperativa, valorizando as atividades, os aprendizados e conhecimentos que foram repassados através das gerações – internalizados, adaptados ou mesmo reinventados na contemporaneidade -, bem como a tentativa de inserir novas práticas.

Com a organização da cooperativa em 2003, o Centro Comunitário teve a intenção e possibilidade de valorizar atividades realizadas pelas mulheres, como dona Catarina e dona Angélica, das comunidades do Combu, que realizam trabalhos artesanais utilizando as folhas

²²⁴ Fonte: CODEM. Relatório WORKSHOP, 1997.

²²⁵ Há uma escola no Igarapé Combu, inaugurada em 1999 como anexo da Escola Bosque. Em 2001 passou a ser anexo da escola Sílvio Nascimento, da SEMEC, localizada no bairro do Condor em Belém. Atualmente, possui 112 crianças matriculadas em turmas de pré-escolar, ciclo básico um (C1 — correspondente às 1ª e 2ª séries) e ciclo básico dois (C2 — correspondente às 3ª e 4ª séries). (RELATÓRIO ESCOLA/2005). Há um deslocamento diário de pessoas para estudarem em Belém e localidades próximas como Boa Vista.

²²⁶ Izete Quaresma, moradora do Igarapé Combu e participa do centro comunitário. Entrevista realizada em 16 de fevereiro de 2006.

de “guarumã”, com as quais tecem rasas²²⁷, paneiros, tipitis²²⁸, abanos, peneiras, tupé²²⁹ e do Japuti usados para a confecção dos matapis²³⁰ e chapéus.

Aprendi a fazer com a minha mãe, fazia muito, trabalho com isso desde a idade de 07 anos, desde criança (...) e me sinto muito feliz. Faço, vejo as coisas, cuido dos meus netos hoje... sempre fazendo isso. Eu faço outras coisas: paneiro, rasa, tapete, minha mãe fazia muito (...) faço de todo tamanho, esse aqui[referindo-se a um paneiro] eu faço pra colocar outras coisas. Esse aqui agente cõa e faz açai pra beber, vendo uns no Porto da Palha.²³¹

Fotografia 15: Rasas e matapis confeccionados por Dona Angélica



Fonte: Acervo Pessoal do autor. Fotografia João Marcelo B. Dergan – Setembro/2005

²²⁷ Recipiente utilizado para acondicionar e transportar açai, de aproximadamente 20 litros.

²²⁸ Utilizado para espremer mandioca, o qual vendem para Boa Vista e Acará.

²²⁹ Tapete para secagem de sementes de cacau.

²³⁰ Usados para pescar e coletar camarão.

²³¹ Dona Catarina Custódia da Silva, 75 anos. Entrevista realizada em 22 de janeiro de 2006.

Fotografia 16: Dona Catarina tecendo paneiro



Fonte: Acervo Pessoal do autor. Fotografia: Josias de Souza Sales –Novembro/2005

Fotografia 17: Detalhe de dona Catarina tecendo um paneiro



Fonte: Acervo Pessoal do autor. Fotografia: Josias de Souza Sales –Novembro/2005

Estas atividades, consideradas como femininas, são ensinadas na Cooperativa e realizadas pelas jovens, as quais tentam inserir a produção no mercado de Belém através de parcerias com as lojas de artesanato, como a loja Maracá.²³²

Fotografia 18: O Trabalho na Cooperativa: Associadas reunidas em dia de trabalho



Fonte: Acervo Pessoal do autor. Fotografia: João Marcelo B. Dergan – Dezembro/2006

Outro tipo de atividade que está sendo realizado pela cooperativa é a confecção de colares, pulseiras e bijuterias artesanais, utilizando sementes de espécies vegetais presentes na própria ilha tais como sementes de açaí, ucuúba e curujá.

Há a tentativa de implementação de parceria com outra Cooperativa e a EMBRAPA, para treinamento e capacitação para o preparo das sementes a serem utilizadas.

As atividades são realizadas na própria cooperativa no igarapé Combu, tendo como participantes as jovens das comunidades do Combu, do furo de São Benedito, do Furo da Paciência, do igarapé Piriquitaquara. Todas as atividades são realizadas de forma conjunta, tal como a coleta das sementes e a preparação destas para serem utilizadas na confecção. As jovens também realizam o processo de furação das sementes, necessário para o processo final de confecções.

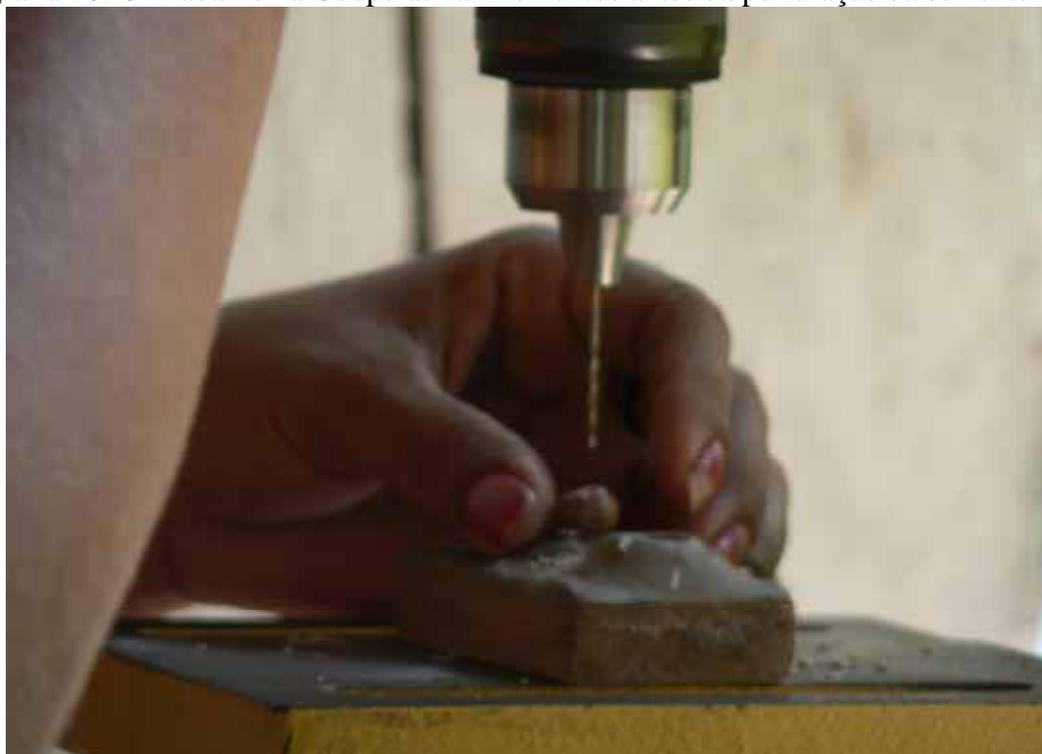
²³² Situada no Complexo Feliz Luzitânia em Belém-Pará.

Fotografia 19: O trabalho na Cooperativa: Máquinas que perfuram as sementes de açaí



Fonte: Acervo pessoal do autor. Fotografia: João Marcelo B. Dergan – Janeiro/2006

Fotografia 20: O Trabalho na Cooperativa: momentos antes da perfuração da semente de açaí



Fonte: Acervo Pessoal do autor. Fotografia: João Marcelo B. Dergan – Janeiro/2006

As máquinas de perfuração das sementes foram adquiridas em 2005, através de uma parceria entre a Faculdade de Belém – FABEL – e o Centro comunitário do Combu²³³.

Segundo o projeto, também “(...) *Seria de grande importância capacitar a comunidade através de cursos de ornamentação, utilização de palmeiras de miriti. Na área do artesanato o número de pessoas é bem pouco*”.²³⁴

Apesar das contribuições, o projeto apresenta informações generalizadas sobre as atividades realizadas na ilha do Combu. Ainda segundo o projeto: “*a comunidade usa o cacau para venda de suas sementes na capital, não havendo qualquer aproveitamento da polpa da mesma*”.²³⁵ No cotidiano, as comunidades utilizam as polpas para seu próprio consumo, através do preparo de sucos, vinhos e geléias.

O projeto também sugeriu ações: “(...) *se faz necessário antecipar a colheita da fruta em estágio mais verde para utilização de despoldadeiras para a comercialização da polpa da fruta no mercado da capital, ou o aproveitamento do suco da fruta para transformar em geléia*”.²³⁶ Acrescentamos que as ações devem ser pensadas pelas comunidades, no fazer-se de suas práticas cotidianas e não de forma homogênea e fora das relações sociais, simbólicas, e vivências estabelecidas e em ação na ilha do Combu.

As ações implementadas pelo Centro Comunitário, através da Cooperativa, estão relacionadas as principais atividades consideradas e identificadas como de condição feminina, e que tentam a valorização e inserção no mercado, como fonte alternativa de renda.

“*Meu irmão nunca deixava eu ir, é coisa de homem, pra homem fazer né, (...) teu pai tava falando que não era mais pra tu ir mesmo, tava com pena, mas ele ficou doente, e aí precisa*”.²³⁷

A citação acima é um trecho de uma conversa entre duas associadas da cooperativa relatando que devido a algumas necessidades, neste caso a doença do pai, estavam realizando o extrativismo do açaí, considerado atividade masculina. Há uma espécie de ‘defesa’ e inserção do papel ‘correto’ das mulheres para a realização de atividades. Uma defesa de suas ‘tradições’, frente à iniciativa do associativismo e cooperativismo específico da modernidade.

²³³ Através da realização do Projeto de Extensão ‘Responsabilidade Social Ilha do Cumbu - Desenvolvimento para Todos’, coordenados por docentes do curso de administração da FABEL, que reativou a organização da cooperativa e doou os equipamentos para a mesma.

²³⁴ Fonte: FABEL. Projeto de extensão “Responsabilidade Social Ilha do Cumbu: Desenvolvimento para Todos”. Os resultados do citado projeto foram apresentados no auditório da FABEL no dia dezessete de novembro de 2005, no qual tivemos a oportunidade de participarmos, onde estavam presentes as comunidades do Combu, representantes da referida instituição, coordenadores do projeto, os discentes participantes do projeto e outras autoridades.

²³⁵ *Idem*, p.06.

²³⁶ *Idem*, p.07.

²³⁷ Izete Quaresma, moradora do Combu. Entrevista realizada em 25 de novembro de 2005.

A participação no Centro Comunitário é quase que exclusivamente feminina, pois como nos informou Izete, “*os homens vão pro mato, cuidam dessa atividades (...) são poucos que participam, e eles dizem, meu marido mesmo diz, ‘o que vocês resolver e fazer tá bom’*”.²³⁸

Há uma espécie de padronização de trabalhos realizados e considerados masculinos, como a pesca e o extrativismo, e trabalhos considerados femininos, como os trabalhos artesanais, os cuidados com os filhos, a casa, a cozinha, embora devamos observar que estas não são fechadas e homogêneas, mas que inseridas nas práticas cotidianas, nas relações sociais, materiais e simbólicas, podem ser percebidas as heterogeneidades.

Assim, há também mulheres que realizam a coleta de açaí, mulheres que são chefes de família, e consideramos aqui o trabalho comunitário como uma forma de atividade surgida na atualidade e realizada pelas mulheres.

Antes vendiam um ouço daquele caroço de ucuíba, andiroba... Agora não se compra, não se vende mais, mas eu uso ainda(...) Tem muito debaixo das árvores, né, até estraga (...) Agora faz delas as coisas do artesanato, dos colares, daí da cooperativa.²³⁹

As possibilidades das atividades sugeridas nos informam de um tipo de valorização da natureza, que expressam na atualidade a domesticação de espécies vegetais, para a confecção de enfeites, bijuterias, ao mesmo tempo em que se valoriza o ‘regional’, considerado natural domesticado pela obra de arte como o belo, o que nem sempre foi percebido e realizado anteriormente no Combu.

Estas percepções são inseridas nas e pelas comunidades. A utilização de sementes regionais significam não apenas o deslocar do ‘belo’ para o regional, mas também como fonte alternativa de trabalho e renda.

Para a perspectiva presente no corpo do trabalho, é na interação dos seres humanos entre si e com a natureza que se constrói a realidade social, econômica, política e cultural em um dado momento histórico. O próprio processo de hominização é o resultado direto das relações dos seres humanos com a natureza. É nesta inter-relação que construímos a nossa realidade, modificando-nos e também o meio ambiente.

Teorias antropológicas discutem a relação natureza/cultura, na formação do homo-

²³⁸ *Idem.*

²³⁹ Dona Quinita, 73 anos, moradora do Combu. Entrevista realizada em 16 de dezembro de 2005.

sapiens, que são importantes para entendermos que cultura e natureza estão inter-relacionados e intra-relacionados.

Geertz (1978) nos informa que desde a formação do Homo-sapiens, a cultura em superposição com a natureza teve papel fundamental para o desenvolvimento de habilidades que influenciaram naquela formação, na qual a cultura, longe de ser acrescentada ao Homem após toda sua formação biológica e natural, foi considerada essencial na produção da espécie Homem, pois *“isso significa dizer que a cultura, em vez de ser acrescentada, por assim dizer a um animal acabado ou virtualmente acabado, foi um ingrediente, e um ingrediente essencial, na produção desse mesmo animal”*.²⁴⁰

Assim, a Humanidade, por natureza, produz cultura. Mesmo que não se reduza a cultura, esta é indispensável na sua produção.

A produção cultural não se faz fora da natureza, mas principal, fundamenta e necessariamente na relação seres humanos x natureza.

Segundo Gonçalves (1989), *“toda sociedade, toda cultura cria, inventa, institui uma determinada idéia do que seja natureza. Nesse sentido, o conceito de natureza não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelos homens”*.²⁴¹

Como o conceito de natureza tem significados diferentes nas diversas sociedades e nos momentos históricos, toda sociedade cria um determinado conceito de natureza, ao mesmo tempo em que cria e institui suas relações sociais. No interior destas relações está embutida uma idéia de natureza.

Na sociedade moderna a natureza se define por aquilo que se opõe a cultura. A cultura é vista como algo superior que serve para controlar e dominar a natureza, sendo esta um objeto a ser dominado pelo sujeito-humanidade.

O antropocentrismo é um dos aspectos da filosofia cartesiana que marca a modernidade, na qual, um de seus principais pressupostos, é a oposição Humanidade x Natureza.

Nas relações sociais que construímos e que vivenciamos, está embutida uma idéia de natureza, baseada no pressuposto de separação e dominação humanidade x natureza (cultura x meio-ambiente), na qual toda a tessitura das relações sociais aparecem como sendo obra da natureza.

²⁴⁰ GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p.59.

²⁴¹ GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (Des) Caminhos do Meio Ambiente*. São Paulo: Contexto, 1989. p. 22. Nesta obra, escreve um capítulo - Os (Des) Caminhos do Conceito de Natureza na qual explica as diferentes maneiras e/ou concepções que a natureza adquire nos vários momentos históricos e sociedades, que indicamos para quem pretende aprofundar o tema.

Na sociedade ocidental, veremos que subjacente às relações sociais instituídas em meio a tensões, conflitos e lutas, elabora-se um conceito determinado de natureza que fundamentalmente dela desloca o homem. E aí se torna fácil perceber por que o imaginário ocidental costumeiramente associa à natureza os segmentos ou classes sociais oprimidas e exploradas, naturalizando essas condições: 1- As mulheres, por natureza, são frágeis e emotivas e, assim, devem ser mantidas em lugares protegidos, como o lar.²⁴²

A naturalização das relações sociais escamoteia o caráter de relações instituídas e construídas na sociedade.

São íntimas as relações que se estabelecem entre a concepção de que o homem deve dominar a natureza e a idéia de que o homem deve dominar outros homens (mulheres, crianças, homossexuais, negros, índios, operários, etc.)- na medida em que estes últimos são socialmente vistos como seres da natureza.²⁴³

Esse trabalho, portanto, desvelou e compreendeu as relações sociais construídas no Combu, como a organização da comunidade, através da memória-conhecimento, sob o aspecto da relação com a natureza, desnaturalizando a idéia de ‘seres isolados’, homogêneos e unicamente harmônicos, mas os reconhece como sujeitos com problemas e sonhos.

No Centro Comunitário, as lideranças e participantes expressaram a preocupação em ‘buscar’ e ‘lutar’ por parcerias e projetos que possam estar relacionados ao tratamento de água para consumo e a implementação de energia elétrica na ilha, considerados como as maiores necessidades das comunidades do Combu.

Era preciso ter. Era não, é né?, e o problema é como vai fazer, não sei (...) se tivesse como fazer assim pelo subsolo, por debaixo, mas é importante mas o problema é que se fosse só tipo um caminho, mas parece que pra manutenção tem que ser tipo uma estrada mais larga, então também é mais difícil, porque como? vai ter que derrubar a mata? Não dá né! Não sei, mas deve ter uma solução, não tem esse projeto luz no campo, que tá acontecendo.²⁴⁴

²⁴² *Idem, Ibidem*, p.125. O autor cita vários segmentos marginalizados da sociedade vinculados à natureza pelo imaginário social na qual, mesmo sem termos citado todos, consideramos importante consultá-los.

²⁴³ *Idem, Ibidem*, p.125.

²⁴⁴ Izete Quaresma, moradora do Combu. Entrevista realizada em 11 de novembro de 2005.

Expressam a necessidade da implementação de instalação que levem energia elétrica para a ilha. Consideram, portanto, a modernidade como necessária, mas refletem sobre as conseqüências e preocupam-se com os impactos decorrentes do processo.

Nos periódicos abaixo, os leitores podem ter a idéia da forma de desenvolvimento adotada, na atualidade, pelo poder público, para os espaços considerados rurais, neste caso, a ilha do Combu, onde a entrada de energia elétrica é considerada necessária, gerando desenvolvimento, qualidade de vida, enfim, inserindo esses espaços na modernidade.

Energia para o desenvolvimento: a eletrificação de Cotijuba veio como a realização de um sonho, além de melhorar a qualidade de vida da população, proporcionando mais conforto, também contribue para o desenvolvimento das atividades econômicas da comunidade local, do turismo à pesca.²⁴⁵

Luz no Campo: Desde 2000 a Celpa vem realizando o programa luz no campo, (...) que tem como principal objetivo levar energia elétrica a comunidades rurais, fomentando o desenvolvimento econômico e social dessas localidades.²⁴⁶

Na contemporaneidade é sinônimo de desenvolvimento das regiões rurais - no caso de Belém, as regiões das ilhas²⁴⁷ - a inserção da energia elétrica nas mesmas, e que ainda constituindo como sonho, desejo e vontade das comunidades do Combu, sendo um dos pontos de reivindicações do Centro comunitário, os sujeitos manifestam preocupações quanto à forma de implementação.

Dona Angélica fala com tristeza ao se referir a regiões como Santa Maria e Santa Quitéria, onde “*o trator saiu derrubando tudo, cupuaçu...*” mas em seguida a fisionomia muda, visto que a derrubada era necessária para a chegada da luz elétrica, que mudou a paisagem, “*hoje eu quero que tu veja, ta tudo lindo*”. (...) *Agora ta bom pra nós. Só falta a luz*”.²⁴⁸

Para as possibilidades de inserção da energia elétrica na ilha do Combu, as participantes do Centro Comunitário solicitaram estudos da Rede Celpa na localidade. No dia

²⁴⁵ Fonte: Periódico jornal Diário do Pará. Edição (?)/(?) de 2005.

²⁴⁶ Fonte: Periódico jornal O Liberal. Edição (?)/(?) de 2005.

²⁴⁷ O Plano Diretor do Município de Belém, Lei nº7.603 de 13 de janeiro de 1993 classifica as ilhas de Belém como pertencentes à zona rural. Queremos acrescentar que as dualidades categóricas, neste caso rural x urbano, não explicam o movimento complexo da realidade.

²⁴⁸ Dona Angélica Quaresma, 79 anos. Entrevista realizada em 10 de outubro de 2005.

18 de fevereiro de 2006, uma equipe de técnicos da Rede Celpa²⁴⁹, estiveram nas ilhas do Combu e Murutucu, onde realizaram um levantamento e mapeamento para possível inserção de energia na ilha do Combu.

O Centro Comunitário, embora tenha a participação de poucos sujeitos, influencia na natureza dos espaços e dos tempos nas comunidades do Combu, e foi considerando essencial para as conquistas atuais de construção de escola e posto de saúde e das novas atividades surgidas e implantadas na atualidade para as comunidades do Combu, como as atividades extrativistas e turísticas com apoio dos órgãos oficiais do governo.

2.2- A Natureza e as atividades de subsistência:

Como uma das principais atividades desenvolvidas na Ilha do Combu, o extrativismo é realizado associado a outras atividades, como a pesca, que mantém a produção e reprodução das comunidades e as relações estabelecidas com a natureza dos espaços e tempos. Estas relações são baseadas em aspectos sociais, econômicos e simbólicos mutuamente intrínsecos, que consolidam e modificam tais relações.

Mesmo não se identificando como pescadores, quando indagados sobre suas ocupações,²⁵⁰ pudemos *in loco*, ‘ir nos cascos’, atravessar os furos e perceber a importância da pesca no cotidiano de algumas pessoas das comunidades do Combu, como Seu Agostinho, que realiza a pesca para subsistência e para complementar a alimentação da família.

Não há um horário fixo, diário, para realização das atividades de pesca de seu Agostinho, pois, dependem da vazante da maré. A pesca é realizada através da utilização de linha e anzol ou da rede de pesca.

Quando a maré está cheia, seu Agostinho se dirige para a boca do igarapé Tapera, para ‘tapar’ a mesma e esperar ‘o tempo da natureza’ para o fim da vazante. Posteriormente utiliza talas de jupati e a rede para recolher os peixes trazidos pela maré.

²⁴⁹ Dois técnicos e um engenheiro elétrico.

²⁵⁰ Ver gráfico das identificações nos formulários sobre as principais ocupações nas comunidades do Combu, por área, nos anexos.

Fotografia 21: Pesca na maré lançante



Fonte: Acervo Pessoal do autor. Fotografia: João Marcelo B. Dergan – Outubro/2005

Fotografia 22: A pesca com rede: Preparando a rede de pesca para ser lançada



Fonte: Acervo Pessoal do autor. Fotografia: João Marcelo B. Dergan – Outubro/2005

Seu Agostinho informou que realiza esta atividade desde criança, além da coleta de açaí e de cacau.

*“têm que gaupuiar e tapar nessa hora da qual a maré tá alta, e esperar a hora da maré, que quando da maré secando e que diz também vazante, né que diz(...) se consegue algum, tipo trainha, tama”.*²⁵¹

Relatou sobre o conhecimento cosmológico que obteve na relação estabelecida com o rio e com o espaço onde vive, na qual a técnica e a atividade da pesca está relacionada a maré e ao horário do vai e vem das águas. Para a realização eficaz da pesca, ou uma boa pescaria, são necessárias as técnicas que são aprendidas e apreendidas a partir dos ‘tempos da natureza’.

Gaupiar e tapar são operações fundamentais na realização desta atividade, os quais consistem em cercar a entrada do igarapé com tecido de talas de japuti. Após a secagem natural destes pequenos igarapés, durante a vazante da maré, recolhe-se os peixes que ficam presos.

Também nos informou que realiza a ‘pesca’ de matapi, colocando os mesmos nas proximidades da beira dos igarapés, no momento da vazante, ou da ‘maré seca’, aguardando que a maré encha e novamente seque.

Fotografia 23: Matapis no trapiche a espera pela maré para serem posicionados sob as águas



Fonte: Acervo Pessoal do autor. Fotografia: João Marcelo B. Dergan – Fevereiro/2006

²⁵¹ Seu Agostinho, 64 anos, morador do Combu. Entrevista realizada em 23 de janeiro de 2006.

No ir e vir das águas os camarões acabam ficando presos no espaço interno dos matapis, pois no movimento das águas, entram e, devido ao formato dos matapis, não conseguem sair.

Seu Marinaldo, que mora no Igarapé Piriquitaquara, também nos informou da ‘pesca’ de matapi, que realiza desde novo, cuja técnica aprendeu com seu pai. Nos relatou da diferença entre a ‘pesca’ de matapi, a de anzol e a de rede: *“é porque desse daí, que é pro camarão, né, deixa sempre, os matapi só tem cuidado de pegar depois da seca-cheia e seca de novo da água. Na água pequena pode pegar lá(...) Mas da pesca de peixe só mesmo na maré cheia pra secar e deve ver que não é todo dia não”*.²⁵²

Observamos que essas atividades estão relacionadas à natureza dos espaços e tempos, na qual as comunidades constroem seus conhecimentos e técnicas, na efetiva relação com a natureza, na qual a dinâmica desse tipo de atividade é marcada pela dinâmica das águas, dos rios e igarapés que são elementos constitutivos de suas culturas.

Castro (1998) nos informou, em estudos sobre comunidades amazônicas que,

(...) O rio e o ciclo de águas é incorporado como dimensão fundamental na vida de ribeirinhos da Amazônia (...)As águas cedem ou enchem e o calendário agro-extrativo desse grupo realiza um novo movimento, alterando o calendário agrícola; sazonalidade que nos permite identificar saberes sobre a natureza e seus tempos. A concepção do tempo social e do tempo individual encontra-se regulada pelo tempo da natureza. As jornadas seguem sinalizações a partir do reconhecimento de mudanças de sinais naturais: tempo de caçar, de pescar, de coletar (castanha, madeira, etc.) e de fazer roça (...).²⁵³

Entre as atividades de extrativismo de açaí, coleta de cacau, há a pesca de peixes e de camarões, na qual mesmo que haja um período de safra em que alguns tipos de atividades são priorizadas, percebemos que essas atividades se mesclam no cotidiano.

Navegando pelas águas que formam a paisagem da ilha, observa-se a presença de matapis na entrada e em toda a extensão dos furos e igarapés.

Segundo os sujeitos da ilha, na atualidade a variedade de espécies diminuiu, bem como a quantidade de peixes e camarões:

²⁵² Seu Marinaldo, 53 anos. Entrevista realizada em 18 de janeiro de 2006.

²⁵³ CASTRO, Edna. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. *Papers do NAEA*. Belém: UFPA/NAEA, nº97, 1998, p.07.

de primeiro era melhor, tinha muito peixe, (...) mas é o barulho mais do motor que afasta né, tem muito barco que passa e também mais turista, mais população, daí que consome mais também né(...) camarão dava era muito, sobrava, podia levar pra vender que não dava de comer todo, mas desses tempo 10 matapis pega um prato de camarão (...) mas dá também né.²⁵⁴

Atravessando os furos nos cascos com os sujeitos, estas atividades que podiam parecer imperceptíveis, uma vez que não se definem como pescadores, têm importância para reprodução das comunidades do Combu, pois estão presentes nas práticas, nas vivências e nas manifestações do cotidiano, e foram levadas em consideração.

Mas há também novas demandas e possibilidades surgidas nos últimos anos do século XX, que se colocam no cotidiano e nas relações sociais instituídas, modificando-as e alterando-as, como a construção do restaurante pertencente a Seu João Passos, conhecido como Seu Parao, que mesmo continuando com as atividades relacionadas ao extrativismo do açaí, nos informa sobre sua relação com a pesca: *“Ah! Sempre ia aí, pro [Furo de São] Benedito, aqui, na boca, pescava, passei minha adolescência assim, pescava sempre, (...) agora nem dá mais tempo, nem tenho tempo assim, (...) temos que organizar e cuidar aqui também, do restaurante”*.²⁵⁵

Há uma outra forma na relação da natureza dos espaços e tempos, no qual o tempo cosmológico, baseado principalmente pelos ritmos da natureza, ou o funcionamento de uma economia moral, passa também contraditoriamente e complementarmente, a ser orientado pela lógica da economia de mercado, baseada no ritmo do turismo, pelo tempo cronológico.

“Construímos, eu e meu filho, foi em 1995, porque era bom, dava pra organizar, as pessoas gostam, agente divulga bem o nosso Combu, cuida e tem o nosso [dinheiro] O nosso dinheiro, pra viver”.²⁵⁶

Diegues (1983) e Cunha (2000) utilizam as categorias de tempo natural e tempo do relógio e nos informam que:

Embora inseridos na teia temporal capitalista, não é, pois, nessa medida que os pescadores encerram seu tempo. Se a sociedade que os envolve tende a subsumi-los ao jugo do tempo do relógio como forma predominante, viu-se que no ciclo da pesca o tempo natural ainda flui.²⁵⁷

²⁵⁴ Seu Marinaldo, 53 anos. Entrevista realizada em 18 de janeiro de 2006.

²⁵⁵ Seu Parao, morador do Combu. Entrevista realizada em 17 de janeiro de 2006.

²⁵⁶ *Idem.*

²⁵⁷ CUNHA, L. Tempo natural e tempo mercantil na pesca artesanal. In: Diegues, (org). *A Imagem das Águas*. São Paulo: Hucitec/NUPAUB-USP, 2000, p.105.

Os ritmos temporais implicam entender a forma como os homens relacionam-se entre si, e especificamente com a natureza. Numa relação de inerência recíproca, o tempo identitário só ‘é tempo’ porque o tempo imaginário lhe confere essa significação, em que o fazer social atribui qualidades ao tempo, resignificando-o.

Leach (1974) distingue as noções de tempo cíclico e tempo linear, que motivam de forma diferentemente, por exemplo, os Kaiapó (Posey, 1982), Os Nuer (Evans-Pritchard, 1978), as populações dos lençóis maranhenses (D’Antona, 2000) e os Ajuruteuas (Maneschy, 1995).

Atenua-se o caráter cíclico do tempo, conforme novas práticas que se atêm menos aos ritmos da natureza que se constituem entre as comunidades locais, ocasionando a ‘linearização’ e aceleração do tempo.

Nossa perspectiva de explicitar a análise compreendeu a homogeneidade e heterogeneidade dessas culturas, pois está implícito no conceito de uma cultura ser ela capaz de ser reproduzida e ser um modo de reprodução.

(...) Nesta reprodução está o fato de jamais ser uma forma em que as pessoas estão vivendo, em um certo momento isolado, mas sim uma seleção e organização, de passado e presente, necessariamente provendo seus próprios tipos de continuidade. (...) ou perdem a significação.²⁵⁸

Assim como aprenderam com seus pais, avós, seus antepassados a forma de pesca, de ‘pesca de matapis’ e a coleta de cacau, por exemplo, não estão isolados neste aprendizado, mas significam e resignificam, com o contexto e relações do presente, no qual imbricam com, por exemplo, a venda de alguns de seus produtos a empresas de alimentação que estão no mercado em Belém, e vendem também nas feiras livres de Belém, como o Ver-o-Peso e o Porto da Palha.

Há um valor relacional imediato entre os aprendizados do passado, como tipo de pesca, ‘pesca de matapi’, que mesmo sendo para subsistência, relacionam com o tipo de extrativismo e adaptam as relações que estabelecem com as vendas de seus produtos extrativistas.

²⁵⁸ WILLIAMS, R. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p.182.

Mesmo que a pesca seja para a subsistência, mesclam essas atividades com o extrativismo, que consideram “*importante pra viver, pra ter o nosso sustento, e comprar o que precisa também né*”.²⁵⁹

As reproduções de suas culturas possuem níveis diversos de significados, e esses níveis no extrativismo do açaí, da pupunha, nas atividades cotidianas, que nos moveu e interessou para a compreensão e sentido explicativo do Combu.

Seu João, morador da beira do rio Guamá, nos informou que alguns espaços da ilha devem ser, digamos, ‘ocupados’ e ‘usados’, observados os horários. É a influência das simbologias na utilização dos espaços da ilha.

Temos já os lugar, vamo assim como é né, já conhecemo as trilha certa, mas até nós sem os cuidado que deve ter, se pode ser levado, enganado, perdido, então né (...) Olha já aconteceu, do meu sobrinho, que foi assim já na tarde quase de noitinha, então que se perdeu, ouvia os assovio no mato, porque então passou do Tapera, já quase do meio do mato pro Benedito, e então que se perdeu, ficou a noite inteirinha, já só pro outro dia que foi achado, da beira do outro lado do furo do Benedito, e tava bem, só teve uma febre (...) é, foi levado, disse, dizem que o curupira então né.²⁶⁰

Seu Rui também nos informou que

olha até lá o menino, aluno do professor Mário, já vem estudar aqui sempre né, ta aqui, mas teve esse dia que foi só, e já era tarde não voltava, nos tudo ficamo preocupado, então que ele disque andou, andou, aí nesse mato, e não conseguiu achar, se perdeu, ouvia assovio, e foi parar lá no Bendito, já era noite e meu filho trouxe ele(...) porque nesse dia já foi pro mato de tardinha então.²⁶¹

Percebe-se que trocam-se influências materiais, simbólicas, na natureza dos espaços e tempos, definindo espaços a serem utilizados para o extrativismo, horário em que devem realizar suas atividades, onde problemas podem acontecer quando realizam as atividades em outros horários e contextos, explicadas através da confluência do local, das águas e das simbologias. Os espaços não são considerados apenas em seus aspectos físicos e

²⁵⁹ Seu João, 65 anos, morador do Combu. Entrevista realizada em 17 de fevereiro de 2006.

²⁶⁰ *Idem*.

²⁶¹ Seu Rui Quaresma, 67 anos. Entrevista realizada em 13 de janeiro de 2006.

materiais, mas também em aspectos simbólicos e fundamentalmente inseridos em suas cotidianidades e relações.

Seu Plácido, morador do fundo do igarapé Combu, nos informou que apanhava açaí e cacau e devido a idade, ainda que raramente ‘pega só para o consumo’ Os filhos coletam para a subsistência e também para a comercialização no Porto da Palha, que realizam o extrativismo no horário da manhã. A noite consomem o vinho do açaí, mas não é indicado a retirada dos frutos nesse horário,

(...) porque não é bom não, o mato chora, os bicho pega (...) hoje eu pego só pra beber né, meus filho já pega, vende também, os cacuar também, e já o açaí mais no verão, açaí do inverno dá até bem, mas dá menos (...) Pega de manhã, tarde e noitinha agente toma (...) mas uma vez eu fui, não sei o que foi, se curupira, se os mato mesmo, mas eu fui já tarde, era pra vender, mais (...) fiquei oito dias doente, com muita febre, com dor no corpo(...).²⁶²

A adaptação das espécies aos horários em que realizam o extrativismo é realizada também em função de suas simbologias, inseridas nas experiências que vivenciaram no cotidiano. Então, os terrenos e os tempos/horários de exploração das espécies vegetais, como o açaí, são condicionados pelos aspectos materiais e também simbólicos, imbricados uns nos outros.

Nossa pesquisa pode ser percebida nas possibilidades da nova história com aspectos que detalham no projeto de história cultural, visto que:

A definição de história cultural pode, nesse contexto, encontrar-se alterada. Por um lado, é preciso pensá-la como a análise do trabalho de representações, isto é, das classificações e das exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceptuais próprias de um tempo ou de um espaço. As estruturas do mundo social não são um dado objetivo, tal como não o são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras (...) Por um lado, esta história deve ser entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido.²⁶³

Desta forma, compreendemos que “(...) *ninguém pode sustentar hoje que existem critérios capazes de fundamentar classificações naturais, em regiões ‘naturais’, separadas*

²⁶² Seu Plácido Magno Rosa, 83 anos. Entrevista realizada em 09 de fevereiro de 2006.

²⁶³ CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990, p.27.

por fronteiras naturais (...),²⁶⁴ pois representações, construções, experiências consideradas como práticas estão imbricadas, na qual concebemos representação, relações sociais, simbólicas, extrativistas e econômicas, numa forma de natureza dos espaços, da vida, do cotidiano das comunidades do Combu.

Consideramos, então, o simbólico como sendo algo que mantém um intenso movimento como o próprio real, não de descolando do material que representa, mas possuindo possibilidades de alterá-lo, não “*sendo possível entender o real sem considerar as próprias representações que o constituem, em resumo, real e representação indissociáveis*”.²⁶⁵

Em 1989, foi implantada no Combu uma estação científica do MPEG “*para estudos, experiências e implementação de novas práticas na comunidade do Combu*”²⁶⁶ que realizou estudos sobre o tipo de extrativismo de açaí e implantou uma nova possibilidade de “*plantio que visasse coleta de uma espécie de pupunha, distribuídas, por área, presentes nas populações vegetais centrais do Estado do Amazonas*”.²⁶⁷

As primeiras espécies de pupunha foram ocasionadas em 1995 “*de boa qualidade e adaptadas ao clima e várzea da área estudada*”.²⁶⁸

Após dez anos, pudemos verificar as concepções, visões e utilização da pupunha no cotidiano, das comunidades do Combu, na efetividade de suas práticas, definidas pelas relações sociais gerais existentes.

“*Agora nesse tempo já tem essa pupunha aí, olha tão lá apanhando, meus netos (...) mas essa aí ainda não é da boa (...) a boa mesmo vai chegar agora, que vai dá, essa é boa, mas é mais seca, a daqui que é boa*”.²⁶⁹

“*Tem essa aí, o pato tem aí, (...) mas ainda não é da boa assim, essa é seca, e da pra vender umas, mas da boa mesmo, a daqui, ainda não tá no tempo (...) daqui uns meses*”.²⁷⁰

Fotografia 24: Mudanças de pupunha introduzidas pelo MPEG

²⁶⁴ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*; Tradução Fernando Tomaz, 5ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p.114.

²⁶⁵ *Idem, Ibidem*, p.129.

²⁶⁶ Fonte: MPEG. Relatório do MPEG – 1990.

²⁶⁷ *Idem*.

²⁶⁸ Fonte: MPEG. Relatório de Pesquisa do MPEG – 1996.

²⁶⁹ Dona Angélica Quaresma, moradora do Combu. Entrevista realizada em 10 de outubro de 2005.

²⁷⁰ Seu Rui Quaresma, morador do Combu. Entrevista realizada em 13 de janeiro de 2006.



Fonte: Acervo Pessoal do autor. Fotografia: João Marcelo B. Dergan – Novembro/2005

Fotografia 25: Frutos de pupunha para consumo e comercialização



Fonte: Acervo Pessoal do autor. Fotografia: Josias de Souza Sales – Novembro/2005

As novas possibilidades surgidas com o desenvolvimento científico são significadas e resignificadas na cotidianidade pelas comunidades do Combu.

Cronon (1990) informa que a natureza é uma categoria fundamental para análise histórica, demonstrando a relevância do passado para o presente, na qual os ambientes são mediados pela cultura, na qual estão inseridos, construídos sobre as idéias da natureza, que são “*projeções das idéias dos homens*”,²⁷¹ pois é fundamental na história ambiental “*longe de querer escapar da história para a natureza, é a de trazer a natureza para a história humana*”.²⁷²

Compreende-se a natureza dentro das vidas, relações e memórias das comunidades do Combu, que se revelou instigante no sentido de perceber a lógica dessas relações como construídas historicamente, a exemplo da forma de cultivo da pupunha e dos usos dos espaços, como quintal, trapiche, que serão discutidos no próximo capítulo, que são articulados ao complexo de relações.

Embora considerem importantes os Projetos científicos realizados na área, como o da inserção, cultivo e manejo de uma nova espécie de pupunha, pelo MPEG, as comunidades reelaboram essas possibilidades no cotidiano, adaptando-as a seus conhecimentos, a suas formas de relação com a natureza anteriormente estabelecida. Ao mesmo tempo, contraditoriamente e reciprocamente, que utilizam a nova espécie, realizam seu cultivo, fazem o manejo, coletam os frutos das pupunhas, classificam estes como melhores para a comercialização e, ainda assim, consideram de qualidade inferior à espécie de pupunha anteriormente e que continua sendo cultivada, considerada como ‘daqui’.

Há uma tradição seletiva, onde elementos do passado são deliberadamente reintroduzidos e revividos às novas possibilidades da atualidade. Metaforizando Williams (1989), tivemos a preocupação e o cuidado para, na tradição cultural, não negar ou deixar escapar os elementos essenciais de produção na inovação no momento em que ‘acontece’ a inovação em processo, “*as culturas devem ser encaradas como se fazendo ativamente: ativa e continuamente (...) Parte desse fazer-se é reprodução, reprodução e inovação, tradição na reprodução em ação*”.²⁷³

Seguindo as pegadas dos sujeitos, pudemos verificar e conversar sobre as possibilidades do extrativismo de açaí e as novas demandas surgidas na atualidade.

²⁷¹ CRONON, William. *The uses of environment history*. 1990, p.16.

²⁷² *Idem, Ibidem*, p.18.

²⁷³ WILLIAMS, R. *O Campo e a Cidade na história e na literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p.198.

Fotografia 26: Os cuidados para o extrativismo de açaí



Fonte: Acervo Pessoal do autor. Fotografia: João Marcelo B. Dergan – Outubro/2005

Estudos realizados sobre o Combú informam que a forma de manejo tradicional do açaí realizada é viável economicamente e equilibrada do ponto de vista ecológico.²⁷⁴

Nos últimos anos, vêm se imbricando novas demandas para estas atividades, principalmente o extrativismo do açaí, em função dos novos interesses de mercado, ocorrendo, portanto, um reordenamento na relação dos moradores com a ‘natureza do espaço e tempo’, tanto de forma econômica, quanto simbólica e política, uma vez que não dissociamos as representações, o simbólico, do real, do econômico ou do material.

A partir, principalmente, da década de 80 do século do XX, surgem novas demandas para a população do Combu, e no início deste século surge a busca de novas formas de acondicionamento e exploração de açaí, por empresas especializadas em alimentação, fomentando algumas possibilidades de mudança.

²⁷⁴ JARDIM, M. A. G. Aspectos da produção extrativista do açaizeiro (*Euterpe oleracea* Mart.) no estuário amazônico. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Série Botânica*, v. 12, n. 1, 1997, p. 137-144; JARDIM, M. A. G. Usos de palmeiras em uma comunidade ribeirinha do estuário amazônico. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Série Botânica*, v. 14, n. 1, 1995, p. 69-77; entre outros

No ano de 2004, uma empresa da área de alimentos, tenta regularizar a propriedade,²⁷⁵ com a finalidade de exploração de açaí para produção de alimentos e energéticos. Através de contato do Centro Comunitário com órgãos governamentais, a empresa de alimentos se vê impossibilitada de regularizar o território e a partir de então, tenta realizar ‘parcerias’ com as comunidades, para compra-venda do açaí extraído da ilha.

As transformações que ocorrem na ilha na atualidade são como uma espécie de ‘confronto simbiótico’ de duas economias: talvez a economia de mercado e a economia de subsistência ou ‘economia moral’.²⁷⁶

Estão presentes em suas vivências, falas e memória, formas de perceber a relação tradição/modernidade, que estão em curso, na qual mostram-se imbricadas umas nas outras; a natureza do espaço que passa a combinar elementos ‘residuais’, com o mercado ‘dominante’, surgindo uma ‘emergente’.

Após uma experiência, na qual fomos acompanhando os extrativistas em suas rotas, como eles dizem, ‘no mato’, conversamos sobre as possibilidades, as mudanças, e o que pensam dos cuidados e da extração do açaí.

Desta maneira, Seu Rui, por exemplo, relatou que

Nós achamos bom, agente ganha nosso dinheiro, do nosso trabalho, do nosso viver (...) tem regras deles, que também muitos não fazem, eu faço, eles dão os plásticos, os baldes também, é diferente para colocar o açaí né, eles acham melhor assim (...) Mas nós ainda temos todo o cuidado, a gente faz o roçado, aquela limpeza (...), seleciona o que pega, deixa o muito novinho (...) é a nossa vida, tem que cuidar bem.²⁷⁷

A empresa de alimentação, segundo um dos seus gerentes, informa que realiza parcerias com várias comunidades, fornecendo os recipientes de plástico e lonas para que a coleta dos frutos seja mais cuidadosa e higiênica.

No Combu compram a preço de mercado, aproximadamente, 50 recipientes, pois

²⁷⁵ Fonte: INCRA. Proc. 0102/04/INCRA. No momento da pesquisa o processo não foi localizado, embora registrado no protocolo de informações do Órgão.

²⁷⁶ THOMPSON *A Formação da Classe operária inglesa*, 3 vols. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Categoria utilizada pelo autor ao tratar das imbricações das transformações na economia tradicional inglesa com a mecanização dos mercados e dos costumes.

²⁷⁷ Seu Rui Quaresma, 67 anos. Entrevista realizada em 18 de janeiro de 2006.

estes não queriam fazer do nosso jeito, tem muitas resistências, mas até achamos que ia ser pior, por isso queríamos comprar o terreno, contratar gente, qualificar, para trabalhar conosco (...), não foi possível, e área protegida, (...), nós concordamos e estamos realizando nosso trabalho com a parceria de algumas pessoas da comunidade, ainda poucas, mas penso que desta forma a empresa cresce e a comunidade também.²⁷⁸

Em termos gerais, as mudanças que se processam nos modos de viver estão imbricadas sob duas reações da comunidade: de um lado apresentam-se a estes os novos valores e realidades de mercado, uma vez que há relações mediadas pela lógica do mercado, porém, de outro, há a reconstrução de práticas que já estavam presentes nas suas vidas, peculiares, digamos, a uma economia moral.

Há, então, uma espécie de antagonismo antiteticamente complementar, em que mesmo a economia de mercado estando presente, a economia moral ainda continua residualmente entrelaçada a ela. Os sujeitos procuram responder aos desafios e necessidades do presente, inspirados em seus valores e formas tradicionais.

As ‘novas formas’ de coleta do açaí, com cestos de plásticos, baseadas nas regras das empresas de alimentos, adotadas por alguns moradores do Combu, combinam com as formas já utilizadas, do desbaste seletivo das espécies, com as suas crenças, simbologias e valores, onde a palmeira do açaí é fonte econômica e também simbólica.

Analisamos que suas falas, registradas nas suas memórias, manipulam formas de se relacionar com os recursos naturais, com a natureza, a natureza do espaço, peculiar a suas histórias, interagindo aspectos econômicos aos simbólicos, algumas vezes adaptando, outras rejeitando, os novos interesses que surgem e tentam remodelar a sociedade.

Estas novas tecnologias parecem alterar os ritmos da relação com a natureza, mas não excluem ou anulam as anteriormente construídas. É uma relação antagônica e, ao mesmo tempo, recíproca.

Agora, de uns tempos pra cá, agente vai para as áreas distantes, com todo cuidado também, porque tudo é vida, nós pedimos benção p’ra usar (...) eu tenho todo cuidado no mato, dia de santo e então, só acendendo vela, aí vou seguro,(...) eu peço pra todos(...) a gente não vê, tem gente que vê né (...) mas agente pede, agradece, e também faz nossa parte, cuidando.²⁷⁹

²⁷⁸ Gerente da empresa. Entrevista realizada em 08 de janeiro de 2005.

²⁷⁹ Bora, morador do Combu. Entrevista realizada em 24 de novembro de 2005.

(...) Mais pra lá, passando já o Tapera, é difícil ir, nós não vamos não, já temos nossa trilha certa, as caminhadas seguras, porque pra não se perder então, (...) sei que o Jesus, já tentou uma vez, se perdeu, foi varar lá pro outro lado do Benedito, já era noite, quase do outro dia, todo molhado, (...) andou ouvindo e foi-se, disseram que era curupira, (...) mas não vou, deixa a mata livre cuidar (...).²⁸⁰

Os sujeitos defendem seus espaços, reconstróem a natureza do espaço, adaptando e se relacionando com a sociedade como um todo.

Há uma espécie de áreas consideradas intocadas, como parte do Benedito. A experiência com os recursos, a natureza, os espaços, em suas relações dinâmicas, faz ter um sentido e uma rota já conhecida ‘no mato’, que mescla com as simbologias, influenciando a natureza dos espaços/tempos, mesclando transformações com resistências e incorporando elementos ‘do passado’ às transformações recentes e à realidade contemporânea.

Há uma significação e resignificação do espaço da natureza, mobilizando atitudes, explicações com peculiaridades culturais, legitimando suas ações políticas, e, como nos lembra Arruda, “*a delimitação física, propriamente dita, não é um elemento importante (...) o que conta realmente são os desejos projetados sobre a natureza*”,²⁸¹ imbricados no contexto, podem assumir a luta para a manutenção da vida em todos os aspectos, naturais, econômicos e simbólicos.

Desta maneira, a partir do final do século XX e início do XXI, estabeleceram-se tradições significativas, a partir das quais novos elementos são incorporados, e então apreendidos direta ou indiretamente, pois “*as inovações significativas podem não ser só compatíveis com a ordem social e cultural tradicional; podem, exatamente no processo de modificá-la, constituir as condições necessárias de sua reprodução*”.²⁸²

A obra de Williams (1992), mesmo tendo objeto de estudo a cultura específica das artes, literatura e formas artísticas, bem como as transformações no século XVIII, pode auxiliar no entendimento e compreensão do movimento nas relações sociais tradicionais do Combu, na busca deste sentido explicativo.

O autor nos sugeriu um quadro de referenciais teóricos no qual pudemos analisar esses casos e significados nas comunidades do Combu.

²⁸⁰ Seu Sebastião, morador do Combu. Entrevista realizada em 24 de fevereiro de 2006.

²⁸¹ ARRUDA, Gilmar. Monumentos, Semióforos e Natureza nas Fronteiras. In: ARRUDA, Gilmar. (Org.) *Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas*. Londrina: EDUEL, 2005, p.37.

²⁸² WILLIAMS, 1992. *Op. Cit.*, p 198-199.

Na maior parte das sociedades complexas, podemos fazer diferenciações sociológicas fundamentais, definindo não só um conjunto de relações e interesses sociais existente estável, mas também alguns desses conjuntos como dinâmicos. Assim, embora tenhamos necessidade de definir algumas relações mais ou menos estáveis (...) temos também que ver muitas dessas relações em suas formas dinâmicas (...), temos, pois, que distinguir entre o residual, o dominante e o emergente.²⁸³

A concepção das categorias ‘economia moral’ e de ‘elementos residuais’ presentes nas leituras de Thompson (1987 e 2001) e Williams (1976 e 1989) são intrinsecamente partes da construção conhecimento e da pesquisa.

Thompson (1987) utiliza a expressão ‘economia moral’, ao estudar os motins de subsistência dos pobres na Inglaterra do século XVIII, tratando das imbricações das transformações na economia tradicional inglesa com a mecanização dos mercados e dos costumes. O autor, sem desconsiderar a importância da reprodução nas relações econômicas, tece as considerações destas imbricadas nas relações cotidianas dos ‘comuns’. Ciente do delicado tecido das normas sociais e das reciprocidades que regulam a vida cotidiana no século XVIII, o autor rejeita o reducionismo econômico que transforma “*esta criatura social infinitamente complexa em uma outra que ‘golpeia espasmodicamente suas mãos no estomago e responde a estímulos econômicos elementares’*”.²⁸⁴

Como nos lembra e frisa Williams (1989),

o caráter progressista do capitalismo, e dentro dele, da urbanização e da modernização social, criticou a celebração irrefletida do domínio-poder, eficiência, produção, o domínio do homem sobre a natureza, como se a exploração dos recursos naturais pudesse ser separada da concomitante exploração dos Homens.²⁸⁵

Ressalta que as culturas não são unicamente determinadas e realizadas de forma subordinada à economia, uma vez que também estão inseridas em um conjunto de práticas e expectativas, nas lutas hegemônicas, ocorrendo que

um elemento residual cultural fica, habitualmente, a certa distância da cultura dominante efetiva, mas certa parte dela, certa versão dele, em especial se o resíduo

²⁸³ *Idem, Ibidem*, p 201.

²⁸⁴ THOMPSON, 1987, *Op. Cit.*, p.65.

²⁸⁵ WILLIAMS, 1989, *Op. Cit.*, p. 58.

vem de alguma área importante do passado, terá na maioria dos casos, sido incorporada(...).²⁸⁶

Tanto o residual, quanto o emergente são, muitas vezes, acessíveis como práticas, na qual o dominante pôde absorvê-las, tentou e tenta absorvê-las.

Desta forma, com as analogias e similaridades entre as formas de análise, de abordagem teórica, sugeridas por Williams (1992) e Thompson (2001), foi possível perceber a homogeneidade e a heterogeneidade nas relações sociais no Combu.

*“Temos, por outro lado, que estabelecer a discussão à importante área da história cultural na qual, dentro de uma ordem social ainda geralmente reproduzida, e muitas vezes dentro de uma persistência daquilo que ela acha típico, há inovações (...)”.*²⁸⁷

Thompson (2001) chama a atenção para um modo de descobrir aquilo que ele definiu e considerou como ‘normas surdas’, que muitas vezes é analisado, percebido e descoberto através de situações, contextos e acontecimentos considerados como atípicos para aquela realidade. Nessas situações atípicas, pôde-se observar a tradição em movimento nas relações sociais existentes.

Portanto, sem negar as contradições, mas ao contrário, levando a compreensão das contradições da cultura nas relações sociais e na cotidianidade do Combu, e sem querer restringir as leituras de Thompson ao ponto específico em que *“a classe operaria formou-se a si mesma tanto quanto foi formada”*,²⁸⁸ porém, ressaltamos, em relação ao Combu, as reproduções e mudanças internas significativas.

Nos processos de mudança em curso, alguns moradores mais antigos, informaram os motivos que foram se realizando a espécie de cuidado adotado, considerado sustentável pelos estudos, de botânica, realizados pelo MPEG.

Nós sempre fizemos assim, eu , meu pai, meu avô, me lembro (...) tinha que fazer roçado todo, a limpeza, porque era para dar e pelo o tamanho né, senão crescia até mais um metro, eu acho, e ninguém conseguia pegar, ralear então. (...). Então, com o roçado, esse raleamento, a limpeza, dava mais e não crescia assim. Podia pegar né.²⁸⁹

²⁸⁶ *Idem, Ibidem*, p.125.

²⁸⁷ WILLIAMS, 1992. *Op. Cit.*, p 196.

²⁸⁸ THOMPSON, 1987, *Op. Cit.*, p. 102.

²⁸⁹ Seu Celestino, 73 anos, morador do Combu. Entrevista realizada em 15 de fevereiro de 2006.

Destas memórias, lembranças, podemos perceber que o conhecimento repassado de geração em geração, expresso no aprendizado de Seu Celestino, vem da relação estabelecida com a natureza e da observação empírica das características da espécie do açazeiro, adaptado às necessidades e comodidades do dia-a-dia que seus antepassados também viveram e aprimoraram para poder retirar os frutos.

Com o intuito de adequar a espécie de açai às comodidades, ao crescimento, para garantir a sobrevivência da família e para que não acabasse, mantiveram uma relação simbiótica com a natureza, elaborando um tipo de cuidado com as palmeiras do açai que estava expresso nas suas próprias sobrevivências.

Os estudos realizados, principalmente por botânicos do MPEG, nos sugerem uma espécie de sustentabilidade em relação à natureza.

O Manejo de palmeiras de açai em florestas de várzea do estuário amazônico é uma prática que requer pouco equipamento e conhecimento técnico, baseando-se apenas em abrir espaço para a entrada de luz e crescimento da planta (...). As sementes de açai podem ser espalhadas pelo solo da mata, a fim de aumentar a densidade de palmeiras no local (...). No tipo de atividade e manejo realizado na ilha do Combu, os três tipos grandes são desbastado a cada três anos, portanto, elevada sustentabilidade do ponto de vista ecológica da espécie²⁹⁰.

É assim que o açazeiro floresce durante todos os meses do ano com elevada produção de flores nos meses de fevereiro a julho e com principal período de frutificação de agosto a dezembro” (p. 141). Para os moradores ribeirinhos do Combu, a época de baixa produção de frutos está associada aos picos de floração da espécie (...) A prática do desbaste seletivo de três a quatro estipes por touceira aumenta a produção de frutos, associada ao raleamento seletivo de espécies arbóreas de pouco valor econômico. Desta forma esta base experimental mostra que esta forma de manejo resulta em um aumento significativo na produção de fruto. Pode-se considerar que as atividades extrativistas em relação aos açazais nativos nestas áreas são viáveis economicamente e racional do ponto de vista ecológico.²⁹¹

Estes estudos, realizados no final dos anos 80 e início dos 90 do século XX, informam do interesse e prioridades que pesquisadores das Instituições passaram a ter com a espécie do açai, tanto na forma de coleta, extração, área de abrangência e abundância da espécie, quanto na composição do fruto.

²⁹⁰ JARDIM, 1997, *Op. Cit.*, p. 87.

²⁹¹ Fonte: MPEG. Relatório do MPEG/Botânica – 1996, p.141-143.

Apontamos que os estudos revelam o interesse acadêmico e profissional dos pesquisadores envolvidos, a valorização das comunidades consideradas ‘tradicionais’ como as do Combu, bem como a necessidade e importância que passa a surgir do conhecimento científico em aprofundar e sistematizar informações sobre a espécie do açaí, ocorridas principalmente no final do XX.

Os estudos realizados informam do pertencimento do Combu ao município de Acará, que está presente nas falas das comunidades, revelando um aspecto abordado a seguir sobre as possibilidades do turismo, da valorização das áreas insulares da cidade, como forma de inclusão e pertencimento a cidade de Belém, que como vimos no capítulo anterior, trata-se de uma construção histórica, que apresenta aspectos no final do XX e neste início de século, delatando ‘às costas para o rio e a revalorização das janelas para o rio’ na cidade.

Os estudos e observações das pesquisas também nos sugerem uma natureza dos espaços e dos tempos presentes nas comunidades do Combu, marcada e inscrita nos costumes e nas práticas, na realização do extrativismo do açaí e no fazer-se dessas comunidades.

Essas práticas não são estáticas, paralisadas, homogêneas e estão em ação nas teias de relações sociais, nas experiências e possibilidades construídas e em construção na atualidade.

Em estudo sobre as práticas econômicas, sociais e simbólicas, principalmente com o extrativismo do açaí e palmito nas localidades de Breves, Portel, Afuá, Curralinho, Ponta de Pedras, Abaetetuba, Barcarena, Cametá, Ananindeua e imediações de Belém, Mourão (2004) chama a atenção para o valor simbólico, alimentar e comercial presentes na utilização e exploração dessa espécie pelas populações,

entretanto, quando a intensidade e quantidade do abate das palmeiras passam a se orientar apenas pela lógica do mercado consumidor e esta está em expansão, a atividade extrativa deixa de ser conformada por fatores ecológicos e passa a orientar-se, exclusivamente, pela determinação econômica.²⁹²

Neste período ocorreu em várias áreas do estuário amazônico e no estado do Pará, principalmente na década de 70 do XX, a entrada da exploração das espécies de açazeiro para produção e comercialização de palmito.²⁹³

²⁹² MOURÃO, 2004, *Op. Cit.*, p. 191.

²⁹³ Para conhecimento detalhado das construções, uso, comercialização, nos aspectos econômicos, sociais, simbólicos e botânicos, da exploração e declínio do palmito nas áreas do estuário amazônico e proximidades de

Mourão (1999) em estudo histórico do processo socioeconômico, cultural e ecológico, a partir da coleta, comercialização e consumo dos frutos e da extração de palmito nos açazais (concentração da palmeira *Euterpe*) da Amazônia, informou da permanência ancestral desses usos pelas populações 'tradicionais', chamando a atenção e evidenciando as complexas estruturas socioeconômicas e culturais, assim como as diferentes práticas ecológicas, operacionalizadas pelos diversos grupos sociais envolvidos nesses processos. Destacou que a extração de palmito nos açazais do estuário amazônico, nas três últimas décadas do século XX,

provocou tensões e conflitos entre os setores sociais que se utilizam dessa flora, em especial quando os dois principais usos (coleta de frutos e extração de palmito) se tornam incompatíveis, alterando os ecossistemas dos açazais, colocando em risco a sua reprodutividade e a dos grupos sociais envolvidos nessas atividades.²⁹⁴

Na década de 1980, uma fábrica de palmito é instalada na ilha do Combu: a Palmazon. Percebemos que as diversas possibilidades de adaptação são, muitas vezes, a resposta ao projeto impactante às transformações sociais induzidas, e que assumem significação para a memória, no sentido de que lembram do tipo de atividade realizada. Alguns que participaram e trabalharam para a fábrica, refazem nas teias da manipulação e aprendizado da memória, uma forma de lembrança questionadora e crítica das possibilidades e vivências que tiveram naquele período da instalação da Palmazon.

Situar e entender a extração de palmitos na ilha, para as comunidades em suas experiências e memória, tornou-se necessário para compreender as mudanças que ocorreram no contexto da implantação de fábrica de palmito, bem como as significações e ressignificações que ocorreram após a saída desta, visto que, presente na memória de alguns moradores, essas experiências do passado recente são refeitas, reelaboradas.

A fábrica representa um fato considerado importante como referência de experiências de vida na qual a ilha proporcionou tais vivências, onde as palmeiras de açai foram, sem exageros, essenciais, fundamentais e decisivas para essas construções, na medida em que é delas que se extrai o palmito e foi a presença dessas palmeiras que atraiu a fábrica para ilha, devido aos retornos econômicos que a extração do palmito poderia proporcionar.

Belém, nas últimas décadas do XX, sugerimos consultar RELATÓRIO AMAZON, 1996 e MOURÃO, Leila. Do açai ao palmito: uma história ecológica das permanências, tensões e rupturas no estuário amazônico. Belém: UFPA/ NAEA, 1999. 355 f. Tese.

²⁹⁴ MOURÃO, Leila. 1999, *Op. Cit.*, p. 122.

A extração, feita de maneira predatória, foi o principal fator que levou a empresa a decretar falência, segundo a visão de alguns moradores, ainda que tenham trabalhado para a mesma. Segundo estes, o tipo de extração do palmito era feito de maneira que se derrubavam as palmeiras sem que o ‘roçado’-desbaste-plantio fosse feito para substituir estas últimas e sem selecionar as mais velhas e deixando as mais novas. Assim, levando em consideração que uma palmeira leva ‘em torno de três anos’ para iniciar o período de frutificação da espécie, em um curto espaço de tempo não se podiam mais explorar palmito no terreno onde a “PALMAZON” estava instalada.

A história oral possibilitou o exercício da memória, no sentido de trazer para o presente, o passado, com suas resignificações através das vivências e experiências das pessoas comuns, refletindo valores e cotidianos, não apenas individuais, mas também coletivos.

Eu trabalhei p’ra eles, eu e mais treze, no corte pra fazer palmito, mas eles que davam as ordens, não conheciam nada (...) sabe que se derruba todo o teu açazeiro (...) pra dá de novo, só daqui a três, quatro anos (...) então queriam usar tudo, e então não deu conta né, era uma tristeza de vê isso aqui, desse lado aí nesse terreno(...) agora ta saindo da safra, vai entrar o tempo pra roçar, e isso não se fazia neles, não tinha isso.²⁹⁵

Não, no meu aqui não (...) porque não vale a pena derrubar todo o nosso açazal, acabar com tudo, é uma tristeza, e pra sempre viver castigado então (...) eu preferia vender de pouco, todo dia, na feira, tenho uns comprador certo.²⁹⁶

Ricouer (1995) enfatiza o uso da história oral como essencial para a construção e reconstrução de identidade, na qual a memória das pessoas é fundamental para seu próprio reconhecimento, para lembrar o passado, com significações no presente. Ressalta que deve ser realizada com rigor metodológico e compromisso social, uma vez que o ato de lembrar envolve escolhas e valores. Esclarece ainda que a memória e o tempo são bases da história, pois “*la memoria del pasado siempre es recogida desde un presente y es precisamente este juego de temporalidades el que también caracteriza el potencial del historia oral*”²⁹⁷.

Os sujeitos trabalharam para a fábrica de exploração de palmito instalada no Combu, realizaram um tipo de extrativismo diferenciado em relação ao realizado em seus

²⁹⁵ Seu Rui Quaresma, 67 anos, morador do Combu. Entrevista realizada em 18 de janeiro de 2006.

²⁹⁶ Seu Parao, morador do Combu. Entrevista realizada em 17 de janeiro de 2006.

²⁹⁷ RICOUER, Paul. *Tiempo e Narracion*. Barcelona, 1995.

espaços, estando, portanto, inseridos no processo de contradição presentes naquele momento. Hoje, refazem e resignificam este período em suas memórias, na qual a relação do passado-presente foram atualizadas na memória-conhecimento, uma vez que tiraram importantes aprendizados de tal experiência, assumindo a postura do cuidado e reafirmando as suas práticas nestas atividades.

A questão da propriedade foi fundamental para o estabelecimento de suas práticas, uma vez que pareceu exposto que não tinham a responsabilidade sobre os espaços na qual não eram donos efetivos.

Após esta experiência, na qual refizeram na resignificação presente na memória conhecimento, assumiram uma nova possibilidade, reafirmando valores anteriores, na qual também atestaram os novos estudos

existem duas maneiras de utilização dos açazais para a retirada do palmito. Quando o produtor se interessa tanto pelo fruto do açaí quanto pelo palmito, para o consumo próprio ou comercialização, ele só tira parte das estipes da touceira para obter o palmito, mantendo, assim, a população das palmeiras para poder produzir o fruto. Esse sistema de manejo é adotado pelos ribeirinhos do Combu, que moram nas localidades próximas a Belém ou mercados locais, onde podem comercializar o excedente de seu autoconsumo.²⁹⁸

Na década de 90 do século XX, após a falência e saída da fábrica Palmazon da ilha do Combu, continuaram realizando a atividade do extrativismo como realizavam anteriormente, com novos reordenamentos e possibilidades vistos anteriormente, embora não tenham deixado de realizá-la em seus terrenos e nos terrenos de suas moradias, naqueles períodos e então os estudos puderam constatar que

as atividades extrativistas, realizadas pelos ribeirinhos do Combu podem ser vistas como um exemplo de caráter não predatório da palmeira, onde as variações na extração dos produtos estão associadas, principalmente, à sazonalidade fenológica da espécie, o que incentiva a procurar outros produtos de subsistência (no caso o palmito e sementes de cacau) para manter a renda econômica em determinados meses do ano. Estudos feitos por Jardim e Anderson mostram que o manejo tradicional feito pelas famílias ribeirinhas do Combu aumenta a produtividade e consegue manter as 'populações da palmeira'. Desses estudos tiraram-se várias recomendações para um manejo sustentado dos açazais, que poderiam ser aplicados nas demais zonas do estuário.²⁹⁹

²⁹⁸JARDIM, M. A. G. *Usos de palmeiras em uma comunidade ribeirinha do estuário amazônico*. BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI - SERIE BOTANICA, v. 14, n. 1, p. 69-77, 1995, p.125.

²⁹⁹IMAZON, 1996, *Op. Cit.*, p.124.

Devemos acrescentar que o ideal presente nas recomendações e nas formulações propostas no estudo, estão sujeitas as teias das relações sociais e do contexto, social, material e simbólico, presentes na construção histórica e na cotidianidade, que para o Combu a propriedade dos terrenos assumiu caráter essencial na manutenção e contradição de suas práticas.

2.3- A natureza e o turismo:

Entre as práticas surgidas a partir da década de 80 do século XX, as atividades turísticas no Combu forjam, criam e recriam as naturezas dos espaços e tempos. As intervenções externas de novas demandas e apropriação de espaços, como a construção de restaurantes, as trilhas ecológicas e a inserção da ilha do Combu no turismo receptivo, influenciam e forjam novas formas de relações e reflexos também dessas novas relações com a natureza, natureza dos espaços e tempos.

*“Os arredores de Belém são excelentes opções de lazer, além de boa fonte de conhecimento sobre a região. No roteiro turístico podem estar as Ilhas do Combu, Cotijuba, Acará, entre outras”*³⁰⁰.

*“A ilha de Cotijuba fica localizada a cerca de uma hora do Centro de Belém. Empresas especializadas fazem passeio a Ilha”*³⁰¹.

Os leitores das revistas citadas podem ter idéia da valorização do espaço das Ilhas e interiores do Estado do Pará, ocorrida a partir da década de 1980, como alternativa de lazer, diversão, turismo e encanto, noções que foram construídas no longo processo da modernidade em que ocorre a domesticação da natureza, ainda que assumindo características e especificidades na atualidade.

É parte intrínseca e epistemológica da pesquisa, as diferenças de tempos e da dialética de tempos para compreender no Combu, a lógica da visão dos turistas e das agências de turismo, que muitas vezes difere da lógica das comunidades do Combu que não se adequaram a este modelo e tentaram uma nova possibilidade.

³⁰⁰ Fonte: Periódico *Revista Pará Onde*, Edição 3, Ano 1, Junho, 2000.

³⁰¹ Fonte: Periódico *Revista Amazônia - Roteiro Turístico*, Edição nº13, Janeiro/ Março, 1999.

Essas lógicas, construídas no processo da modernidade, assumem especificidades, na atualidade, para as empresas de turismo, para os turistas e também para as comunidades do Combu, pelo fato de serem elaboradas e reelaboradas nas relações sociais e cotidianas.

A ilha do Combu, considerada como área rural e Área de Proteção Ambiental, passa a ser ‘locus’ de atração de passeios e turismo.

Segundo um relatório do Hotel Novotel³⁰², em março de 1997, um novo tipo de turismo foi implantado na área onde está localizada a ilha do Combu, no sentido de oferecer um serviço diferenciado aos turistas que procuram alternativas de passeios. Segundo este relatório:

Atualmente a ilha já conviveu com turistas, mas na linha do turismo convencional. Os chamados “river-tour” (passeio de barco), oferecido aos hóspedes do Novotel, sempre aos finais de semana, tem se uma média de trinta visitantes que se deslocam para este passeio”.³⁰³

Apesar do relatório não deixar claro se a quantidade de turistas citada corresponde ao fim de semana ou por passeio, fica clara a inserção das ilhas próximas ao centro urbano de Belém nos roteiros turísticos da cidade.

No final dos anos de 1990, intensificou o turismo na ilha quando foi construído, com arquitetura regional e rústica, um restaurante na orla da ilha do Combu, como parte do hotel, surgiram também restaurantes das comunidades do Combu, um na entrada do Igarapé Combu, um na beira do rio Guamá e outro no Igarapé Combu.

Há a entrada dos pacotes de turismo, que são oferecidos por empresas cujas localizações encontram-se no centro de Belém. Pela proximidade e por ser considerado um local de atrativos que favorecem possibilidades de entretenimento, tais como ambiente natural com fauna e flora, além de rios e restaurantes, a ilha tem atraído visitantes que não precisam necessariamente comprar pacotes via empresas receptoras.

³⁰² O Hotel Novotel é o atual “Beira Rio Hotel”, localizado na Av. Bernardo Sayão, na margem direita do Rio Guamá, isto é, na parte continental de Belém, de frente para a ilha do Combu.

³⁰³ Fonte: Relatório Mensal do Hotel Novotel, março de 1997.

Fotografia 27: Restaurante pertencente ao Beira Rio Hotel (Atualmente desativado)



Fonte: Acervo Pessoal do autor. Fotografia: João Marcelo B. Dergan – Abril/2006

Diversos barcos particulares e de empresas voltadas ao turismo fazem passeios, geralmente durante o dia, não pernoitando nesses locais, para mostrar o *modo de vida* das populações *ribeirinhas* que vivem nos arredores de Belém, na ilha do Combu, em algumas ilhas que, junta com outras, formam o *colar de ilhas* que circundam a capital paraense.³⁰⁴

Contemporaneamente, cerca de cinco empresas de turismo oferecem serviços de passeios e incursões às ilhas de Belém, incluindo a ilha do Combu, são elas: Amazon Star Turismo, Amazon Incomtng Service, Neytur, Hotel Beira Rio/Amazônia Turismo e Gaia Terra.³⁰⁵

Não há uma frequência de tais empresas para a realização de passeios à ilha do Combu, como demonstra o citado relatório, isso depende da demanda de procuras de passeios e de uma espécie de agendamento programado para realização dos mesmos.

³⁰⁴ Ao redor de Belém há cerca de 39 ilhas que pertencem oficialmente ao município. A disposição espacial destas, formam uma espécie de barreira verde, onde há uma segregação territorial entre as ilhas e a Belém continental, separação esta feita, respectivamente, pelo Rio Guamá e pela Baía do Guajará.

³⁰⁵ Fonte: PARATUR. Relatório PARATUR, 2005.

No processo de pesquisa, tentamos entrar em contato com as empresas citadas acima, durante o mês de julho e agosto de 2005, mas não obtivemos êxito com todas. Ainda assim tivemos a possibilidade de entrevistar, mesmo que rapidamente, alguns guias de turismo dessas empresas, que solicitaram para não serem identificados.

Fotografia 28: Barco de turismo entrando em um dos furos que cortam a Ilha



Fonte: Acervo Pessoal do autor. Fotografia: João Marcelo B. Dergan – Janeiro/2006

Há diferentes concepções sobre o fazer turismo na ilha do Combu, uma vez que a ilheidade, conforme Diegues (1997), é repleta de imagens simbólicas. Há as representações para as empresas de turismo, os turistas e as comunidades do Combu que significam e resignificam suas vivências e experiências na cotidianidade. Ainda assim, deve-se observar que estas fazem parte de um processo de construção histórica, imbricada pela modernidade, que naturaliza relações sociais e domestica a natureza sob diversas formas, olhares, viéses, parecendo muitas vezes contraditória ou similar.

*“A ilha do Combu chama a atenção dos turistas, eles tem oportunidade de observar o modo de vida ribeirinha”.*³⁰⁶

Nós fizemos, mas infelizmente teve problemas com os moradores que estendem as redes de pesca no meio do furo, onde os barcos passam Para nós, quanto menos relação comercial melhor, esse tipo de turismo deve ser ecológico Com os atrativos naturais como vegetação regional, a vida ribeirinha, as casas de palafitas, o rio, tá bom.³⁰⁷

³⁰⁶ Guia 1. Entrevista realizada em 19 de julho de 2005.

³⁰⁷ Guia 2. Entrevista realizada em 19 de julho de 2005.

Acho que a ilha do Combu deve ser mantida nessa naturalidade, é assim que os turistas gostam e os ilhéus locais não apresentam nenhum produto artesanal que possa ser oferecido aos turistas. O único morador que temos contato é o seu Zé Mesmo assim, acho que o melhor é deixar como está.³⁰⁸

Segundo os guias, a biodiversidade, os rios, a vegetação, são considerados os principais atrativos para o turista que pode procurar as agências, na qual há a concepção de que o ecológico deve excluir as relações sociais e econômicas, na qual a concepção da natureza exclui as relações e o homem, e considera as comunidades do Combu, principalmente, estáticas, homogêneas e desinteressantes perto da imensidão da natureza.

*“Acho que aquela ilha deve ser preservada como está, ficar como uma ilha da fantasia, não devemos nem pensar em construir cabanas, pousadas, hotéis, nenhuma forma de alojamento, apenas restaurante”.*³⁰⁹

A imagem da ilha fantasia é considerada como fundamental para atrair clientes e turistas aos passeios oferecidos pelas agências. Diegues (1997) nos informa dos muitos momentos em que as ilhas são representadas, ora como imagem do paraíso, do sonho, do refúgio, ora como imagem da degeneração, da decadência e do inferno. Observa a construção histórica dessas representações, na longa duração, através de bibliografias, literatura e imagens. Imagens estas que são reafirmadas pelos guias que realizam turismo na ilha do Combu.

A ilha do Combu tem para nós guias e agentes de turismo um interesse especial pelo fator interativo da população e a floresta, o que nos permite mostrar ao turista as possibilidades de populações viverem em harmonia com a natureza, e o potencial da Amazônia em biodiversidade (...) e é tão próxima, mas tão distante da vida urbana.³¹⁰

A concepção de turismo implementado no Combu pelas agências, através dos relatos dos guias, reforça o caráter e a concepção da separação urbano/rural, natureza/cultura, na qual a cidade passa a ser cenário de vivências de conflitos, e o rural, neste caso a ilha do Combu, da perfeita vida em harmonia com a natureza. Escamoteia-se, assim, o caráter híbrido que se apresenta nas cotidianidades, principalmente a Amazônica.

³⁰⁸ Guia 3. Entrevista realizada em 07 de agosto de 2005.

³⁰⁹ Guia 2. Entrevista realizada em 19 de julho de 2005.

³¹⁰ Guia 1. Entrevista realizada em 19 de julho de 2005.

A construção dessa lógica tem relações com a construção social, econômica e simbólica que vivenciamos, que nos impõem que aceitemos e que recusemos, no longo processo da modernidade. O *aceito* pelos guias, parece ser bem definido como:

(...) Tudo o que é fora do comum tem aí várias faces, em que predominam o exótico, o maravilhoso, o misterioso e o sagrado, que para serem conquistados exigem uma travessia (Tacussel, 1992). Como afirma Racault (1995), não é necessário que a ilha seja longínqua, nem mesmo de acesso difícil: o importante é que uma fronteira visível marque seus limites, menos como um obstáculo material que como sinal de uma alteridade.³¹¹

Há uma continuidade e descontinuidade, através da longa duração, na construção histórica da modernidade e nas concepções de natureza e de desenvolvimento em relação às ilhas de Belém, pois, se nos séculos XVIII e XIX, por exemplo, eram pelas lógicas do progresso econômico em função da cidade e da capital ou da metrópole, agora passa a ser também pela lógica do turismo, guardada as devidas diferenças históricas.

Para as empresas, na memória da paisagem-palco do turismo, a visão que se tem das comunidades é homogênea e retilínea em relação ao tempo, e, concomitantemente, uniforme, isto é, visualmente, são *os ribeirinhos* em seu estado *natural*, onde suas formas de vida e sobrevivência não foram modificadas ao longo do tempo.

Apenas passeios pela orla da ilha, almoço e/ou visitas com duração de alguns minutos, não são suficientes para conhecer o cotidiano das comunidades, reconhecendo que não é isto objeto específico de interesse das agências, e conseqüentemente dos turistas. É preciso ir mais além e adentrar nos labirintos cotidianos que só são possíveis de percorrer em constantes caminhadas, visitando sempre e até mesmo passando certa temporada nas ilhas e isso as empresas de turismo (ainda) não oferecem e quando passarem a oferecer, muito do viver das comunidades do Combu já estará modificado, tal como percebemos, vimos e vivemos ao longo da pesquisa, o que nos induz a afirmar que estas comunidades, tal como qualquer outra, tem sua própria dinâmica cotidiana que, com suas peculiaridades, está em constante movimento na modernidade.

Percebemos que os turistas que realizam visitas à ilha do Combu, principalmente os que residem na área continental de Belém, buscam a aproximação com a natureza, com os rios, com a orla, como forma de se relacionar com a harmonia que esta pode proporcionar,

³¹¹ DIEGUES, A C. *Ilhas e sociedades insulares*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1997, p.13.

como lazer e relaxamento, devido aos problemas de ‘estress’ e preocupações que a cidade e o modo de vida urbano causa.

Fotografia 29: Turista apreciando a paisagem - fauna e flora - da ilha do Combu



Fonte: Acervo Pessoal do autor. Fotografia: João Marcelo B. Dergan – Fevereiro/2006

A busca de espaços contemplativos na cidade, através da visualização de seus rios e orlas, como turismo, passou a ser referência nas cidades, principalmente as cidades da Amazônia.

Trindade Jr (2002), ao discutir a visão dessas cidades, a partir do uso de suas orlas, nos informa que Belém, na qual há contradições nesses espaços, busca a orla também como referência turística, criticando que

A simples projeção e reconhecimento dessas interações não deve ser vista de uma maneira saudosista e relacionada à visão romântica do homem amazônico(...), conforme também comumente se traduz nas imagens e representações destinadas ao consumo turístico(...).³¹²

³¹² TRINDADE, Jr. Saint-Clair. *Produção do Espaço e Uso do Solo Urbano em Belém*. Belém: NAEA/UFPA, 1997, p.147.

Nos depoimentos de turistas, no Combu, percebe-se a busca desses espaços contemplativos como forma de lazer.

Eu adoro vim pra cá, o Combu têm essa orla linda, que nós perdemos, e é tão próximo da gente. Aqui nós podemos relaxar do stress da cidade, do trabalho, tudo tão bom, os barcos são seguros, mas pode melhorar, o restaurante é bom, mas também pode ser mais organizado (...) o que vale mesmo é esse momento de tranquilidade na natureza.³¹³

Há um afastamento do concreto, da poluição, do stress do trânsito, do mundo do trabalho, do ritmo rápido, passageiro e fulgás do urbano para aproximar-se da vida prazerosa e harmônica do mundo encantado da natureza, mas com segurança de barcos bem equipados, que possam garantir o retorno ao urbano; para que este momento harmônico de contato com a natureza, rápido, possa ser sentido como eterno. No mundo cotidiano da cidade; são as contradições e sonhos do ‘modus urbanus’ de viver, na qual o contato com o natural domesticado deve servir ao conforto e bem estar para viver na ‘urbes’.

As ilhas são, ao mesmo tempo, a concretização do local e a articulação de formas globais, apresentando diretamente a questão do local e de sua relação com o global no mundo contemporâneo.

Na contemporaneidade, a noção de lugar e de não-lugar ganha relevância, na qual *“um lugar pode ser definido como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá o não-lugar”*.³¹⁴ Este autor realiza uma crítica às relações na atualidade, que chama de pós-modernidade ou supermodernidade, definindo os lugares de transição das pessoas como não-lugares, pois neles os passageiros ou usuários não criam identidades ou relações, mas sim solidão e similitude, como os supermercados, as cadeias de hotéis, shopping centers, e nesse sentido, as viagens de turismo às ilhas ameaçam transformar esses espaços em um não-lugar.

Como contraponto complementar ao não-lugar, Haesbaert (2004) analisou as diversas concepções de território, elaborou algumas linhas conceituais classificando-as como: políticas, culturais, econômicas, articuladas as dimensões materialista-idealista e espaço-tempo. Utilizou-as para a discussão na atualidade, informando do mito da desterritorialização na modernidade, sentidas pelos ‘comuns incluídos precariamente’, pela elite, pelos turistas,

³¹³ Marcos P., professor de informática. Entrevista realizada em 10 de dezembro de 2005.

³¹⁴ AUGÉ, M. *Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1992, p.73.

enfim, pelos sujeitos contemporâneos, pois assim considera que, sem apagar e esquecer as relações de poder presentes, esses sujeitos refazem o território sem anulá-lo.

Para nossa pesquisa apontamos para as resignificações da natureza do espaço presentes nas Comunidades do Combu e na sociedade, pois consideramos o espaço também como representação cultural, no qual suas formas assumidas estão presentes e espalham-se sob várias maneiras e aspectos nas sociedades, elaborando

discursos a respeito do espaço que substantivam as concepções que uma dada sociedade, num momento determinado, (...) acerca do seu meio e das relações com ele estabelecidas. Trata-se de um acervo histórico e socialmente produzido (...) que não é livre de tensões (...) sendo resultado de confrontos entre os diversos grupos sociais existentes, entre suas concepções e desejos.³¹⁵

As memórias construídas sobre as vivências, que se relacionam com o espaço geográfico, possuem influência tanto na constituição das relações sociais e sentimentos, quanto nos processos de transformação desses espaços, pois como diz Schama (1996), há a invenção da paisagem pela memória, que podemos considerar como um dos lugares da memória.

Os jornais estampam essas formas de turismo e prazer, demonstrando depoimentos de personalidades da cidade, de quem pôde viver essas possibilidades.

*“Para curtir férias longe do agito- na ilha do Combu, a diversão desse passeio começa na própria travessia do rio, em barcos abertos que deixam a brisa entrar à vontade, de acordo com o fotógrafo Miguel Chikaoka, é relaxamento total, fuga do stress”.*³¹⁶

O contato com a natureza e a fuga do agito da cidade são elementos importantes na busca do turismo na ilha do Combu. A visualidade é o *focus* que seduz os visitantes, visto que o aspecto natural da mesma é aliado à tranquilidade.

A busca da ilha do Combu para possibilidade de turismo guarda relações com a busca de espaço para sentir a natureza na existência das pessoas, o que teria se perdido na cidade urbanizada.

(...) a ilha tropical pode significar uma outra existência, comparada com a qual a vida no continente teria perdido seu charme e seus segredos (...) a idéia de travessia

³¹⁵ MORAES, A. C. *Ideologias Geográficas*. São Paulo: Hucitec, 1991, p. 33.

³¹⁶ Fonte: Periódico Jornal O Liberal, edição de 10 de julho de 2004.

entre o continente e a ilha tem um significado que supera a distancia geográfica, ganhando um sentido existencial (...).³¹⁷

A maior parte das pessoas que buscam ‘refúgio’ na ilha do Combu procura justamente fugir do espaço urbanizado. Uma espécie de *fugere urbem*. Nesse sentido, é possível perceber a mudança que ocorre no trânsito de pessoas e barcos na ilha, nos fins de semana, que passa a ser bem mais intenso em comparação com os dias úteis.

Essas dimensões apresentam uma relação com os rios de forma meramente contemplativa: o turismo contemplativo do Combu, desconsiderando as dinâmicas reais das relações econômicas e de trabalho para as comunidades.

Para as comunidades do Combu, há heterogeneidades nas concepções e possibilidades que a novidade das relações turísticas podem apresentar, principalmente a partir dos anos de 1980. Neste período foi construído os restaurantes Saudosa Maloca e a Ilha da Fantasia, tendo como proprietários, respectivamente, Prazeres e Seu Zé, ambos das comunidades do Combu.

Nas possibilidades deste ‘novo tempo’, tentam assegurar suas sobrevivências e reprodução, mesmo através das novas possibilidades, como o turismo, mesclando e refazendo com as atividades anteriormente realizadas, e algumas vezes, como sinal das contradições presentes na modernidade, abdicando de algumas dessas atividades, para a realização das novas.

Tentam se inserir nas novas possibilidades, alterando a natureza dos espaços e tempos, através das relações turísticas, tentando envolver as comunidades, para a busca de alternativa de renda e qualidade de vida.

As pessoas que trabalham em seus restaurantes são parentes, genros, sobrinhos, sobrinhas ou têm alguma relação afetiva que os aproxima dos proprietários dos respectivos estabelecimentos.

No ano de 2003, houve a tentativa, que ainda está em andamento, de construir uma possibilidade de turismo através de ‘trilhas educativas’ nos terrenos das comunidades do Combu, na qual os moradores das comunidades da ilha poderiam adotar como trilhas os caminhos traçados por entre a mata no cotidiano para realização de suas atividades extrativistas.

³¹⁷ DIEGUES, 1997. *Op. Cit.*, p. 13.

A proposta idealizada pela proprietária do restaurante Saudosa Maloca³¹⁸ insere limites de pessoas para a visita, discussões sobre as possibilidades de manter os cuidados para que não haja destruição de seus terrenos e trilhas existentes, participação das comunidades nas implementações, custos e benefícios, busca de parcerias com instituições de ensino e de pesquisa e de um tipo de turismo mais equilibrado, entre outros, na qual foram consultados os moradores, as comunidades do Combu, sobre o interesse, para a realização das mesmas.³¹⁹

Para a implementação da proposta, as trilhas e os locais onde são realizadas as atividades extrativistas seriam adequadas, em alguns trechos, com a inserção de pequenas pontes sobre os igarapés que cortam as trilhas, com sinalização para a identificação das espécies vegetais.

As atividades relacionadas ao turismo começam a se delinear e a fazer parte do cotidiano de algumas pessoas das comunidades do Combu, que tentam viabilizar e inserir estas atividades, como uma alternativa de valorização e participação das mesmas, nas possibilidades educativas e de alternativa de trabalho e renda.

O diagnóstico nos informa que 48,3% dos entrevistados não sabem informar ou desconhecem a importância das trilhas educativas em suas vidas.³²⁰

Entrelaçam-se, assim, o tempo de cotidianidade e o tempo novo do turismo, mas ao mesmo tempo não se adequaram, e ainda não se adequam, à lógica, por exemplo, da visão oficial das agências de turismo, que difere da lógica proposta pelas trilhas educativas.

‘Invisíveis’ aos turistas e ainda imperceptíveis pelas agências de turismo, está presente cotidianidade das comunidades do Combu e em suas falas, aspectos que demonstram as contradições entre o tempo do cotidiano e o tempo do turismo.

Agora ta mudando um pouco, mas antes as pessoas vinham aqui e não se preocupavam com a velocidade dos seus barcos, e a marola dos barcos destruía os matapis, os trapiches que já estavam velhos, e ainda o perigo não é, de você virar seu casco, isto é desrespeitoso.³²¹

³¹⁸ Prazeres Quaresma, conhecida como Neneca. Entrevista realizada em 17 de novembro de 2005.

³¹⁹ Fonte: Prazeres, MPEG, Diagnóstico trilhas educativas, 2003. Consideram também importantes as parcerias entre as comunidades e as Instituições de pesquisas, como forma de trocas de experiências no sentido de viabilizar tais projetos.

³²⁰ *Idem.*

³²¹ Izete Quaresma, moradora do Combu. Entrevista realizada em 16 de fevereiro de 2006.

Tem outro tipo de gente que chegava aqui, como se tivesse sei lá onde, entrava aqui e realizavam obscenidades e intimidades nos espaços das pessoas, aqui moram famílias, então ficava a vontade no terreno das pessoas, na frente das casas, as crianças viam, quer dizer (...) se fosse fazer isso na frente das casas deles, do seus condomínios fechados, como seria não é.³²²

Os espaços são, cada vez mais, forjados através das representações que deles fazemos, assim como as representações dos tempos são diferenciadas, em função da forma de se relacionar com a natureza, com os rios, com a terra: natureza dos espaços e dos tempos.

*“Há o turismo, as motivações e necessidades dos moradores, e seus costumes que mesclam estes tempos para sua reprodução”.*³²³

O tempo passa a ser considerado uma criação histórica e cultural, cujo significado varia não somente entre as diversas sociedades históricas, mas no interior de cada uma delas, fluindo de modo não homogêneo na vida e na representação das comunidades do Combu. Estas apresentam uma proposta diferenciada a das agências de turismo oficiais de Belém, no fazer-se de suas práticas em seus cotidianos, significando e ressignificando suas novas possibilidades na natureza dos espaços e dos tempos das relações turísticas.

Nestas novas possibilidades, percebemos que vendem-se, compram-se e buscam-se sonhos: para o ‘homem urbano’, o sonho do tradicional/natural, assegurando a modernidade e para o ‘homem rural’, o sonho da modernidade, assegurando o tradicional/natural.

Parecem trocadilhos e armadilhas das palavras, mas podemos assim, compreender as dicotomias construídas para explicar a atualidade em seu próprio processo de construção.

Sem negar as diferenças sociais, econômicas e também as disputas hegemônicas, que fazem com que voluntária/involuntariamente, nas relações sociais presentes, forjemos e reelaboremos nossas memórias, em defesa de nossas vidas e projetos. As agências de turismo e as comunidades do Combu, neste processo de implementação do turismo, entrecruzam o tradicional e moderno, com ênfases e aspectos diferenciados nas sociedades de classes, nas propostas de turismos apresentadas.

Natureza, tempos e espaços que se buscam, que se encontram, que se excluem, que se sonham e que se vivem, construídos e construtores da lógica da vida moderna na atualidade, das vivências na ‘Amazônia e a crise da modernização’³²⁴, em páginas que são escritas, ao longo do tempo, pelas comunidades que significam e ressignificam seus cotidianos

³²² Prazeres Quaresma, moradora do Combu. Entrevista realizada em 17 de novembro de 2005.

³²³ MANESCHY, Maria Cristina. *Ajuruteua, uma comunidade pesqueira ameaçada*. Belém: UFPA, 1995, p.66.

³²⁴ D’INCAO e SILVEIRA (orgs). *A Amazônia e a Crise de Modernização*. Belém, MPEG, 1994.

e suas realidades, neste caso as comunidades do Combu, percebidas e analisadas aqui no final do XX e início do XXI, nesta que já foi considerada um 'Paraíso Perdido' ou a 'última página do gênese a ser escrita pela história', mas que apresenta múltiplos valores, projetos e escritas nas naturezas dos espaços e dos tempos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A memória dos sujeitos das comunidades do Combu foi fundamental para a compreensão de como significam e resignificam o passado, com elementos para a construção e vivência do presente, elaborando perspectivas de futuro. Afirmaram, reafirmaram, negaram, esqueceram, manipularam o passado em suas memórias, como sujeitos históricos de seus destinos, para construir possibilidades de produção e reprodução de suas vidas e sonhos e esperamos que a pesquisa possa ter revelado a dinamicidade e heterogeneidade de suas realidades e contribuído para pensar o processo de refletir sobre o passado, a luz do presente, para construir os caminhos a seguir.

A pesquisa, ao compreender as comunidades do Combu nas teias das relações sociais e nas cotidianidades, revela-os como sujeitos, inseridos e resistentes ao mesmo tempo, contraditoriamente e reciprocamente, nos processos de construção da modernidade na atualidade.

Dizer isto significou percebê-los na construção e lógica de suas formas de adaptação e resistências as respostas e demandas da atualidade, como a inserção da ilha nas propostas de turismo das empresas de Belém, na qual as comunidades constroem as suas, aceitando, recusando, refazendo e organizando uma outra possibilidade turística.

Percebemos que se baseiam nos aspectos materiais e também simbólicos, que são tão reais quanto os terrenos e os rios que circundam e cortam a ilha, para elaborarem o sistema de utilização dos recursos naturais, como o açaí, e para utilizarem os espaços, incluindo para o turismo e para produção e reprodução de suas próprias vidas. Pudemos apreender que a significação do passado e do mundo dos Homens, tanto na sua relação com a natureza como entre si, comporta todo um campo simbólico.

A pesquisa, através da longa, média e de forma mais específica na curta duração, demonstrou que há concepções diferentes para os espaços insulares da cidade, para os diversos sujeitos: para os que vivem nestes locais e para os que apenas visitam. Estas concepções estão relacionadas às realidades materiais e simbólicas das sociedades, que se inter relacionam com as diversidades heterogêneas nos diversos aspectos: econômicos, sociais, científicos, políticos. As concepções assumem características específicas nos vários momentos históricos, sendo que na atualidade são percebidas através das possibilidades turísticas na ilha do Combu.

A pesquisa demonstrou as possibilidades de gestão ambiental em curso com especificidades na ilha do Combu, através do diálogo dos saberes entre as comunidades e as instituições como IBAMA, GRPU, MPEG. Considerou-se as concepções de desenvolvimento sustentável importantes e fundamentais nas discussões realizadas, mas o conceito por si só, não é transformador se desvinculado da realidade social e econômica das comunidades, uma vez que a exploração e extrativismo do açaí é realizada de forma ecologicamente sustentável, mas só importante se baseado nas diversidades de atividades e na titulação de propriedade: é a sustentabilidade não apenas ecológica, mas social, econômica também que deve ser considerada no processo de gestão.

Diante das várias possibilidades e questionamentos feitos pelas comunidades do Combu e pelo centro comunitário, como a falta de melhor infraestrutura na área da saúde, educação, implantação da energia elétrica, elaboraram-se as possibilidades no processo de gestão como a cessão do uso da terra. Ainda que tenham contradições inegáveis que aparecem no próprio processo de construção de gestão entre os diversos interesses, como os das comunidades, os das Instituições, os legais e os científicos, começam a se delinear conquistas *de dentro* para as comunidades diante dos interesses dos *de fora*.

O que se discutiu, aparentemente sobre a minúcia, o detalhe, através da história local do Combu é a lógica de compreensão do processo histórico sócio cultural global, na qual a sociedade tende a naturalizar relações sociais e a domesticar a natureza, na qual os conceitos civilização/natureza, rural/urbano, moderno/tradicional são usados dependendo das referências das idéias de natureza, inseridas nas relações sociais, culturais, materiais e simbólicas, construídas historicamente no fazer-se cotidiano, pois concordamos com as preocupações de Thompson (1973), na qual,

uma serie de impressões, imagens instantâneas, êxtases sobre êxtases. Ao mesmo tempo que se registra uma história na nova dimensão da história social, territórios inteiros da história política e econômica estabelecida são evacuadas. O interesse fundamental da história enquanto estudo humanista relevante - de generalizar, integrar e atingir uma compreensão do processo sociocultural global - se perde.³⁹⁷

Nosso estudo, portanto, teve a pretensão de representar a remodelação da compreensão do global, através do detalhe, e do detalhe em interação com o global. O diálogo futuro dirá se conseguimos ou não tal feito, através das críticas, sugestões, futuros trabalhos e

³⁹⁷ THOMPSON, 1973. *Op. Cit.*

pesquisas, mas ao menos consideramos as falas, vozes e vivências de sujeitos históricos, as comunidades do Combu, que talvez não aparecesse sob outros viés ou abordagens.

A imagem dos espaços insulares, incluindo a ilha do Combu, muitas vezes, ainda figura somente como muito verde, muita água, muita natureza e pouca gente, poucas cidades, pouca cultura, como se cultura e natureza caminhassem por passos completamente separados. Nesse sentido é que são importantes realizações de pesquisa que possam desnaturalizar a idéia de cultura como erudito, urbano e civilizado, aos moldes da sociedade industrial, capitalista ou européia.

Nosso trabalho analisou como as comunidades do Combu foram construindo suas relações com os recursos, espaços, rios, simbologias, criando suas soluções e problemas, percebendo-os em suas especificidades, sem anulá-los do todo.

Enfim, façamos a história se tornar sempre e sempre vida e viva.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *O capital social dos territórios*. MEPF, 1998.
- ACEVEDO MARIN, R. E.; CHAVES, E. Imagens de Belém, paradoxo da modernidade e cultura na Amazônia, In: XIMENES, T (Org.). *Perspectivas do desenvolvimento sustentável: uma contribuição para a Amazônia XXI*. Belém: NAEA, 1997.
- ACEVEDO MARIN, R. E.; CASTRO, E. Mobilização Política de Comunidades Negras Rurais: Domínio de um conhecimento praxiológico. *Novos Cadernos NAEA*, Belém: NAEA/UFPA, v.2, n.2, 1999.
- _____. *No Caminho de Pedras de Abacatal: experiência social de grupos negros no Pará*. Belém: NAEA/UFPA, 2ª edição. 2004.
- ACEVEDO-MARIN, Rosa Elizabeth. *Camponeses, donos de Engenhos e Escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX*. NAEA. Paper nº 153, outubro/2000. p 3-4.
- _____. *Itancoã, nosso sítio no Baixo Acará*. Belém, 2003
- AGASSIZ, M. Louis. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1938.
- ALDEN, Dauril. *O Significado da produção do cacau na região amazônica*. Belém: UFPA/NAEA/FIPAM, 1974.
- ALLEN, B e MONTELL, W. *Da Memória a História: História Oral como Recurso da História Local*. Tennessee, 1981.
- AMADO, Janaína. *História e Região: Reconhecendo e Construindo Espaços*. In: Marcos A. da Silva (coord.), *República em Migalhas. História Regional e Local*. São Paulo, 1990.
- ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré, GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. Exploração de Madeiras no Pará: Semelhanças entre as fábricas reais do período colonial e as atuais serrarias. In: *Cadernos de Ciência e Tecnologia*. Brasília, v. 15, n. 03, set/dez. 1998. p. 123-145
- ANTUNES, M. *Penas e Sistemas Repressivos*. Belém: (?), 1925.
- ARAÚJO, José Mariano Klautau. *Dimensão Insular*. Belém/Pa, 1995.
- ARGAN, G. C. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- _____. *Clássico anti-clássico*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- ARRUDA, Gilmar. Monumentos, Semióforos e Natureza nas Fronteiras. In: ARRUDA, Gilmar. (Org.) *Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas*. Londrina: EDUEL, 2005.

AUGÉ, M. *Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papyrus, 1992.

AUMONT, Jacques. *O olho interminável*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *No Rio Amazonas (1859)*. Belo Horizonte; São Paulo: Editora Itatiaia, Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Compendio das Eras da Provincia do Pará*. Belém: UFPA, 1969.

BALÉE, William. *Advances in Historical Ecology*. Columbia University Press, 1998.

_____. *Cultural forests of the Amazon*. Garden.1987.

BATES, Henry Walter. *O naturalista no Rio Amazonas*. 2 v. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1944.

BATISTA, Luciana Marinho. *Muito Além dos Seringais: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará, c.1850 – c.1870*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2004. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <http://www1.capes.gov.br/teses/pt/2004>. Acesso em 16 de julho de 2006.

BID / PNUD / TCA. *Amazônia Sin Mitos*. Brasil: 1990.

BLACK, Jeremy. *Mapas e História: Construindo imagens do passado*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

BLOCH, Marc. *A Terra e seus Homens: Agricultura e Vida Rural nos Séculos XVII e XVIII*. Bauru, SP, EDUSC, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*; Tradução Fernando Tomaz, 5ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Felipe II*. Lisboa: Pub. Dom Quixote, 1995.

BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: História e imagem*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

BURKE, Peter (Org). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

CALZAVARA, B.G. *As possibilidades do açazeiro no estuário amazônico*. Belém: FCAP/Pa, 1972.

CARDOSO, Ciro Flamorian. *Sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750 a 1817)*. Rio de Janeiro: GRAAL, 1984.

CASTRO, Edna. “Sesmeiros no Rio Bujaru: Cartas de data nos séculos XVII e XIX”. 2005. In: Cd Rom *Quilombolas do Pará*. Belém-Pa: NAEA-UFPA, 2005.

_____. *Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais*. Papers do NAEA, nº97. UFPA: NAEA, 1998.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. Cortez, 1995.

COELHO, Mário Cezar. Panoramas do século XIX: Olhares do alto, cenário de batalhas. Simpósio Nacional de História, 23, 2005, Londrina/PR. *Anais [do] Simpósio Nacional de História: História: Guerra e Paz* [CD-ROM] Associação Nacional de História, ANPUH. Londrina: Editorial Mídia, 2005.

COELHO, Mauro Cezar. Um Conhecimento sobre o Homem- Os indígenas do Rio Negro nas reflexões de Alexandre Rodrigues Ferreira In: *Anais do Arquivo Público do Pará*. – Belém: SECULT, v. 3, t. 2, 1998. p. 215-237.

COMMENT, Bernard. *Le XIX siècle des panoramas*. Paris: Société Nouvelle Adam Biro, 1993.

CONCEIÇÃO, Maria de Fátima Carneiro da. Populações Tradicionais, Sociabilidade e Reordenação Social na Amazônia. In. *Sociologia na Amazônia: debates Teóricos e Experiências de pesquisa*. COSTA, Maria José Jackson da (org.). Belém: Universidade Federal do Pará, 2001.

CRONON, William. *The uses of environment history*. 1990.

CUNHA, Euclides da (1886-1909). *Um Paraíso Perdido: Reunião de Ensaios Amazônicos*. Hilton Rocha (Coord.). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

CUNHA, L. Tempo natural e tempo mercantil na pesca artesanal. In: *Diegues, (org). A Imagem das Águas*. São Paulo: Hucitec/NUPAUB-USP, 2000.

DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: A história e a devastação da mata atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

DIEGUES, A C. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.

_____. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Etnoconservação: Novos Rumos para Proteção da Natureza nos Trópicos*, São Paulo: Hucitec. 2001.

DIEGUES, A C. *Ilhas e sociedades insulares*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1997.

D'INCAO e SILVEIRA (orgs). *A Amazônia e a Crise de Modernização*. Belém, MPEG, 1994.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, nº 8, 1991.(p. 177-197)

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão-pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. RJ. 1971.

FREITAS, Artur. História e Imagem Artística: por uma abordagem Tríplice. In. *Revista Estudos Históricos*, V. 34, Rio de Janeiro: FGV, Julho/Dezembro de 2004. p. 03-21.

GALVÃO, Walnice (org). Euclides da Cunha-História. *Coleção Grandes Cientistas Sociais*, 1984.

GARCIA, J. L. *Antropologia del Territorio*. Madri: Taller de Ediciones, 1996

GAY, Peter. *O Estilo na História*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

GODELIER, M. *L'idéal et le material*. Paris: Fayard, 1976.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (Des) Caminhos do Meio Ambiente*. São Paulo: Contexto, 1989.

GUARINELLO, N L. Breve Arqueologia da História Oral. *Revista História Oral*. SP, 1998.

HAESBAERT, Rogério. *Região, diversidade territorial e globalização*. UFF, 1999.

_____. *O Mito da Desterritorialização: Do fim dos Territórios a Multiterritorialidade*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.

HIRAOKA, Mário. Mudanças nos padrões econômicos de uma população ribeirinha do estuário do Amazonas. In: FURTADO, Lourdes; LEITÃO, Wilma; MELO, Alex Fiúza. *Povos das Águas: realidade e perspectiva na Amazônia*. Belém. MPEG, 1993. p. 133-157.

HOBSBAWN, Eric. A Outra História- Algumas Reflexões, In: KRANTZ, F. (org). *A Outra História*. Rio de Janeiro, Zahar, 1990.

_____, RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

JARDIM, M. A. G. Aspectos da produção extrativista do açaizeiro (*Euterpe oleracea Mart.*) no estuário amazônico. BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI - SERIE BOTANICA, v. 12, n. 1, p. 137-144, 1997.

JARDIM, M. A. G. Usos de palmeiras em uma comunidade ribeirinha do estuário amazônico. BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI - SERIE BOTANICA, v. 14, n. 1, p. 69-77, 1995.

LEACH, E. *Natureza/cultura*. Enciclopédia Einandi, nº05, Lisboa, 1985.

- LE GOFF, J. *Memória e História*. Unicamp/SP, 1990.
- LIMA, Ana Renata Rosário. *Cabanagem: Uma Revolta Camponesa no Acará*. Belém: PMB, 2004
- LIMA, R.R. *A agricultura nas várzeas do estuário do Amazonas*. Belém: IAN, 1984.
- LOWENTHAL, David. *Como Conhecemos o Passado*. *Revista Projeto História*. SP, 1998.
- MAFFESOLI, Michel. *A Conquista do Presente*. Rocco, RJ, 1984.
- MANESCHY, Maria Cristina. *Ajuruteua, uma comunidade pesqueira ameaçada*. Belém, UFPA, 1995.
- MARAJÓ, Barão de. *As Regiões Amazônicas - Estudos chographicos dos Estados do Pará e Amazonas*. Belém: Secretária de Estado e Cultura, 1992. 2ª Edição.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 2ª ed. São Paulo, Loyola, 1998.
- MEIRA FILHO, Augusto. *Evolução Histórica de Belém do Grão-Pará*. Belém: Grafisa, 1976.
- MENEZES, Ulpiano. Fontes Visuais, cultura visual, história visual: balanços provisórios, propostas cautelares, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, 2003.
- MORAES, A C. *Ideologias Geográficas*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MOREIRA, Ediorfe. *Belém e Sua Expressão Geográfica*. Imprensa Universitária. Belém(Pa), 1966.
- MOURÃO, Leila et al. *Açaí: Possibilidades e Limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico*. Belém: MPEG, 2004.
- MOURÃO, Leila. *Do açaí ao palmito: uma história ecológica das permanências, tensões e rupturas no estuário amazônico*. Belém: UFPA/ NAEA, 1999. 355 f. Tese
- MUNIZ, João de Palma. *Imigração e Colonização. Historia e Estatística (1616-1916)*. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1916.
- NAXARA, M. R.C. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Ed. Unb, 2004.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC, nº10, 1993.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. O Caboclo e o Brabo. Notas sobre Duas Modalidades de Força-de-Trabalho na Expansão da Fronteira Amazônica no Século XIX. In: *Encontros com a Civilização Brasileira*, v. 10, 1979, pp. 101-140.

PÁDUA, José Augusto. *Um Sopro de destruição; pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2002.

PANOFSKY, Ervin. *Significado nas Artes Visuais*. SP: ed. Perspectiva, s/d.

PEREIRA, Lígia M. *História Oral, Identidade e Sociedade*. UFMG, 2000.

PESAVENTO, Sandra J. *História Regional e Transformação Social*. In: Marcos A. da Silva (coord.), *República em Migalhas. História Regional e Local*. São Paulo, 1990.

PETIT, Pere. *Chão de Promessas: Elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PORTELLI, A. Algumas Reflexões sobre a Ética na História Oral. *Projeto História 15*. PUC/SP. 1997.

POULET, G. *O Espaço Proustiano*. Imago, RJ, 1992.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

RAMINELLI, Ronald. *Ciência e Colonização - Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira*. UFF, RJ, s/d.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *O Seringal e o Seringueiro*. Rio de Janeiro: Ministério de Viação e Obras Públicas, 1953.

REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Lisboa, Difel, 1989.

REZENDE, A P. O Recife: os espelhos do passado e os labirintos do presente. *Projeto História*. São Paulo: PUC, nº18, 1999

RIBEIRO, K.T.S. *Qualidade Sanitária da Água em Área de Influência de Duas Bacias Hidrográficas e Saúde Humana em Belém-Pará*. NAEA/UFPA. 2002.

RICOUER, Paul. *Tiempo e Narracion*. Barcelona, 1995.

ROSSATO, Luciana. A natureza da capitania de Santa Catarina a partir dos relatos dos viajantes. Simpósio Nacional de História, 23, 2005, Londrina/PR. *Anais [do] Simpósio Nacional de História: História: Guerra e Paz [CD-ROM]* Associação Nacional de História, ANPUH. Londrina: Editorial Mídia, 2005.

SAMUEL, Rafael. Teatros da Memória. *Projeto História*. PUC/SP. 1997.

SANTOS, M. *Espaço e Método*. SP, 1992.

_____. *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo, 1996.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a belle-époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SCHAMA, S. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1996.

SEIXAS, Jacy. Percursos de Memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (orgs). *Memória e (Res) sentimento: Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 2001.(p. 37-58).

SEVCENKO, Nicolau. O Front Brasileiro na Guerra Verde: Vegetais, Colonialismo e Cultura. *Dossiê Brasil dos Viajantes-Revista USP*, n. 30, pp. 108-19, jun.-ago./96.

SILVA, Vera Alice C. Regionalismo: O Enfoque Metodológico e a Concepção Histórica. In: Marcos A. da Silva (coord.), *República em Migalhas.História Regional e Local*. São Paulo, 1990.

SILVEIRA, Ítala Bezerra. *Cabanagem: uma luta perdida....* Belém: Secretária de Estado de Cultura, 1994.

SILVEIRA, Rosa Maria G. *História e Região*. São Paulo: ANPUH/USP, 1985.

SORLIN, Pierre. Indispensáveis e enganosas, as imagens, testemunhas da história, In: *Revista Estudos Históricos*, RJ, vol.7, n. 13, 1994, p. 81-95.

SPIX, Johann Baptiste, MARTIUS, Carl Friedich Phillipp. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1981.

SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. SP: Cia da Letras, 1990.

TEIXEIRA, Elizabeth. *Travessias, redes e nós: complexidade do cuidar cotidiano de saúde entre ribeirinhos*. Belém: NAEA/UFPA, 1999. 296 p. (tese).

THIOLLENT, Michel. *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária*. Ed. Polis. São Paulo, 1987.

THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural: Mudanças de Atitude em Relação às Plantas e aos Animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

THOMPSON, E.P. *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Unicamp, 2001.

_____. *A Miséria da Teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

_____. História oral e contemporaneidade. In: *História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*, nº 05, jun. 2002. São Paulo.

_____. *A Formação da Classe operária inglesa*, 3 vols. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRINDADE, Jr. Saint-Clair. *Produção do Espaço e Uso do Solo Urbano em Belém*. NAEA/UFPA, 1997.

TRIVIÑOS, Augusto. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação*. Atlas, 1987.

VEIGA-NETO, A J A . *A Perspectiva Historicista da Ciência e a Sociologia da Educação*. P. Alegre, Cadernos do DEC, n 1, 1993.

VENTURA, Roberto. *Retrato Interrompido da vida de Euclides da Cunha*. Mauro Carvalho e José de Santana (orgs), São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VILANOVA, Mercedes. *A História Presente e a História Oral. Páginas de História*. CFCH/UFPA, 1998.

WAGLEY, Charles. *Uma Comunidade Amazônica: Estudo do homem nos trópicos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

WALLACE, Alfred Russel. *Viagens Pelo Amazonas e Rio Negro*. Campinas. Ed. Nacional / Ed. Ilustre de Campinas. 1939.

WILLIAMS, R. *O Campo e a Cidade na história e na literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

_____. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1976.

_____. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da Floresta: Uma História. Alto Juruá, Acre (1890-1945)*. São Paulo: Hucitec, 1999.

WOSTER, Donald. *Nature's economy – a history of ecological ideas*. Cambridge, Cambridge, University Press, 1990.

FONTES

ORAIS

“Bora”. Entrevista realizada em 24/11/05.

Baia. Relato feito no restaurante “Saudosa Maloca” no dia 15/02/06, ocasião em que a comunidade do Combu se reuniu com alguns órgãos oficiais do Estado para a entrega do documento de autorização de uso da terra.

Carmem Entrevista realizada em 10/02/06.

Dona Amélia Cardoso Reis. Entrevista realizada em 03/2006.

Dona Angélica. Entrevistas realizadas nos dias 01/09/05 e 10/10/05.

Dona Catarina. Entrevista realizada em 17/01/06 e 22/01/06.

Dona Catarina. Entrevista realizada em 22/12/2005.

Dona Colo. Entrevistas realizadas nos dias 16/12/05 e 17/01/06.

Dona Fátima. Entrevista realizada em 15/02/06.

Dona Heumita Pantoja R. Lima. Entrevista realizada em 18/04/2006.

Dona Margarida Gouveia. Entrevista realizada em 11/2005.

Dona Maria de Belém. Entrevista realizada em 16/11/05.

Dona Maria de Jesus. Entrevista realizada em 09/12/05.

Dona Maria Gomes Cardoso. Entrevista realizada em 01/2006.

Dona Nair Gouveia Nascimento. Entrevistas realizadas em 16/12/2005 e em 03/2006.

Dona Quinita. Entrevista realizada em 16/12/05.

Dona Rosalina. Entrevista realizada em 11/2005.

Edna. Entrevistas realizadas nos dias 16/12/05; 13/01/06 e 10/02/06.

Gerente de empresa. Entrevista realizada em 08/01/05.

Guia 1. Entrevista realizada em 19/07/2005.

Guia 2. Entrevista realizada em 19/07/2005.

Guia 3. Entrevista realizada em 07/08/2005.

Izete. Entrevistas realizadas nos dias 11/08/05; 24/08/05; 16/09/2005, 11/11/05 e 25/11/2005.

Jorgete. Entrevista realizada em 28/10/05.

Marcos. Entrevista realizada em 10/12/2005.

Nena. Entrevista realizada em 17/01/06 e 16/02/06.

Prazeres Quaresma. Entrevista realizada em 17/11/05.

Rosiléia. Entrevista realizada em 24/02/06.

Selma. Entrevistas realizadas nos dias 23/11 e 09/12/05.

Seu Antonio Maria. Entrevista realizada em 23/12/05.

Seu Augustinho. Entrevista realizada em 23/01/06.

Seu Celestino. Entrevista realizada em 15/02/06.

Seu João B. dos Santos. Entrevista realizada em 18/01/2006.

Seu João. Entrevistas realizadas nos dias 18/01/06 e 17/02/06.

Seu Luiz. Entrevista realizada em 17/01/06.

Seu Manoel Renato de Carvalho. Entrevistas realizadas em 17/01/06, 08/02/06 e 02/2006.

Seu Marinaldo. Entrevista realizada em 18/01/05.

Seu Parao. Entrevista realizada em 17/01/06.

Seu Pedro. Entrevista realizada em 16/11/05.

Seu Plácido. Entrevistas realizadas nos dias 17/01/06 e 09/02/06.

Seu Raimundo. Entrevista realizada em 15/02/06.

Seu Ricardo. Entrevista realizada em 03/2006.

Seu Rui Quaresma. Entrevistas realizadas nos dias 01/09/05; 04/11/2005; 13/01/06 e 18/01/06.

Seu Sebastião. Entrevista realizada em 24/02/06.

Suziane. Entrevista realizada em 24/02/06.

Tatiane. Entrevista realizada em 09/12/05.

Telma. Entrevista realizada em 18/11/05.

Zeliete. Entrevista realizada em 11/11/05.

DOCUMENTAIS

“Jornal Liberal – 2ª edição”. Transmitido pela TV Liberal no dia 21 de março de 2005.

APEP. Códice 107, item 443.

APEP. Códice 177, documento 89, página. 297.

APEP. Códice 83, documento 126, datado de 04 de dezembro de 1796.

APEP. Códice 95, página 208.

APEP. Legislação Provincial do Pará (1869 – 1870) – Directorio Geral de Estatistica. APP. Collecção das Leis da Provincia do Gram-Pará. Tomo XXII. Parte 1ª. Lei n.441, de 20 de Agosto de 1864.

APEP. Legislação Provincial do Pará (1869 – 1870) – Directorio Geral de Estatistica. APP. Collecção das Leis da Provincia do Gram-Pará. Tomo XXII. Parte 1ª. Lei n. 646 de 30 de Setembro de 1870.

APEP. Legislação Provincial do Pará (1869 – 1870) – Directorio Geral de Estatistica. APP. Collecção das Leis da Provincia do Gram-Pará. Tomo XXII. Parte 1ª. Lei n. 621, de 17 de setembro de 1870.

APEP. MENSAGENS de Governo 1907.

APEP. Plano do Rio do Pará, elaborado por José Fernandez de Portugal, no ano de 1809.

APEP. RELATÓRIO DE GOVERNO de 1889.

Carta escrita por Mendonça Furtado e remetida ao Rei de Portugal no ano de 1752, Apud BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: Andanças e mudanças*. Manaus, 1981.

CENTUR. Anuário Estatístico de Belém – 1999.

CODEM. Ata da CODEM de 02 de setembro de 1993

CODEM. Ata da CODEM de 16 de junho de 1993.

CODEM. Carta do Município de Belém com a divisão judiciária feita a administração do Exmº Srº Senador Antonio J. de Lemos - Intendente Municipal - pelo Engrº Civil João de Palma Munis e desenhada por José da Costa e José Sydrin em 1905. Escala: 250 000.

CODEM. José Paes de Carvalho – Álbum do Pará – 1899.

CODEM. Lei Municipal n° 7603 de 10 de janeiro de 1993 – Prefeitura de Belém.

CODEM. Lei N°6.083-APA, de 13 de novembro de 1997.

CODEM. Relatório Evolução Urbana de Belém, CODEM, 1999.

CODEM. Relatório Workshop CODEM – 1997.

Comissão Demarcadora de Limites - Decreto-lei n. 3.131 – de 31 de outubro de 1938.

Comissão Demarcadora de Limites. Carta Geografica das Capitanias do Pará, Maranhão, Goiás, e S. Paulo, e mais Provincias, e Reinos confinantes, desde aparallelo de desgraos de latitude Septentrional, athe ao parallelo devinte e seis graos de latitude Meridional, formada dos milhores Mapas, observaçoens mais modernas, e derrotas que fes o Governador General que foi de Matto grosso Luis Pinto de Souza Coitinho, aqual serve de continuação a de N.º 1.º, e porisso se lhe cortou aqui, oque as Capitanias do Pará, Maranhão, e Piauí.

Decreto Lei 9760 de 15 de Setembro de 1946.

EMBRAPA. Sensoriamento Remoto. Embrapa/CPTU – 2005.

FABEL. Projeto de extensão “Responsabilidade Social Ilha do Cumbu: Desenvolvimento para Todos”. FABEL/2005.

Fichas de cadastros no posto de Saúde do Cumbu dos moradores da respectiva ilha.

GRPU. Ofício 164/2005, de 21 de março de 2005– GRPU.

GRPU. Processo n° 10280.002192/95 – GRPU.

GRPU. Processo n° 10280.002193/95 – GRPU.

GRPU. Processo n° 10280.002194/93 – GRPU.

GRPU. Processo n° 10280.007941/95 – GRPU.

GRPU. Termo de Ajuste de Conduta – GRPU.

IBGE. Lei n° 158, de 31 de dezembro de 1948.

INCRA. Processo n°0102/04 – INCRA.

MENSAGENS de Governo, 1888. Falla com que o exm. sr. conselheiro Francisco José Cardoso Junior, primeiro vice-presidente da provincia do Pará, abrio a 1.a sessão da 26.a legislatura da Assembléa Provincial no dia 4 de março de 1888. Pará, Typ. do "Diario de Noticias," 1888.

MENSAGENS DE GOVERNO, 1889. Falla com que o exm.o snr. d.r Miguel José 'Almeida Pernambuco, presidente da provincia, abriu a 2.a sessão da 26.a legislatura da Assembléa Legislativa Provincial do Pará em 2 de fevereiro de 1889. Pará, Typ. de A.F. da Costa, 1889.

MPEG. Diagnóstico trilhas educativas, 2003.

MPEG. Relatório da AMAZON – 1996.

MPEG. Relatório de Pesquisa do MPEG – 1996.

MPEG. Relatório do MPEG – 1990.

MPEG. Relatório do MPEG/Botânica – 1996.

Periódico Jornal “Diário do Pará”. Edição (?)/(?) de 2005.

Periódico Jornal “O Liberal”. Edição (?)/(?) de 2005.

Periódico Jornal “O Liberal”. Edição de 10 de julho de 2004.

Periódico Jornal “O Liberal”. Edição de 15 de Março de 2005.

Periódico Revista “Amazônia- Roteiro Turístico”, Edição nº13, Janeiro/ Março, 1999.

Periódico Revista “Pará Onde”, Edição 3, Ano 1, Junho, 2000.

RELATÓRIO DE GOVERNO, 1887. Relatorio com que o exm. sr. desembargador Joaquim da Costa Barradas passou a administração da provincia ao exm. sr. conselheiro coronel Francisco José Cardoso Junior. Pará, Typ. do Diario de Noticias, 1887.

Relatório Mensal do Hotel Novotel: Março de 1997.

Relatório PARATUR, 2005.